

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. VIII, nº 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor

Carlos Henrique de Brito Cruz

Coordenador Geral

José Tadeu Jorge

Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa

Eduardo Guimarães

**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH – USP)

Bolívar Lamounier
(IDESP)

Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC-SP)

Fernando Antônio Lourenço
(IFCH – UNICAMP) Hélgio
Trindade
(NUPERGS – UFRGS)

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH-USP, ISER)

Marcus Figueiredo
(IUPERJ)

Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA) Márcia
Cavallari Nunes (IBOPE)

Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)

Örjan Olsén
(Ipsos_Opinion)

Rachel Meneguello
(IFCH – UNICAMP)

Regina Moran
(IMECC – UNICAMP)

Equipe Técnica

Coordenação

Rachel Meneguello

**Equipe de Projetos
Permanentes**

Simone da Silva Aranha
Maria Teresa Gonzaga Alves
Vítor Luís Cooke Vieira
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários

Maria Carolina Segato Komniski
Janaina de Rezende Barreto

Secretaria Geral

Maria das Graças Pla Sanches

**OPINIÃO PÚBLICA
VOL. VIII, Nº1**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza, Antônio Lavareda,
Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio
Wanderley Reis, Frederick Turner,
Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio
Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly
de Camargo, Nelson do Valle e Silva,
Ruy Martins Altenfelder Silva.

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
Márcia Cavallari Nunes
Marcus Figueiredo
Rachel Meneguello

Editora responsável:

Rachel Meneguello
Editoração Gráfica:
Paula Vanina Cencig

Opinião Pública é uma
publicação do CESOP e
está aberta a propostas
de artigos e colaborações
que deverão ser
submetidas ao Conselho
Editorial.

Os artigos assinados são
de responsabilidade de
seus autores, não
expressando a opinião
dos membros do
Conselho Editorial ou dos
órgãos que compõem o
CESOP.

ISSN 0104-6276

Maio de 2002

Publicação Indexada no
Sociological Abstracts,
IBSS (International Bibliography of
the Social Sciences) e
Data Índice - IUPERJ

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
“Zeferino Vaz”
Caixa Postal: 6110
Campinas – São Paulo
13081-970

Tel: (55-19) 3788-7093
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: cesop@unicamp.br
Home-Page:
<http://www.unicamp.br/cesop/>



OPINIÃO PÚBLICA

Maio de 2002

Vol. VIII, nº1

SUMÁRIO

| | <i>Pág.</i> |
|--|-------------|
| <i>Medidas de democracia em surveys</i> Richard Rose | 01 |
| <i>Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos</i> Edward Telles Stan Bailey | 30 |
| <i>Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação</i> Néstor García Canclini | 40 |
| <i>Identificação ideológica e voto para presidente</i> Yan de Souza Carreirão | 54 |
| <i>As eleições municipais nos Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)</i> David Fleischer | 80 |
| <i>TENDÊNCIAS - Encarte de dados de Opinião Pública - Ano 8, nº 1</i> | 107 |



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VIII, nº 1
p.01-135
Maio 2002
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol.
VIII, nº 1, Maio 2002 – Campinas: CESOP, 2002.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

Medidas de democracia em surveys

Richard Rose

Centre for the Study of Public Policy
University of Strathclyde

Resumo

Este artigo examina como as questões dos surveys sobre democracia são estruturadas de modos diferentes, dependendo do emprego de uma definição idealista ou realista e da presença ou não de comparações com regimes alternativos. Começo mostrando medidas de democracia em países pós-comunistas que perguntam às pessoas se estão satisfeitas ou não com a democracia e pedem que a comparem com um padrão ideal. As seções posteriores apresentam os resultados de questões realistas do New Democracies Barometer, que pedem às pessoas para avaliar regimes do passado, do presente e do futuro – e alternativas não-democráticas historicamente familiares.

Palavras-chave: democracia, perguntas de survey, cultura política, regimes pós-comunistas

Abstract

This paper examines how survey questions about democracy are framed in different ways, depending upon whether an idealist or realist definition is employed, and whether or not comparisons are made with alternative regimes. It starts by reporting measures of democracy in post-Communist countries that ask people whether they are satisfied with democracy and to compare it with an ideal standard. Subsequent sections set out the results of realist questions from the New Democracies Barometer, which ask people to evaluate regimes past, present and future-and historically familiar undemocratic regimes that people have known.

Key words: democracy, political culture, survey questions, post-Communist regimes

Em uma sociedade em transformação, permanece aberta a questão de se as pessoas preferem um regime democrático ou não-democrático. O colapso das forças do velho regime força as elites políticas a criar novas instituições políticas. Mas um novo regime só pode se tornar uma democracia estabelecida se suas instituições receberem o apoio de uma grande maioria da população. As teorias institucionais da democracia cometem um erro fundamental se partirem do suposto de que a reação dos indivíduos às novas instituições é determinada por características específicas do projeto institucional, e o risco de erro aumenta nas sociedades pós-comunistas, onde o mercado e as instituições democráticas estão sendo introduzidos ao mesmo tempo. Essas instituições não funcionarão como pretendido se aqueles que elas devem representar negam seu apoio.

A hipótese de Churchill enfatiza a competição entre os regimes. Numa democracia nova, as atividades das elites políticas e o funcionamento de novas instituições políticas são influências significativas sobre a democratização, mas qualquer análise da transformação está incompleta sem provas empíricas da resposta popular. O que fazem os indivíduos quando confrontados com uma escolha entre apoiar um regime novo, com todas as falhas que instituições não testadas podem ter, ou preferir alternativas não-democráticas? Para responder a essa questão é necessário ter dados obtidos por surveys que façam as perguntas apropriadas à situação.

Não é realista esperar que questões emprestadas de pesquisas de opinião pública em democracias estabelecidas sejam suficientes para entender o que está acontecendo em sociedades em transformação. Numa democracia estabelecida, não há escolha entre regimes. Por definição, as perguntas sobre a avaliação das instituições de um regime democrático não têm significação política, pois a legitimidade do regime não está em questão. É evidente que se pode pedir aos cidadãos que avaliem como as instituições estão funcionando e quão satisfeitos estão com o desempenho dos líderes ou dos partidos políticos. Se as pessoas estão insatisfeitas, as eleições proporcionam uma pronta alternativa: “pôr na rua os patifes”, ao mesmo tempo em que o regime permanece intacto. Questões desse tipo são inadequadas para medir a amplitude das opções com que a população se defronta num sistema político em que há competição entre regimes. Tratar as respostas negativas a tais perguntas como se elas ameaçassem derrubar a Constituição americana ou o sistema parlamentarista inglês é um convite à confusão, devido à utilização de medidas não apropriadas (ver Weatherford, 1987, 5ss; 1992, 151).

Nos países pós-comunistas, é realista fazer perguntas sobre diferentes regimes, pois todos os adultos viveram sob pelo menos dois deles, um que aspira a ser democrático e outro com aspirações totalitárias, e as pessoas mais velhas passaram por até quatro regimes não-democráticos diferentes. A questão é: que

tipos de perguntas devem ser usados? As definições realistas e idealistas de democracia implicam diferentes tipos de questões. As abordagens idealistas enfatizam os valores e objetivos dos teóricos democráticos e tendem a ignorar as instituições realmente existentes. Uma segunda estratégia é pedir às pessoas para comparar o funcionamento do regime atual com um padrão ideal. Essa abordagem é consistente com a distinção de Dahl entre democracia e poliarquia (1971); é também apropriada para uma democracia estabelecida, pois as pessoas não têm a experiência de um regime não-democrático. Para testar a hipótese de Churchill, deve-se pedir às pessoas para comparar alternativas reais, e isso tem sentido fazer em democracias novas.

Perguntando sobre ideais

Para explicar o apoio à democracia, precisamos identificar um grupo da população que seja a favor dela e um grupo que seja contrário. Porém, embora exista um acordo substancial entre os cientistas políticos contemporâneos no sentido de endossar a poliarquia de Robert Dahl como uma definição apropriada de democracia, eles não concordam sobre a melhor maneira de medir o compromisso dos cidadãos com os ideais democráticos.

Uma vez que *a democracia é um símbolo*, ela é um verdadeiro “borrão de tinta” que os indivíduos podem interpretar como quiserem; portanto, formular a pergunta direta – *Você é a favor ou contra a democracia?* – é impróprio. Se a democracia for associada à criminalidade, que cresceu dramaticamente nos países pós-comunistas, é provável que as avaliações sejam negativas. Mas se for associada ao aumento da liberdade individual, as avaliações serão provavelmente positivas.

Os múltiplos significados do símbolo da democracia podem ser investigados com a formulação de uma questão aberta que estimule as pessoas a dizer o que pensam dela. Isso foi feito num survey sobre Cultura Política realizado em doze países e várias línguas da Europa central e oriental por Laszlo Bruszt e Janos Simon, de Budapeste, em 1990-92, que perguntava: *O quê a democracia significa para você?* Embora os entrevistados tivessem passado quase toda a vida em regimes não-democráticos, a palavra tinha algum sentido para uma média de 76% dos respondentes. Quando se pedia às mesmas pessoas para dizer o que os termos “esquerda” e “direita” significavam, a proporção de “não sei” foi quase duas vezes maior (Simon, 1996, tabela 5).

Em qualquer língua, a democracia provoca uma variedade de respostas – e a maioria delas é positiva (Simon, 1996, 16 ss). A liberdade é a característica geralmente mencionada pela maioria dos respondentes. Embora seja de importância política fundamental, a liberdade não é em si mesma o mesmo que “governo pelo povo”. Ela é uma condição necessária do governo democrático, mas

não suficiente. A participação, os benefícios do bem-estar social e os direitos legais-institucionais são mencionados como significando democracia por pelo menos dez por cento dos respondentes.

O significado polivalente de democracia é confirmado por um estudo similar feito na Rússia e na Ucrânia por uma equipe de pesquisa da Universidade de Iowa (Miller, Hesli e Reisinger, 1997, em especial tabela 3). Seus surveys nacionais e de elite perguntaram: *O quê a democracia significa pessoalmente para você?* Entre os russos, 25% responderam “não sei” e entre os ucranianos, 29%. Em contraste, menos de dez por cento das amostras de elites não tinham opinião. As respostas mais freqüentes interpretavam a democracia como significando liberdade, o império da lei e todos agindo de modo responsável e decente uns em relação aos outros, o que são condições necessárias da democracia, mas não suficientes para alcançar o governo pelo povo. Na Rússia e na Ucrânia, uma pessoa em cada sete via a democracia como símbolo negativo.

2. Uma vez que as pessoas comuns podem imputar uma multiplicidade de significados à democracia, faz sentido *combinar as respostas a uma multiplicidade de perguntas numa única escala de democracia*. Essa combinação tem a vantagem técnica de aumentar a confiabilidade do indicador, pois os erros aleatórios no registro de respostas a uma única questão têm sua significação reduzida à medida que o número de questões na escala aumenta.

Um exemplo de uma medida de democracia de múltiplos atributos encontra-se na análise de surveys realizados na Rússia e Ucrânia por James L. Gibson (1994, 12 ss, em especial tabela B.1). O questionário inclui 19 itens diferentes relacionados à democracia por filósofos políticos e apresentados voluntariamente em resposta a questões abertas. Na Rússia, a questão média provocou 26% de “não sei” e na Ucrânia, 28%. Não obstante, num processo de dois estágios, o grande número de respostas pode ser reduzido a uma única escala. Primeiro, as perguntas foram agrupadas em sete tópicos diferentes: liberdade, eleições competitivas, sistema multipartidário, mídia pluralista, consciência dos direitos, visões de discordância e oposição e tolerância política. Cada grupo passou por análise fatorial, produzindo-se sete escalas. Em segundo lugar, as escalas foram então combinadas por análise fatorial numa única medida de apoio às instituições e aos processos democráticos (ibid., 1994: nota 27; ver também Gibson, Duch & Tedin, 1992). Embora estatisticamente válida, a confiança em valores abstratos significou que a escala não se referia a nenhum regime democrático existente.

3. Uma abordagem alternativa é considerar a *democracia como um elemento numa matriz multidimensional de valores políticos*. Por exemplo, no survey de doze países de Bruszt e Simon, as respostas a onze questões sobre atributos da democracia foram reduzidas, por análise estatística, a três dimensões: instituições políticas, preocupações socioeconômicas e direitos liberais ou individuais (Simon,

1996, 5 ss). Ao mesmo tempo em que cada grupo é relevante para a análise dos valores políticos, os indivíduos diferiam em relação aos valores que associavam à democracia. Algumas pessoas achavam que a democracia tinha de ver principalmente com benefícios socioeconômicos, enquanto outras achavam que ela se relacionava com direitos individuais ou instituições políticas. Nessas circunstâncias, os partidos políticos podem competir oferecendo definições muito diferentes de democracia: um partido socialista pode enfatizar os benefícios sociais e econômicos, um partido liberal, os direitos individuais, e um conservador, a autoridade das instituições (cf. Barnes, 1967).

A introdução simultânea do livre mercado e de instituições políticas livres nos países pós-comunistas estimula a ligação entre o apoio às mudanças políticas e o apoio às mudanças econômicas. Em surveys realizados na Hungria, Polônia, Romênia e Bulgária, McIntosh, McIver e Abele (1994) construíram medidas separadas de apoio aos princípios democráticos liberais e à economia de mercado, e depois examinaram em que medida as pessoas ligam os dois valores, ou são “liberais” em política, mas “socialistas” em economia. Eles encontraram um apoio quase universal para elementos de democracia política, mas desacordo substancial sobre os valores econômicos. Além disso, as atitudes em relação à economia de mercado não estão associadas ao alto nível de apoio à democracia. Esses resultados refutam o pressuposto dos economistas liberais de que os apoios ao mercado e à democracia andam juntos, e o dos comunistas de que as instituições socialistas sem mercado constituem uma democracia (cf. McIntosh & Abele, 1994).

4. Os surveys de cultura política *avaliam se os cidadãos são democratas*, bem como interrogam sobre as instituições políticas. A lógica é a seguinte: se a grande maioria da população segue valores democráticos, o país deveria ter uma forma democrática de governo. O pressuposto subjacente de que o governo é “o que o povo quer” justifica-se com mais facilidade com base na história americana ou inglesa do que na história anterior dos países pós-comunistas.

The Civic Culture, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), foi obra pioneira na coleta de dados de survey para caracterizar as culturas políticas em três países considerados então em processo de democratização – Alemanha, Itália e México – e em duas democracias estabelecidas, Estados Unidos e Grã-Bretanha. O questionário concentrou-se muito mais no comportamento dos indivíduos do que no modo como os respondentes avaliavam suas experiências de vida sob diferentes regimes, democráticos ou não-democráticos. Encontraram-se diferenças substanciais tanto no interior de cada país como entre países, na medida em que as pessoas refletiam valores e comportamentos cívicos, ou eram mais ou menos passivas na aceitação da autoridade (consistente com regimes não-democráticos). Muitos indivíduos combinavam atitudes contrastantes, acreditando, por exemplo, que poderiam influenciar o governo se quisessem, mas, na verdade, não tentavam

fazer isso (ibid. 474). Os autores concluíram que a democracia florescia onde havia uma “cultura política mista” de ativistas cívicos, sujeitos passivos e algumas pessoas sem contato com a política.

O conceito de cultura política foi alargado para incluir uma ampla variedade de relações sociais consideradas normalmente não-políticas. Harry Eckstein (1966, 225-288) sustentou que uma cultura política democrática é mais segura quando há uma “congruência” de valores com respeito à autoridade em diferentes setores da sociedade, como a família, a escola e o local de trabalho, além do governo (ver também Dahl, 1985). Robert Putnam (1993) afirmou que a participação em grupos sociais informais, tais como clubes esportivos e corais, estimula a confiança e a cooperação com os outros. Essas atitudes “transbordam” para a participação em instituições políticas cívicas e representativas, tais como grupos dedicados a uma única questão, e “se disseminam para cima”, influenciando o governo e fazendo assim funcionar a democracia.

Muitos estudiosos das sociedades comunistas, em especial da Rússia soviética, ficaram intrigados com o estado mental das pessoas governadas por um regime totalitário ou pós-totalitário. Em que medida os valores pré-comunistas ainda eram importantes, fossem congruentes com o regime soviético, como a obediência à autoridade russa, ou incongruentes, como o catolicismo na Polônia? Em que medida o Partido Comunista conseguiu refazer os valores e as crenças de seus súditos e obter uma ampla base de apoio popular? (cf. Tucker, 1971; Jowitz, 1974; White, 1979; Brown, 1984; Welch, 1987). Com frequência, a resposta foi que os regimes comunistas tinham conseguido “refazer” os valores políticos de seus povos. Um poucas interpretações afirmavam que havia uma cultura dualista, em que os indivíduos exibiam um conjunto de valores para consumo público e outro em privado. Os estudiosos enfatizavam cada vez mais o potencial autônomo para mudanças à medida que a industrialização e a maior instrução encorajavam o surgimento de valores mais “modernos” ou até “democráticos”. Os argumentos eram sustentados por inferências tiradas do comportamento ou da ideologia oficial promulgada por instituições comunistas. Não havia praticamente nenhuma pesquisa de amostragem que fornecesse indícios do que as pessoas pensavam.

A cultura política é muito útil para explicar “as opções rotineiras, geralmente não examinadas, da maioria das pessoas na maior parte do tempo” (Barnes, 1994, 53). No entanto, o colapso de um regime comunista e sua substituição por outro foi tudo, menos rotina: ele forçou os indivíduos a mudar o comportamento. Mas essas mudanças de comportamento, tais como votar em eleições competitivas, significaram a adoção de atitudes democráticas? Na medida em que os valores correntes pareciam consistentes com a democracia, isso significava que eles existiam antes do colapso do comunismo?

A maioria dos surveys acadêmicos realizados nos países pós-comunistas foi

feita conscientemente dentro do marco da cultura política, perguntando sobre ideais democráticos e se os indivíduos tinham ou não valores democráticos (para uma resenha, ver Fleron, 1996). O maior número de surveys foi realizada na Rússia, país para o qual escritos anteriores sugeriam que as atitudes democráticas seriam mais fracas. Apesar disso, Jeffrey Hahn (1991), um antigo estudioso da cultura soviética, concluiu que em muitos indicadores convencionais de cultura política, os russos eram com frequência tão positivos em relação a valores e crenças democráticas quanto os americanos que responderam a perguntas semelhantes em estudos eleitorais da Universidade de Michigan. Esses resultados aparecem com a mesma frequência em outros surveys (ver por ex., Miller *et al.*, 1994; Finifter e Mickiewicz, 1992).

As pesquisas pós-soviéticas destruíram a crença de que quase todo mundo que vive na Europa central e oriental, seja democrata ou comissário, pensa da mesma forma. Todos os surveys enfatizam que no interior de uma sociedade, há diferenças no modo como as pessoas pensam. Ainda que uma grande ou pequena maioria, ou pelo menos uma pluralidade, endosse os ideais democráticos, há uma pequena ou grande minoria que não o faz. Assim, a interpretação é problemática. Se uma pequena maioria a favor de valores democráticos é uma prova dificilmente conclusiva de uma cultura democrática, é ainda menos realista exigir cem por cento de apoio para o estabelecimento de uma democracia. Por exemplo: os Estados Unidos têm um regime democrático estabelecido ainda que, durante gerações, as pesquisas mostrem que alguns cidadãos não são democratas ideais (ver Adorno *et al.*, 1950; Sniderman, 1993, 227 ss.).

O endosso aos ideais democráticos não é suficiente para estabelecer um regime democrático, pois *um regime é antes de tudo uma questão de instituições políticas*. Enquanto a abordagem institucionalista tende a ignorar o que as pessoas comuns pensam, a perspectiva da cultura política tende a ignorar as instituições. Inferir o caráter das instituições políticas apenas de dados de surveys é cometer o que Scheuch (1966) chamou de falácia “individualista”, isto é, supor que as macro-instituições da sociedade não passam de reflexo do que os indivíduos (ou uma determinada porcentagem da população) querem. Essa confusão é freqüente. Por exemplo: na interpretação de Gibson e Duch (1993, 253), o survey que fizeram na Rússia soviética de 1990 mostra que o povo tem alta consciência de seus direitos políticos. Ao comparar as respostas dos russos com as respostas às mesmas perguntas em outros países, eles concluem: “Isso coloca a União Soviética entre as sociedades mais conscientes de seus direitos quando comparada com a Europa ocidental”. Trata-se de uma conclusão que ignora que essa consciência na Rússia se devia-se ao fato do regime negar tais direitos. É necessário estabelecer a conexão entre atitudes idealistas com regimes políticos para se concentrar em questões que tenham fundamento institucional (ver Weatherford, 1992, 149).

Ideais na prática

Para estabelecer a ligação do mundo ideal com as instituições políticas existentes, as pesquisas podem pedir às pessoas para comparar o ideal democrático com a prática real da democracia em seu país. Isso avança meio caminho na direção de cumprir as condições necessárias para testar a hipótese de Churchill, pois há uma medida do que as pessoas experimentaram. Mas não vai até o fim, pois não se pede às pessoas para avaliar regimes alternativos que foram experimentados. Nem se pode fazer isso numa democracia estabelecida, pois por definição, trata-se do único regime que os cidadãos experimentaram.

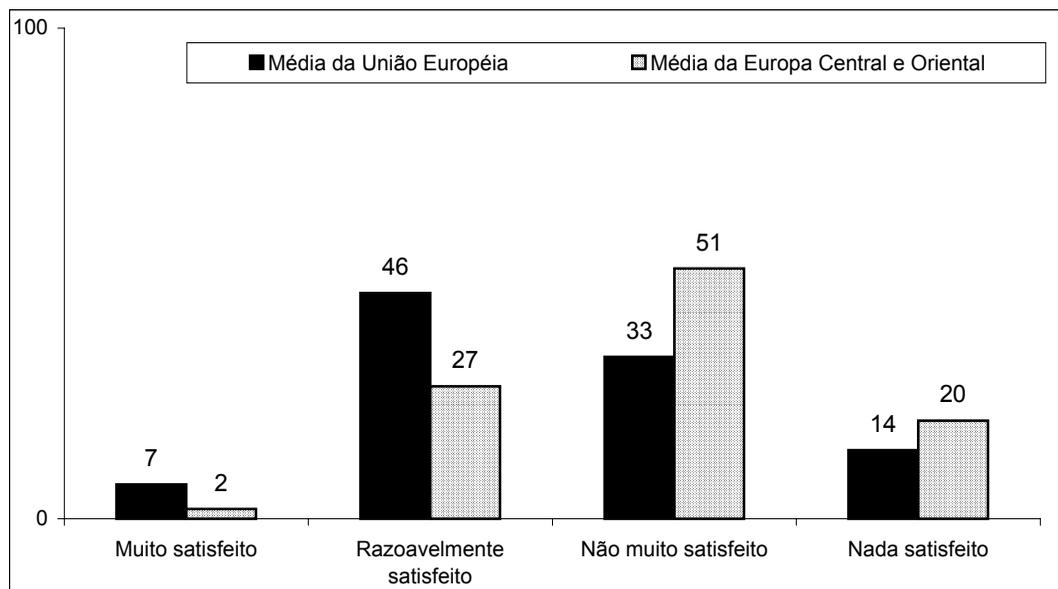
1. Numa democracia estabelecida, pedir às pessoas para avaliar a forma ideal de democracia em comparação com a prática atual de governo é simples e teoricamente útil, refletindo a distinção de Dahl entre democracia e poliarquia e medindo a distância entre o que as pessoas julgam mais desejável e o sistema existente. O Eurobarômetro multinacional pergunta: *Em geral, você está muito satisfeito, razoavelmente satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a maneira como a democracia está se desenvolvendo em seu país?* Os resultados são usados com frequência pelos cientistas sociais porque o Eurobarômetro é patrocinado pela Comissão Européia. Uma vez que a pergunta foi feita em quinze países durante duas décadas e é feita agora na Europa central e oriental e na antiga União Soviética, é possível fazer comparações de tendências por um período de duas décadas (ver por ex. Fuchs *et al.*, 1995).

No interior da União Européia, os cidadãos discordam sobre o bom ou mau funcionamento da democracia em seu país. Numa democracia estabelecida, somente três por cento respondem que não sabem, mas a pessoa média está insatisfeita com a democracia. Em média, 53% dos cidadãos das democracias estabelecidas da União Européia dizem estar razoavelmente ou muito satisfeitos, enquanto que 47% estão, em maior ou menor grau, insatisfeitos (Figura 1). As diferenças entre as nações são substanciais: somente 19% dos italianos se disseram satisfeitos com a democracia, em contraste com 79% dos dinamarqueses.

Em nove países pós-comunistas há uma divisão de opinião semelhante sobre o funcionamento da democracia: somente 29% afirmam que estão muito ou razoavelmente satisfeitos. Porém, há diferenças substanciais entre países. Na República Tcheca, a metade diz estar satisfeita, e entre os poloneses, 42% afirmam essa satisfação. Em contraste, na Belarus somente 16% dizem estar satisfeitos com seu novo regime, dificilmente um modelo de democracia, e na Ucrânia, apenas 17%. A quantidade limitada de satisfação com a democracia é uma característica recorrente dos surveys realizados na Europa pós-comunista, o mesmo ocorrendo com o padrão de diferenças entre nações em satisfação e insatisfação (cf. Berglund e Aarebrot, 1997, 123 ss.; Toka, 1995, 354).

Os cidadãos de democracias estabelecidas deveriam estar mais satisfeitos com sua forma de governo do que os de democracias nascentes. Portanto, é digno de nota que as médias exibidas na Figura 1 não possam ser projetadas para todos os regimes. Em sete dos nove países da Europa central e oriental os cidadãos mostram um nível mais alto de satisfação com a democracia do que na Itália, e em quatro países – República Tcheca, Polônia, Eslovênia e Romênia – mais pessoas revelam satisfação com a democracia do que na Grécia ou na Espanha. Além disso, a grande maioria dos cidadãos evita os extremos. Numa escala de quatro pontos com duas alternativas moderadas e duas extremas, somente sete por cento dos respondentes da União Européia dizem que estão muito satisfeitos com o funcionamento da democracia em seu país. De modo similar, somente dois por cento dos europeus orientais e centrais afirmam estar muito satisfeitos. De maneira complementar, somente 14% dos cidadãos da União Européia e 20% dos da Europa central e oriental dizem estar muito insatisfeitos. Na Europa pós-comunista, a pessoa média não está muito satisfeita com o modo como se desenvolve a democracia. Essa visão é consistente com a defesa de uma reforma da democracia para que ela funcione melhor, ou com sua rejeição em favor de um regime não-democrático.

FIGURA 1
Grau de satisfação com a democracia: comparação entre Europa ocidental e oriental



Fonte: Para nove países do New Democracies Barometer, Central and Eastern Eurobarometer (Bruxelas: European Commission Report n.º 4, 1994), Figura anexa 7. Pesquisa de campo em novembro-dezembro de 1993. Número total de entrevistas: 9.165. Para os doze Estados-membros da União Européia, com pesquisa de campo em abril-maio de 1994, ver Eurobarometer (Bruxelas, European Commission n.º 41, 1994), A 11, tabela 2. Número total de entrevistas: 13.029.

A questão sobre satisfação com a democracia está formulada em termos genéricos, de tal forma que pode ser usada em qualquer país, mas a falta de uma âncora institucional é uma debilidade, pois respostas idênticas a esta pergunta não têm o mesmo significado em contextos institucionais diferentes. Uma pessoa que declara estar insatisfeita com o desenvolvimento da democracia na Belarus ou Ucrânia está avaliando um regime muito diferente do que uma pessoa que diz a mesma coisa na Dinamarca ou na Holanda. As respostas são totalmente subjetivas; elas não levam em conta a diferença entre a insatisfação com um regime que se situa no topo da classificação da escala da Freedom House e aquela que diz respeito a um regime que é classificado como “parcialmente livre”. A satisfação com a democracia não pode ser utilizada para testar a hipótese de Churchill, pois não há maneira de saber se uma pessoa não muito satisfeita com o modo como se desenvolve a democracia não seria mais negativa ainda com respeito a um regime comunista.

O hiato entre o ideal e a prática da democracia foi medido por Evans e Whitefield (1995, 489 ss.) num survey realizado em 1993 em oito países pós-comunistas: Bulgária, Estônia, Hungria, Lituânia, Polônia, Romênia, Rússia e Ucrânia. Primeiro perguntou-se: *Como você se sente em relação ao propósito de introduzir a democracia neste país, com partidos que competem pelo governo?* Um total de 55% foi positivo com respeito à idéia de democracia, 29% disseram que não sabiam e o menor grupo, 16%, foi negativo. As respostas positivas superaram as negativas por uma margem de mais de três para uma. Quando se perguntou às pessoas – *Como você avaliaria a prática real da democracia até agora neste país?* – o padrão se inverteu. O maior grupo, 47%, foi negativo, os que responderam “não sei” totalizaram 31% e somente 22% foram positivos. Em todos os países, os que estavam a favor dos objetivos democráticos superaram de longe os que eram contra, e os que se manifestaram negativamente sobre a prática da democracia superaram os que tinham uma visão positiva. A pessoa média de um país pós-comunista mostrava aprovação do objetivo da democracia, mas desaprovava a prática de governo em seu sistema recentemente democratizado.

As teorias da frustração e do comportamento político supõem que quanto maior a distância entre o ideal democrático e a prática democrática, maior o risco de frustração que conduza a uma ação agressiva que desestabilize uma nova democracia (Gurr, 1970). Na pesquisa de Evans e Whitefield, cerca de um terço dos respondentes estavam frustrados, sendo a favor da democracia em teoria, mas insatisfeitos com sua prática; um quinto estava satisfeito com ambas; um sexto era contra a democracia tanto na teoria como na prática; e cerca de um terço manifestou apatia. Tal como a maioria dos cientistas políticos que usam surveys, os autores não enfocaram macro-instituições, mas as atitudes dos indivíduos por si mesmos, e concluíram que quanto mais positiva é a avaliação da prática da

democracia, maior o compromisso normativo dos indivíduos com a democracia como um ideal (Ibid., tabela 6). A quantidade de frustração que pode ser tolerada num sistema é deixada em aberto. A omissão de questões sobre alternativas à democracia torna impossível testar a hipótese de Churchill, uma vez que a distância entre a democracia na teoria e na prática poderia ser preferida à distância entre a prática de um regime não-democrático e as realizações correntes de uma nova democracia.

2. O hiato entre formas ideais e reais de democracia não surpreende, mas a questão crítica é: qual é o significado dessa distância? Ela implica que aqueles que percebem uma diferença vão preferir fechar a brecha com uma *reforma ou revolução*? Essa questão é tratada em um estudo das novas democracias em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, que pediu às pessoas para escolher entre três alternativas: nossa democracia funciona bem; nossa democracia tem muitos defeitos, mas funciona; ela está ficando pior e não vai funcionar mesmo (Tabela 1).

Em 1985, quando os habitantes de democracias mediterrâneas recentemente estabelecidas foram pesquisados, a maioria via muitos defeitos na democracia, mas acreditava que ela funcionava. Menos de uma em cinco achava que o regime estava ficando pior e jamais funcionaria. Isso implica uma demanda por reformar a democracia com a remoção de seus defeitos, em vez de rejeitar o regime e tentar outra forma de governo. Os surveys da Comissão Européia (1989, tabela B3) também concluem que quando as pessoas avaliam sua sociedade, uma grande maioria é invariavelmente a favor da reforma, em vez de dar um endosso geral ao *status quo* ou pedir uma mudança revolucionária.

TABELA 1
Atitudes em relação à democracia existente

| | Portugal % | Espanha % | Itália % | Grécia % | Média % |
|---------------------------------------|---------------|--------------|-------------|-------------|------------|
| <i>Avaliação do regime atual</i> | | | | | |
| Nossa democracia funciona bem | 5 | 8 | 4 | 35 | 13 |
| Tem muitos defeitos, mas funciona | 63 | 60 | 61 | 45 | 57 |
| Está ficando pior e não vai funcionar | 11 | 20 | 28 | 14 | 18 |
| Não sei | 21 | 11 | 6 | 4 | 11 |

3. A avaliação *contingente* da democracia pressupõe que esse regime não é ideal para todos os objetivos: pode funcionar bem em algumas circunstâncias, mas em outras, um regime não-democrático pode ser melhor. Essa visão é consistente com a crença de que, embora seja desejável, a democracia não é igualmente apropriada a todas as circunstâncias. Quando a pergunta é feita nos países da União Européia, mais de três quartos dos entrevistados dão um apoio absoluto à

democracia como preferível a qualquer outro tipo de regime (Tabela 2). Dos restantes, um oitavo não tem opinião ou acha que a forma de governo não faz diferença. Menos de um em dez acreditam que, em algumas circunstâncias, um regime não-democrático é melhor. O compromisso com a democracia é tão forte nos países mediterrâneos que tiveram a mais recente exposição a um governo não-democrático quanto nas democracias europeias bem estabelecidas, enfatizando que as pessoas que experimentaram um regime não-democrático conhecem bem suas deficiências. Na América Latina, a mesma pergunta revelou uma maioria que dá um apoio sem qualificações à democracia em nove diferentes países, inclusive muitos que tiveram experiências recentes de regimes autoritários ou ditatoriais.

TABELA 2

Compromisso absoluto versus contingente com a democracia

Pergunta - Com qual das seguintes afirmações você concorda mais?

- a) A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo.
- b) Em certas situações, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.
- c) Para pessoas como eu, não importa se temos um governo democrático ou não-democrático.

| | Democracia % | Autoritário % | Não importa % | Não sabe % |
|-----------------------------------|-----------------|------------------|------------------|---------------|
| Grécia | 90 | 4 | 3 | 2 |
| Portugal | 83 | 9 | 4 | 4 |
| Espanha | 78 | 9 | 7 | 6 |
| Itália | 73 | 14 | 6 | 7 |
| Média de 12 países da UE | 78 | 9 | 8 | 5 |
| América Latina: média de 9 países | 61 | 18 | 16 | 5 |

Fonte: União Européia: Eurobarometer 37, 1992. América Latina: Latinobarômetro, 1996, dados para Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela.

A abordagem contingente cumpre as exigências da hipótese de Churchill, tendo em vista que pede uma comparação direta entre dois regimes e que no Mediterrâneo e na América Latina, as pessoas tiveram, em geral, experiências com alternativas democráticas e autoritárias. Uma vez que a maioria esmagadora apóia a democracia sem qualificações, a interpretação é simples. Porém, não há motivos para esperar a mesma distribuição de respostas nos países pós-comunistas, pois a tríplice transformação de instituições sociais, econômicas e políticas revela provavelmente mais indícios de deficiências – e as respostas à pesquisa nos países mediterrâneos foram dadas décadas depois da re-implantação da democracia nessas nações. Ademais, quando regimes democráticos e não-democráticos são considerados preferíveis ou parecidos conforme a circunstância, as respostas não podem ser interpretadas sem que se saiba quais condições são mais importantes. Além disso, não está em oferta um regime híbrido que ofereça o que é percebido como o melhor das alternativas democrática e autoritária. Dentro de uma

democracia estabelecida, pode fazer sentido avaliar o apoio a instituições específicas de um regime, uma vez que as partes podem ser reformadas sem alterar o todo (cf. Hibbing e Theiss-More, 1995). Porém, quando há competição entre regimes democráticos e não-democráticos, tanto governantes como governados precisam escolher entre um ou outro – com todas as suas falhas incluídas no pacote.

A comparação de alternativas reais

A abordagem idealista é impulsionada pela demanda: ela pergunta às pessoas sobre como seu país deveria ser governado, em vez de como é governado. Ao contrário, a abordagem realista reflete o lado da oferta: ela está preocupada com a maneira como as pessoas reagem aos regimes que conheceram. Isso é plenamente consistente com a história da Europa central e oriental, onde os dirigentes nacionais ou estrangeiros, em vez de os governados, decidiram como o país deveria ser dirigido e, com mais frequência, escolheram alternativas não-democráticas.

Perguntando sobre democracia na prática. Para testar a hipótese Churchill, é necessário ter uma medida que obedeça a quatro critérios. Primeiro, ela deve referir-se a regimes políticos reais, em vez de a ideais ou símbolos políticos abstratos. Em segundo lugar, deve ser holística, isto é, convidar a um julgamento sobre o regime como um todo, com todos os seus problemas, pois o fato de alguém não gostar de alguns aspectos de um regime pode refletir um desejo de reforma, em vez de uma rejeição da democracia. Em terceiro lugar, uma vez que a democratização tem a ver com a competição com alternativas autoritárias, deve-se fazer comparações entre regimes. Tendo em vista que a democracia pode ser preferida como o mal menor, uma quarta exigência é que a medida comparativa deva registrar graus de sentimento tanto negativo quanto positivo. A seqüência das questões sobre regime do New Democracies Barometer é projetada para cumprir todos esses critérios.

P. Eis uma escala para classificar como o governo funciona. O topo, +100, é o melhor; a base, -100, é o pior. Onde você poria:

a) O antigo regime comunista?

b) Nosso atual sistema de governo, com eleições livres e muitos partidos?

As questões estão ancoradas institucionalmente: são sobre um sistema de governo e não sobre idéias e símbolos abstratos. Cada questão exige uma classificação do regime como um todo, pois os cidadãos não podem escolher e misturar elementos de diferentes regimes, mas devem encarar o regime tal como é: um pacote produzido pela negociação entre as elites. Tal como todos os pactos, o resultado é uma conciliação entre as deficiências e a necessidade de melhora. Assumir uma posição em relação ao regime é como tomar posição numa pergunta

de referendo que foi formulada pelas elites: os cidadãos comuns só podem votar sim ou não, ou se abster.

As questões referem-se a regimes históricos e não a ideais ou símbolos. Pede-se aos indivíduos que avaliem o regime comunista tal como eles o conheceram por experiência pessoal, em vez de julgar o comunismo tal como se supunha que viria a ser no futuro utópico. O atual sistema de governo não é descrito como uma democracia, devido a sua carga simbólica, e num país como a Belarus, na época do trabalho de campo, havia motivos para questionar o caráter democrático do regime. A pergunta sobre o atual regime formulada imediatamente após o regime comunista ajuda a concentrar o foco no sistema, distinto do governo do momento. Para reforçar esse ponto, o sistema atual é descrito corretamente como tendo eleições livres e muitos partidos, características nem sempre vistas com favor por aqueles para os quais a pleora de partidos e a competição eleitoral são sinais de confusão e conflito.

As pessoas na Europa central e oriental estão muito melhor qualificadas para fazer um julgamento comparativo sobre a democracia do que os europeus ocidentais ou anglo-americanos, pois podem fazê-lo partir da experiência pessoal direta. O uso da comparação evita o limbo do subjetivismo na questão sobre satisfação com a democracia, que não compara uma democracia existente com alternativas potenciais. Perguntar ao respondente médio o que ele ou ela deduz do presente, ao mesmo tempo em que se ignora o passado, é não compreender a maneira como a socialização em um regime comunista leva as pessoas a avaliar uma nova democracia à luz de uma vida inteira sob um regime não-democrático. A seqüência das questões enfatiza a comparação, pois o ponto de partida é a avaliação de um regime que o respondente conheceu durante quase toda a sua vida.

O fato de se oferecerem classificações tanto negativas como positivas segue a lógica do “mal menor” da hipótese de Churchill: um regime que é ruim pode ser preferível se a alternativa a ele é terrível. Enquanto a teoria da poliarquia de Dahl identifica somente o melhor e o segundo melhor, essa escala pode acomodar toda a gama de regimes, do melhor ou segundo melhor, ao segundo pior ou o absolutamente pior. A distância entre um regime classificado como “-100” e outro com “-50” é tão grande quanto a diferença entre uma poliarquia classificada como “+50” e uma democracia como “+100”. Na medida em que a insatisfação com o regime comunista se aproxima de “-100”, quase qualquer outro regime será preferível. Em vez de elaborar um modelo da democratização como um processo de avanço na direção de um ideal inatingível, nos regimes pós-comunistas, podemos estabelecê-la como a fuga da insatisfação absoluta (Rose, 1992).

O foco nas diferenças entre regimes deixa intencionalmente muita coisa em aberto, como, por exemplo, se o regime comunista estava mais perto de suas

origens totalitárias ou introduzira uma liberalização substancial em sua fase pós-totalitária. Deixa abertas também questões institucionais como se o regime é um sistema parlamentarista ou presidencialista, pois ambos são consistentes com a democracia. Não se fazem pressuposições sobre se o novo regime adota uma forma determinada de sistema econômico: isso é objeto de questões paralelas, mas separadas. A questão final sobre o regime é muito aberta. Ela pede que o entrevistado avalie: c) *Nosso sistema de governo dentro de cinco anos*. A questão reconhece a importância política das expectativas futuras, tanto quanto dos julgamentos retrospectivos. A questão não é idealista ao perguntar às pessoas se esperam que a democracia se complete em um futuro previsível. Também não pergunta sobre a satisfação com o modo como a democracia está se desenvolvendo. É uma medida de esperanças ou de medos em relação ao que ainda não se sabe.

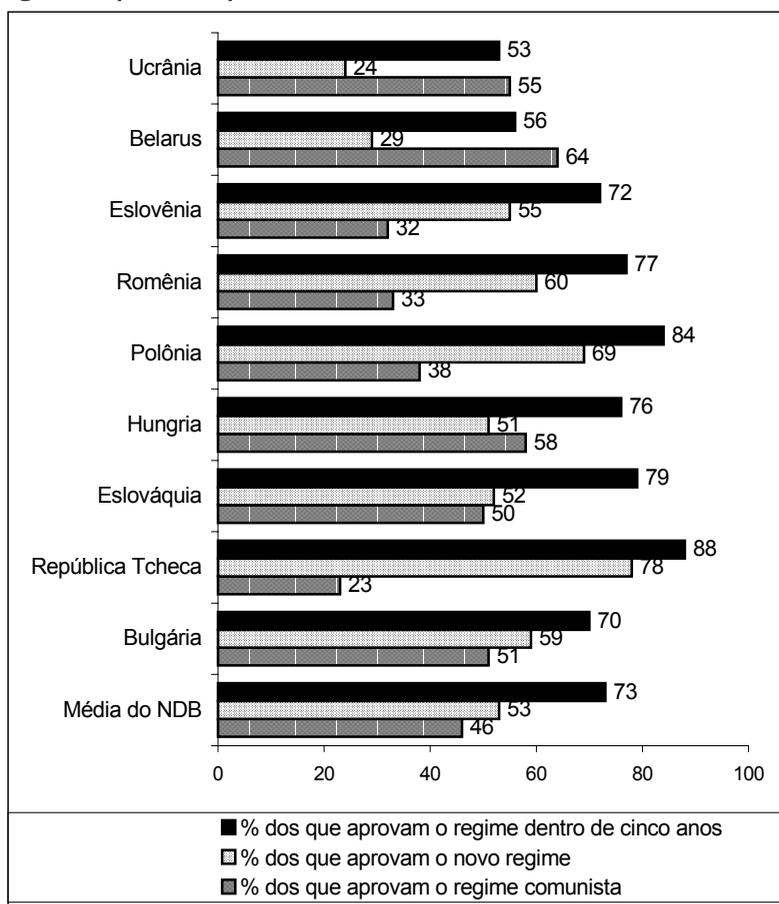
Divisões intra e entre países. Quando se pede uma avaliação do antigo regime comunista, em todos os países a população se divide. Nos nove países do New Democracies Barometer, uma média de 46% dá ao velho regime uma classificação positiva e 44%, negativa. O respondente médio está indeciso, colocando o regime em zero, numa escala que vai do “céu” (+100) ao “inferno” (-100). Uma vez que os resultados vêm de um único survey, se poderia argumentar que, nos regimes pós-comunistas, as pessoas costumam “reescrever” suas visões do passado. Na verdade, isso não acontece. Os surveys do NDB de 1991 até 1995 mostram muito pouca alteração na porcentagem agregada dos que endossam o velho regime. A dura experiência de vida em um regime comunista deixou marcas indeléveis na mente das pessoas (Rose e Haerpfer, 1996, figura 2.1). Isso também transparece pelo fato de que mais pessoas vêem mais o antigo regime como inferno absoluto do que como céu absoluto. Na República Tcheca, 23% classificaram os comunistas em “-100”; na Romênia, 22% fizeram o mesmo com o regime de Ceausescu, enquanto um por cento deu ao velho regime a classificação mais positiva. No conjunto dos países do NDB, 12% deram ao antigo regime a pior classificação possível, em comparação com cinco por cento que lhe deram a melhor nota.

Há diferenças substanciais entre países quanto ao modo como as pessoas avaliam o velho regime. A classificação mais alta obtida por ele foi na Belarus, onde dois terços foram positivos, e na Ucrânia, onde 55% foram positivos. O apoio ao antigo regime nesses países combina sentimentos em relação à era comunista e ao Estado soviético, que estão inextricavelmente ligados. A divisão da Tchecoslováquia também deve ter afetado de modo semelhante a avaliação que os eslovacos fazem do antigo regime. A classificação altamente positiva na Hungria parece ser influenciada pelas condições relativamente liberais existentes sob um regime que colaborava com Moscou, mas minimizava a repressão de seu próprio povo. Em três países onde a repressão continuou até o fim da era comunista – República Tcheca,

Romênia e Polônia – a maioria absoluta deu uma nota negativa ao regime comunista.

Quando questionadas sobre o regime atual, as sociedades permanecem divididas, mas em proporções diferentes. Nos nove países do NDB, 53% são positivos, 12% indecisos e 35% negativos (Figura 2). Na República Tcheca, há um grande consenso em favor do novo regime: 78% são positivos, mais do que o triplo da proporção a favor do antigo regime. Na Polônia, mais de dois terços também são positivos. A Belarus e a Ucrânia são os únicos países onde relativamente poucos são positivos; nos dois casos estão avaliando um regime novato identificado com o colapso da União Soviética. Na Hungria, uma maioria é positiva em relação ao novo regime, mas ainda assim, ela é menor do que aqueles que se manifestam positivamente sobre o antigo regime.

FIGURA 2
Avaliação de regimes – passado, presente e futuro



Fonte: Paul Lazarsfeld Society, *New Democracies Barometer III*

Em termos dinâmicos, a questão crítica é a direção em que as atitudes individuais estão se movendo. Uma maneira de medir isso é entrevistar ano após ano um painel dos mesmos respondentes. Em 1991, quando foi lançado o New Democracies Barometer, o acompanhamento da opinião de indivíduos com novas entrevistas anuais foi rejeitado. Para fazer isso, seria necessário manter um registro em cada país do nome, do endereço e da opinião política de cada respondente, um risco grande demais, tendo em vista a história passada das sociedades do centro e do leste europeu. Para avaliar como as condições políticas estão mudando, o survey do NDB pede às pessoas para classificar o regime tal como elas esperam que ele seja dentro de cinco anos.

As esperanças superam de longe os temores: 73% fazem uma avaliação positiva para o regime no futuro, 20 pontos percentuais a mais dos que aprovam o regime atual e 27 pontos a mais dos que aprovam o antigo regime comunista. Até mesmo na Belarus e na Ucrânia, uma maioria tem expectativas positivas. Além disso, a grande maioria parece razoavelmente confiante quanto ao que o futuro trará, pois apenas 14% respondem que não sabem ou dão uma nota zero. Porém, o survey do NDB deixa a direção da mudança em aberto. As pessoas desses países podem esperar que seu regime venha a ser uma democracia saudável em cinco anos, ou alguns podem esperar a continuação da democratização, enquanto outros esperam um crescimento em apoio para alguma alternativa não-democrática. Tendo em vista as avaliações diversas dos regimes do passado e do presente, devemos perguntar: que tipo de regime, democrático ou não-democrático, as pessoas esperam que seu país tenha no futuro?

Apoio a alternativas não-democráticas

Uma busca por tentativa e erro de uma alternativa ao comunismo não se dirige necessariamente para a democracia. Por definição, um regime pós-comunista só pode ser novato, e cinco dos países cobertos pelo New Democracies Barometer são também Estados novos. Essas experiências fazem com que cada cidadão tenha consciência de que são possíveis formas alternativas de governo. Contudo, a insatisfação com o regime atual não é em si mesma uma prova do apoio a uma alternativa autoritária. As páginas anteriores documentaram que embora somente metade dos cidadãos dos países da União Européia esteja satisfeita com a democracia, uma grande maioria quer uma democracia reformada e “melhor”, em vez de uma alternativa não-democrática. Os países pós-comunistas ainda precisam mostrar o compromisso de longo prazo com a democracia existente nas democracias estabelecidas da Europa ocidental.

Baixo endosso de massa para alternativas não-democráticas

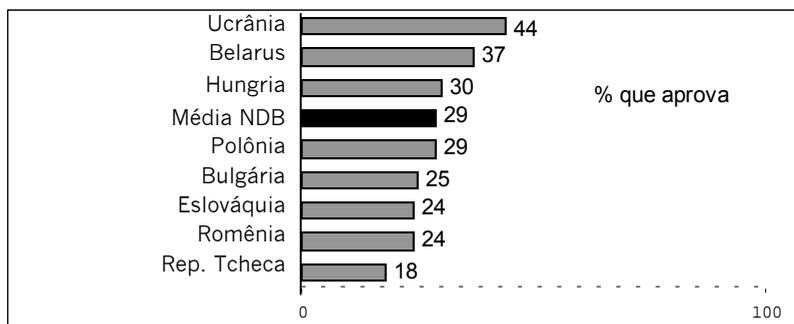
Para testar em que medida os novos regimes são vulneráveis ao colapso, o New Democracies Barometer perguntou primeiramente às pessoas se achavam que havia uma possibilidade de fechamento do Parlamento e dos partidos políticos, acontecimento para o qual havia muitos precedentes históricos na Europa central e oriental. O respondente médio julgou que isso não era muito provável, e 21% disseram que não era provável de forma alguma. Mas 31% achavam que isso poderia acontecer e seis por cento, que era muito provável que ocorresse.

Quando se pergunta se as pessoas apoiariam a suspensão do Parlamento e dos partidos, 74% dizem que não (Figura 3). Ademais, os que desaprovam fortemente a derrubada do novo regime superam os que são fortemente a favor por uma margem de cinco para um. A insatisfação com o novo regime é consistente com a preferência pela reforma de suas instituições, em vez de dispensá-las. Quase a metade dos insatisfeitos com a nova democracia é contra a suspensão do Parlamento e a abolição dos partidos. Embora existam diferenças entre países no apoio ao novo regime, até mesmo na Ucrânia, onde as atitudes negativas são mais fortes, menos da metade gostaria ativamente de se ver livre das instituições democráticas. Uma maioria de 52% dos respondentes do NDB é de democratas confiantes, contra a suspensão do Parlamento, possibilidade que julgam muito improvável ou totalmente improvável. Além disso, um quinto são democratas ansiosos, contrários a acabar com as instituições democráticas, mas preocupados com que isso possa acontecer. Os autoritários esperançosos, os que são contra as instituições representativas e acreditam que elas podem ser derrubadas, compõem também um quinto das respostas, aumentadas por alguns poucos antidemocratas pessimistas, que gostariam de se livrar do Parlamento, mas não esperam que isso ocorra.

FIGURA 3

Apoio limitado à abolição do Parlamento e dos partidos

P. Algumas pessoas acham que este país seria mais bem governado se o Parlamento fosse suspenso e não tivéssemos tantos partidos políticos. Se o Parlamento fosse suspenso e os partidos abolidos, você aprovaria ou desaprovava?



Fonte: New Democracies Barometer III. Pergunta não formulada na Eslovênia.

Uma vez que as pessoas que se opõem à democracia podem discordar sobre qual alternativa seria melhor, o New Democracies Barometer pergunta também se as pessoas são um pouco ou muito favoráveis a várias hipóteses de regime (Tabela 3). Para aqueles insatisfeitos com a democracia, *uma volta ao comunismo* é uma alternativa familiar. Porém, menos de um em cinco apóiam a volta ao passado comunista. A rejeição é geralmente intensa; 56% se opõem muito ao retorno do velho regime, em comparação com os cinco por cento que são fortemente favoráveis a fazer o relógio andar para trás. Há diferenças substanciais entre países; na República Tcheca, somente sete por cento dizem que gostariam da volta do comunismo, enquanto que na Belarus, 34% escolhem essa alternativa. Uma característica notável das respostas é que o endosso do retorno ao comunismo é menos da metade da proporção que expressa uma avaliação positiva desse regime (cf. Figura 2 e Tabela 3).

A nostalgia do passado não conduz usualmente a um desejo de voltar ao passado. Isso é bom, pois as instituições que sustentavam o velho regime, tais como a União Soviética, o Pacto de Varsóvia e o Comecon, não existem mais. Embora muitos políticos da era comunista continuem ativos, eles estão espalhados por vários partidos, e os sucessores dos antigos partidos governantes tenderam a ganhar mais votos onde reagiram às mudanças geopolíticas fazendo do “ex” a parte principal do termo ex-comunista (cf. Kitschelt, 1995; Ishiyama, 1997).

O *governo militar* é uma forma familiar de regime não-democrático. A América Latina, o Oriente Médio e a África oferecem muitos exemplos da tomada do poder por um “homem a cavalo”. No passado, figuras militares foram importantes na Europa central e oriental, como por exemplo, o marechal Pilsudski, na Polônia, e o almirante Horthy, na Hungria. Porém, um golpe militar requer que a alta hierarquia militar veja seu papel como o de garantir a ordem e o bom governo de um país, ou oficiais jovens que dêem um golpe de “coronéis” (cf. Stepan, 1986). Nos regimes comunistas, os militares estavam sujeitos a um alto grau de controle político; eles evitavam a política interna e se concentravam na preparação para a Terceira Guerra Mundial. A visão de que os militares devem ficar fora da política é compartilhada pela população. Somente dez por cento apóiam a tomada do poder por eles; em nenhum país, mais do que quinto é a favor de um regime militar. Isso é particularmente notável, pois uma proporção muito maior de cidadãos confia mais (ou pelo menos desconfia menos) na instituição Exército do que no Parlamento ou nos partidos políticos. Porém, mesmo entre a minoria que confia no exército, menos de um quarto receberia bem sua tomada do poder.

TABELA 3

Quais são as alternativas à democracia?

P. Nosso sistema atual de governo não é o único que este país já teve. Algumas pessoas dizem que estaríamos em situação melhor se o país fosse governado de forma diferente. O que você pensa?

- a) Devemos retornar ao regime comunista
- b) O exército deveria governar o país
- c) É melhor acabar com o Parlamento e as eleições e ter um líder forte que possa decidir rapidamente as coisas
- d) Um retorno à monarquia seria melhor
- e) As decisões mais importantes sobre a economia deveriam ser tomadas por especialistas e não pelo governo e o Parlamento

| | a | b | c | d | e |
|-------------|-----|-----|-----|-----------|-----|
| Média NDB | 18% | 10% | 32% | 8% | 72% |
| Bulgária | 35 | 15 | 45 | 19 | 66 |
| Rep. Tcheca | 7 | 2 | 16 | 3 | 80 |
| Eslováquia | 16 | 4 | 24 | 1 | 89 |
| Hungria | 18 | 2 | 18 | 5 | 83 |
| Polônia | 18 | 11 | 35 | 7 | 60 |
| Romênia | 12 | 18 | 31 | 17 | 56 |
| Eslovênia | 12 | 8 | 41 | não perg. | 63 |
| Belarus | 34 | 15 | 44 | 8 | 69 |
| Ucrânia | 25 | 11 | 45 | 7 | 78 |

Fonte: Paul Lazarsfeld Society, Viena, New Democracies Barometer III. A porcentagem positiva é a soma dos que concordam muito e um pouco.

Os regimes dominados por um *líder forte* foram comuns na Europa central e oriental. Kenneth Jowitt (1992) sustenta que décadas de exposição ao domínio leninista reforçaram a aceitação da liderança autoritária. No entanto, o desejo por liderança efetiva não é necessariamente não-democrático: ele está presente em todas as eleições presidenciais americanas e também nas democracias europeias bem estabelecidas (cf. Rose e Mishler, 1996). Para testar o grau dessa demanda, o New Democracies Barometer perguntou às pessoas se elas gostariam de um líder forte governando sem Parlamento e eleições. Um pouco mais de um terço respondeu positivamente. Em países onde a liderança forte foi especialmente evidente, como a Romênia sob Nicolae Ceausescu, e a Eslováquia, onde Vladimir Meciar conduziu o país à independência e depois entrou em conflito com o presidente e o Parlamento, o apoio a um líder forte fica *abaixo* da média. Ainda que os jornalistas dêem crédito a líderes políticos com personalidades fortes, é mais provável que os líderes autoritários “desmagnetizem” os cidadãos: 37% rejeitam fortemente a idéia de um líder no lugar do Parlamento e somente 15% apóiam muito essa alternativa não-democrática.

A *monarquia* tem uma ressonância histórica positiva somente em dois países pesquisados, Bulgária e Romênia, onde foi um símbolo nacional, embora politicamente divisor, de autoridade no período entre guerras e durante a Segunda Guerra Mundial. Na Bulgária, onde se estabeleceu o regime monárquico no processo de luta pela independência do Império Otomano, 19% a endossam e, na Romênia, 18%. Em outros países, a independência nacional foi conquistada em revoltas contra um monarca imperial e o republicanismo é dado como certo; em média, apenas cinco por cento apóiam a monarquia. Uma vez que esse regime pode ser constitucional, seu endosso não é uma ameaça à democracia; na Espanha, o rei foi associado positivamente à democratização (cf. Linz e Stepan, 1996, 89 ss.; Rose, 1995).

Transformar a economia dirigida em algum tipo de economia de mercado é um problema sério em todos os países pós-comunistas. Para tanto, é preciso capacidade técnica, bem como a autoridade de uma eleição popular. Às vezes, chega-se a dizer que as eleições livres são um obstáculo à execução do que é necessário do ponto de vista técnico para promover o crescimento econômico, e as políticas seriam melhores se feitas por *tecnocratas econômicos* “motivados para perseguir os objetivos postulados pela análise econômica normativa tradicional” (Williamson, 1994, 13). Em todos os países, uma grande maioria concorda com isso. A amplitude do apoio popular aos especialistas que tomam as decisões econômicas sugere que não há tanto conflito entre ideologias econômicas concorrentes quanto existe um abismo entre as políticas que funcionam e as que não funcionam (cf. Duch, 1993).

Identificando uma síndrome autoritária

A oposição à democracia pode vir de muitas direções diferentes. Mesmo que a maioria não goste do novo regime, pode haver discordâncias sobre o que gostariam de pôr em seu lugar: alguns são a favor de um homem forte, enquanto outros se opõem a ditadores, mas querem economistas tecnocratas para tomar as decisões econômicas. Na falta de acordo sobre uma alternativa, as instituições democráticas poderiam permanecer indefinidamente em funcionamento.

A análise fatorial oferece um método estatístico direto para determinar se as opiniões sobre as seis alternativas à democracia examinadas acima refletem uma preferência geral por um regime não-democrático. Os resultados mostram que a aprovação de um retorno ao comunismo, da dissolução do Parlamento e dos partidos, da ditadura e do golpe militar constituem uma única dimensão de apoio a alternativas não-democráticas (Tabela 4). Juntas, essas quatro atitudes respondem por 32% da variância total na análise. Igualmente significativa, o amplo apoio à tomada de decisões pelos especialistas em economia não é o desejo de que um “PhD a cavalo” tome o poder: trata-se de uma demanda por ação efetiva de profissionais. Ela constitui um segundo fator, sem relação com o endosso de

alternativas não-democráticas. Isso é consistente com o argumento de Dahl (1971) de que a tomada de decisões por especialistas não é inconsistente com a democracia e, em alguns casos, é até necessária. A monarquia também é um fator separado, não associado ao apoio a regimes autoritários. Isso não surpreende, pois na grande maioria dos países pós-comunistas, uma monarquia é simplesmente irrelevante.

TABELA 4
Análise fatorial de regimes alternativos

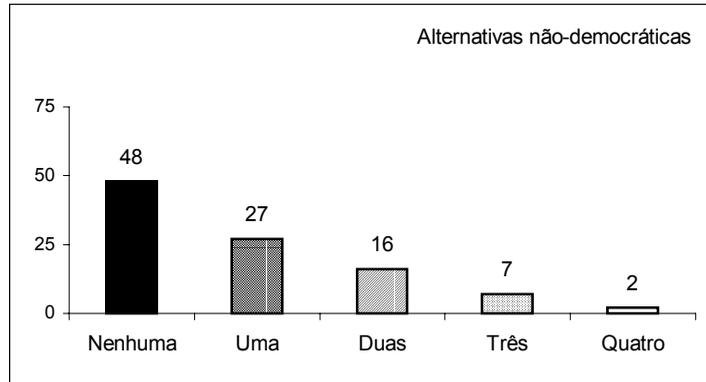
| | <i>Fator 1</i> | <i>Fator 2</i> | <i>Fator 3</i> | <i>Comunalidade</i> |
|------------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|---------------------|
| <i>Alternativas</i> | Rotação ortogonal varimax | | | |
| Regime comunista | 73 | -10 | -16 | 60 |
| Líder forte | 71 | 31 | 14 | 62 |
| Governo militar | 66 | -13 | -26 | 54 |
| Suspensão de Parlamento e partidos | 62 | 28 | 02 | 46 |
| Especialistas dirigem a economia | 03 | 92 | -01 | 86 |
| Monarquia | 05 | 00 | 97 | 93 |
| | .. | .. | .. | .. |
| Eigenvalue | 1.96 | 1.04 | 1.00 | |
| Variância explicada | 32.6 | 17.5 | 16.6 | 66.7 |

Fonte: Paul Lazarsfeld Society, Viena, *New Democracies Barometer III*. Uma vez que não foi formulada na Eslovênia, a questão sobre a monarquia foi excluída da análise fatorial; número total de respondentes: 7.733.

As respostas a quatro questões sobre a suspensão do Parlamento, governo de um líder forte, controle pelo exército ou uma volta ao comunismo podem ser combinadas numa única escala de *rejeição de alternativas não-democráticas*. Essa escala mede um conjunto diferente de preferências políticas do que as escalas de três regimes; a correlação entre ela e a aprovação positiva do regime atual é insignificante. Isso é também ilustrado pelo fato de que os húngaros, não obstante ocuparem o terceiro lugar entre os que menos apóiam o regime atual, estão em segundo lugar na rejeição de alternativas não-democráticas.

Embora haja algum apoio para cada alternativa autoritária, a distribuição total se inclina para a ponta mais baixa (Figura 4). Quase a metade rejeita todas as quatro alternativas não-democráticas; um quarto rejeita todas, exceto uma. Um sexto está dividido, apoiando duas alternativas democráticas e duas autoritárias. menos de um em dez endossa três ou quatro regimes não-democráticos.

FIGURA 4
Apoio limitado a alternativas não-democráticas



Fonte: Paul Lazarsfeld Society, *New Democracies Barometer III*.

Explicando a variação e não a uniformidade

Os historiadores que estudam um único país da Europa central ou oriental tendem a enfatizar os aspectos uniformes desse país, tais como a língua ou a religião. Assim como um historiador americano pode explicar a história dos Estados Unidos em termos de fatores americanos, do mesmo modo os búlgaros ou húngaros podem citar a história de seus países para explicar o que acontece lá. Os políticos que fundam nações e que buscam justificar a criação de novos Estados a partir da ruptura de Estados multinacionais são especialmente fervorosos na ênfase das preocupações coletivas com a identidade, a língua ou a cultura, que se presume que são muito valorizadas por todos que pertencem ao *Volk*. Ao mesmo tempo em que reprimiam amiúde os ideais nacionalistas, os regimes comunistas proclamavam que todos deveriam concordar sobre a correção dos princípios marxistas-leninistas tais como proclamados pelo Estado-partido.

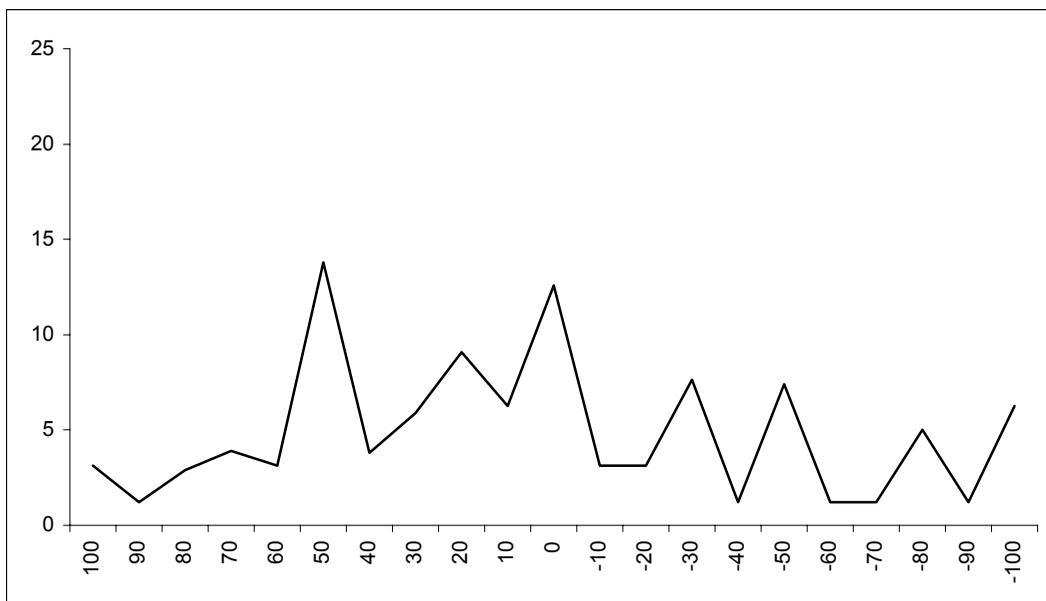
Muitas teorias sobre as sociedades pós-comunistas implicam uma uniformidade de resposta: espera-se que todos que vivem numa determinada sociedade avaliem o governo mais ou menos da mesma forma. A escala céu-inferno proporciona um teste empírico desse pressuposto, pois não se pergunta às pessoas somente se elas aprovam ou desaprovam o regime, mas também que registrem o grau em que são positivas ou negativas.

Com consistência, os surveys do NDB indicam que os indivíduos se dispersam amplamente ao longo de uma escala de 201 pontos que mede a aprovação ou desaprovação de um regime. A questão é facilmente negligenciada quando, para simplificar a apresentação, se fica nas porcentagens dos que aprovam o regime, pois a aprovação pode variar de um fraco +1 a um vibrante +100. A nota média dada ao regime atual, +5, disfarça uma grande variação de atitudes entre

indivíduos na escala céu-inferno, como ilustra a Figura 5.

No interior de cada nova democracia há substanciais diferenças de opinião na classificação que os indivíduos dão ao novo regime. Qualquer que seja a média nacional, o desvio padrão em torno da média é grande. As respectivas médias nacionais (desvios-padrões) são: Bulgária 14 (51); República Tcheca 33 (39); Eslováquia 5 (46); Hungria 1 (50); Polônia 18 (41); Romênia 12 (52); Eslovênia 9 (48); Belarus -21 (49); e Ucrânia -21 (49). Além disso, encontra-se um alto grau de variação em apoio ou rejeição do novo regime em cada survey NDB, e também em outras medidas de democracia (ver por ex., Rose e Haerpfer, 1996; Simon, 1996). A amplitude da variação rejeita as teorias “nacionalistas” que supõem que todos as pessoas de um país irão reagir da mesma forma à experiência comum da substituição de regimes. As teorias da cultura política não podem ser invocadas para explicar o apoio à democracia, na medida em que enfatizam valores compartilhados dentro de uma cultura ou numa área cultural ampla (cf. Huntington, 1996). Na ausência de uniformidade nas avaliações do regime atual, uma interpretação cultural das medidas acima poderia prever uma instabilidade crônica ou o colapso dos regimes democráticos devido à falta de consenso cultural.

FIGURA 5
Variações no apoio ao regime atual



Fonte: Paul Lazarsfeld Society, New Democracies Barometer III.

Na literatura das ciências sociais, várias teorias procuram explicar porque as pessoas diferem quanto aos valores políticos; em geral, essas teorias são

desenvolvidas e testadas em democracias estabelecidas, em especial, nas mais antigas e, de algum modo, a democracia estabelecida mais característica, os Estados Unidos. Dois pontos de vista teóricos disputam a primazia na explicação de porque as pessoas apóiam ou rejeitam o governo democrático. As teorias culturais enfatizam valores e crenças políticas fundamentais, formadas durante um longo processo de socialização política iniciado na infância (ver, por ex., Almond e Verba, 1963; Inglehart, 1990). Embora assumam diversas formas, as teorias da socialização concordam que o apoio político é adquirido cedo na vida, em consequência de experiências que refletem a influência dos pais sobre a etnicidade e a prática religiosa do indivíduo, e educação, geração, gênero e classe social. Cada passo na socialização diferencia os indivíduos uns dos outros; o objeto da pesquisa empírica é identificar quais passos em particular são mais importantes para o apoio às alternativas democrática e autoritária.

Ao contrário, as teorias da escolha racional enfatizam que o apoio ao regime depende substancialmente do desempenho político (ver, por ex., Weatherford, 1992; Przeworski, 1991). Um grupo de teorias enfatiza a capacidade do regime de obter um bom desempenho da economia, e as decisões que os governantes tomam sobre como os benefícios econômicos serão distribuídos. A hipótese básica é que os indivíduos apoiarão um governo (e, por extensão, um regime democrático) se acreditarem que “vale a pena” para eles fazer isso. Uma vez que os indivíduos diferem em condições e expectativas econômicas, o objeto da pesquisa empírica é identificar quais as condições econômicas que têm maior influência, positiva ou negativa, no apoio às alternativas democrática e autoritária. Um segundo conjunto de teorias sublinha o desempenho político. Os indivíduos ficam satisfeitos com a democracia quando ela funciona bem, de modo justo, e oferece liderança popular; ocorre insatisfação quando ela funciona mal, exibindo, por exemplo, corrupção ou ilegalidades do tipo Watergate. Numa democracia estabelecida, é fácil realizar surveys que medem o que as pessoas pensam sobre o funcionamento do governo, mas dificilmente faz sentido perguntar sobre alternativas não-democráticas.

Embora os pontos de vista da socialização e do desempenho sejam defendidos com tenacidade, a distinção teórica entre eles é exagerada (cf Finifter & Mickiewicz, 1992; Miller, Hesli & Reisinger, 1994 e 1997). Ambas as abordagens concebem o apoio como um produto da experiência. Elas se diferenciam principalmente em enquadramentos de tempo e nas experiências consideradas mais relevantes. As teorias da socialização enfatizam a primazia das experiências nos primeiros anos de vida, que perdurariam na vida adulta. As teorias do desempenho enfatizam as experiências recentes e contemporâneas que são freqüentemente vistas como cambiantes (por ex., o estado da economia), ou mesmo efêmeras (a popularidade de determinados políticos). Porém, até mesmo essa distinção é exagerada, pois as teorias da socialização reconhecem que embora

comece na infância, o aprendizado político é um processo contínuo ao longo da vida; a pesquisa da socialização enfatiza cada vez mais a socialização adulta como mais importante que a infantil na formação das atitudes políticas (Conover & Searing, 1994).

Em nossa visão, as teorias da socialização e do desempenho não são antagônicas, mas complementares. Elas podem ser integradas em um único modelo de aprendizado durante toda a vida (Rose & McAllister, 1990), no qual o apoio ao regime é formado inicialmente pelas primeiras experiências e depois evolui continuamente ao longo da vida adulta, enquanto as crenças iniciais são reforçadas ou contestadas por experiências posteriores. Os valores e as atitudes políticas podem ser relativamente estáveis no curto prazo e determinadas inicialmente pelas experiências de formação. Porém, a longo prazo, as atitudes em relação às instituições políticas e sociais podem mudar consideravelmente em reação a experiências mais recentes e avaliações de desempenho.

A idéia inerente ao modelo de aprendizado em toda a vida segue de perto a concepção de Fiorina (1989, 89-91) da identificação partidária política americana como uma “contagem em marcha de avaliações retrospectivas”. Expresso simbolicamente, o que estamos propondo é um modelo explicativo em que

$$APOIO_p = \sum_{i=1}^p B_i RE_i + u_p . \quad (1)$$

onde RE_i representa a avaliação retrospectiva que o indivíduo faz de um regime experimentado em qualquer período (i); B_i representa os pesos relativos atribuídos à experiência em qualquer período; e u_p é um termo de erro. Isso pode ser reescrito:

$$APOIO_p - APOIO_{p-1} + B_p RE_p + (u_p - u_{p-1}). \quad (2)$$

onde o apoio ao atual regime é um legado do apoio passado ($APOIO_{p-1}$) tal como modificado ou atualizado por experiências ou avaliações mais recentes e contemporâneas (RE_p). Concebidos desse modo, os modelos de socialização e desempenho são complementares.

Do ponto de vista empírico, o que está em questão é o impacto relativo de experiências variadas em diferentes pontos do ciclo de vida de um indivíduo. Numa democracia estabelecida, a diferença de APOIO em um momento p e outro momento $p-1$ é provavelmente mínima, pois o regime permanece constante; as principais mudanças ocorrerão provavelmente nas preferências por um candidato ou um partido político, como na teoria da competição eleitoral de Schumpeter.

Nas sociedades pós-comunistas, no entanto, há uma descontinuidade fundamental decorrente do fato de que o regime que busca apoio foi transformado de um estado-partido comunista em uma democracia. Isso altera

fundamentalmente os termos do debate sobre a importância relativa da socialização inicial em oposição ao desempenho atual, pois todo mundo é afetado pela descontinuidade dos regimes. Mas mesmo aqui as duas concepções se sobrepõem, pois é natural que os indivíduos julguem o desempenho do regime atual em comparação com lembranças do passado comunista, seja de forma negativa ou positiva (cf. Hahn, 1991). Do ponto de vista metodológico, o debate se resolve numa disputa sobre o tamanho relativo dos coeficientes para conjuntos competitivos de variáveis numa única equação regressiva.

O modelo de aprendizado durante toda a vida dá o devido reconhecimento a influências comuns a muitas sociedades, pós-comunistas ou não. Ele rejeita explicitamente a idéia de que os valores políticos básicos podem ser explicados por uma única causa e abre espaço para uma multiplicidade de influências sociais, econômicas e políticas. Para compreender a resposta em massa às transformações das sociedades pós-comunistas, devemos testar sob quais circunstâncias e em que medida as hipóteses deduzidas de teorias contrastantes explicam de fato como as pessoas comuns avaliam as alternativas de governo democráticas e não-democráticas (Rose, Mischler & Haerpfer, 1998).

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. *et alli.* (1950) *The Authoritarian Personality*. Nova York, Harper.
- ALMOND, Gabriel A. com Roselle, Laura. (1990) Model Fitting in Communist Studies. In: ALMOND, A. *Discipline Divided*, Londres, Sage Publications, 66-116.
- ALMOND, Gabriel A. & Verba, Sidney. (1963) *The Civic Culture*. Princeton, Princeton University Press.
- BARNES, Samuel H. (1967) *Party Democracy: Politics in a Italian Social Federation*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1994) Politics and Culture. In: WEIL, Frederick D. & GAUTIER, Mary (eds.). *Political Culture and Political Structure*, v. 2 da série *Research on Democracy and Society*. Greenwich, Conn., JAI Press, 45-64.
- BERGLUND, Sten & AAREBROT, Frank. (1997) *The Political History of Eastern Europe in the 20th Century: The Struggle between Democracy and Dictatorship*. Cheltenham, Edward Elgar.
- BROWN, Archie, ed. (1984) *Political Culture and Communist Studies*. Londres, Macmillan.
- CONOVER, Pamela Johnson & SEARING, Donald D. (1994) Democracy, Citizenship and the Study of Political Socialization. In: BUDGE, Ian & McKAY, David (eds.) *Developing Democracy*. Londres, Sage Publications, 24-55.
- DAHL, Robert A. (1971) *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1985) *A Preface to Economic Democracy*. Berkeley, University of California Press.
- DUCH, Raymond M. (1993) Tolerating Economic Reform: Popular Support for Transition to a Free Market in the Former Soviet Union. *American Political Science Review*, 87 (3): 590-608.

ECKSTEIN, Harry. (1966) *Division and Cohesion in Democracy. A Study of Norway*. Princeton, Princeton University Press.

EVANS, Geoffrey & WHITEFIELD, Stephen. (1995) The Politics and Economics of Democratic Commitment: Support for Democracy in Transition Societies. *British Journal of Political Science*, --, 485-513.

FINIFTER, Ada & MICKIEWICZ, Ellen. (1992) Redefining the Political System of the USSR: Mass Support for Political Change. *American Political Science Review*, 86 (4): 857-864.

FUCHS, Dieter, GUIDOROSI, Giovanna & SVENSSON, Palle. (1995) Support for the Democratic System. In: KLINGEMANN, Hans-Dieter & FUCHS, Diter (eds.) *Citizens and the State*. Oxford, Oxford University Press, 323-353.

GIBSON, James L. (1994) The Structure of Democratic and Economic Commitments in Russia and Ukraine. Berlim, XVI World Congress of the International Political Science Association, 22-26 de agosto.

GIBSON, James L. & DUCH, Raymond M. (1993) Support for Rights in Western Europe and the Soviet Union. *Research on Democracy and Society*, v. 1, JAI Press, 241-263.

GIBSON, James L., DUCH, Raymond M. & TEDIN, Kent L. (1992) Democratic Values and the Transformation of the Soviet Union. *Journal of Politics*, 54 (2): 329-371.

GURR, Ted R. (1970) *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.

HAHN, Jeffrey W. (1991) Continuity and Change in Russian Political Culture. *British Journal of Political Science*, outubro, 393-41.

HIBBING, John R. & Theiss-Morse, Elizabeth. (1995) *Congress as Public Enemy: Public Attitudes toward American Political Institutions*. Nova York, Cambridge University Press.

HUNTINGTON, Samuel P. (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nova York, Simon and Schuster.

INGLEHART, Ronald. (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Societies*. Princeton, Princeton University Press.

ISHIYAMA, John. (1997) The Sickle or the Rose? Previous Regime Types and the Evolution of the Ex-Communist Parties in Post-Communist Politics. *Comparative Political Studies*, 30 (3): 299-330.

JOWITT, Kenneth. (1971) *Revolutionary Breakthrough and National Development: The Case of Romania, 1944-1965*. Berkeley, University of California Press.

KITSCHOLT, Herbert. (1995) *Party Systems in East Central Europe: Consolidation or Fluidity?* Glasgow, University of Strachclyde Studies in Public Policy n.º 241.

McONTOSH, Mary & ABELE, Dan. (1994) Conceptions of Democracy in a Changing Central and East Europe. Filadélfia, trabalho para a reunião anual da AAASS, novembro.

McINTOSH, Mary, MacIVER, Martha Abele & ABELE, Daniel G. (1994) Publics Meet Market Democracy in Central and East Europe, 1991-1993. *Slavic Review*, 53 (2): 483-512.

MILLER, Arthur H., HESLI, Vicki L. & REISINGER, William M. (1994) Reassessing Mass Support for Political and Economic Change in the Former USSR. *American Political Science Review*, 88 (2): 399-411.

_____. (1997) Conceptions of Democracy among Mass and Elite in Post-Soviet Societies. *British Journal of Political Science*, 27 (2): 157-190.

PRZEWORSKI, Adam. (1991) *Democracy and the Market: Political and Economic Reform in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

- PRZEWORSKI, Adam & TEUNE, Henry. (1970) *The Logic of Comparative Social Inquiry*. Nova York, John Wiley.
- PUTNAM, Robert. (1993) *Making Democracy Work*, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti Princeton, Princeton University Press.
- ROSE, Richard. (1992) Escaping from Absolute Dissatisfaction: a Trial-and-Error Model of Change in Eastern Europe. *Journal of Theoretical Politics*, 4 (4): 371-93.
- _____. (1995) Monarchy, Constitutional In: LIPSET, S. M. (ed.) *The Encyclopedia of Democracy*. Washington, D.C., CQ Press, v. 3, 843-847.
- ROSE, Richard & HAERPFER, Christian. (1996) *Change and Stability in the New Democracies Barometer: A Trend Analysis*. Glasgow, University of Strathclyde Studies in Public Policy, nº 270.
- ROSE, Richard & McALLISTER, Ian. (1990) *The Loyalty of Voters*. Londres, Sage Publications.
- ROSE, Richard & MISHLER, William. (1996a) Representation and Leadership in Post-Communist Political Systems. *Journal of Communist and Transition Studies*, 12, 2.
- ROSE, Richard, MISHLER, William & HAERPFER, Christian. (1998) *Democracy and Its Alternatives: Understanding Post-Communist Societies*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- SCHEUCH, Erwin K. (1966) Cross-National Comparisons Using Aggregate Data: Some Substantive and Methodological Problems. In: MERITT, Richard L. & ROKKAN, Stein Rokkan (eds.) *Comparing Nations*. New Haven, Yale University Press, 131-168.
- SIMON, Janos, (1996) *Popular Concepts of Democracy in Post-Communist Europe*. Glasgow, University of Strathclyde Studies in Public Policy, nº 273.
- SNIDERMAN, Paul M. (1993) The New Look in Public Opinion Research. In: FINIFTER, Ada W. (ed.) *The State of the Discipline II*. Washington D.C., American Political Science Association, 219-246.
- STEPAN, Alfred. (1986) Paths toward Redemocratization. In: O'DONNELL, G., SCMITTER, P. C. & WHITEHEAD, L. (eds.) *Transitions from Authoritarian Rule*. Baltimore, John Hopkins University Press, 64-84.
- TOKA, Gabor. (1995) Political Support in East-Central Europe. In: KLINGEMANN, Hans-Dieter & FUCHS, Dieter (eds.) *Citizens and the State*. Oxford, Oxford University Press, 354-382.
- TUCKER, Robert C. (1971) *The Soviet Political Mind*. Nova York, W. W. Norton.
- WELCH, Stephen. (1987) Issues in the Study of Political Culture: The Example of Communist Party States. *British Journal of Political Science*, 17, 479-500.
- WILLIAMSON, John, ed. (1994) *The Political Economy of Political Reform*. Washington D.C., Institute for International Economics.

Traduzido do original em inglês Survey Measures of Democracy, Studies in Public Policy, nº294, Centre for the study of public policy, University of Strathclyde, 1997.

Tradução e Publicação autorizadas pelo autor em março de 2002.

Tradução de Pedro Maia Soares.

Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos

Edward Telles

Universidade de California, Los Angeles (UCLA)

Stan Bailey

Universidade de California , Los Angeles (UCLA)¹

Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos

Este artigo examina o apoio ao princípio de intervenção do governo na promoção dos negros através de duas políticas específicas: as quotas para negros nas universidades e as quotas para negros nos bons empregos. A análise está baseada na [Pesquisa sobre Atitudes Raciais](#), realizada no Estado do Rio de Janeiro em 2000, dirigida por CEAP e aplicada pelo DATAUFF, e faz uma comparação com pesquisas realizadas nos Estados Unidos. Os resultados gerais mostram, como era esperado, a maioria de negros com tendência a apoiar políticas compensatórias para negros, e uma tendência a discordar entre os brancos. No Brasil, há uma resistência da elite branca em apoiar políticas compensatórias, mas há uma conjuntura favorável a uma discussão sobre estas políticas.

Palavras-chave: racismo, negros, ações afirmativas, Brasil

Anti-racism policies and public opinion: comparisons between Brazil and United States

This article studies the support to the principle of the public intervention for affirmative actions directed to black people through two public policies: quotas in universities, and quotas in good jobs. This study is based on the Survey on Racial Attitudes, conducted in Rio de Janeiro in 2000 by CEAP and DATAUFF, and it compares the Brazilian research data to American data. General results show, as it was expected, a major trend among black people to support the compensatory policies, and a trend against it among white people. In Brazil the 'white elite' resists to support compensatory policies, although there is a positive conjuncture to discuss them.

Key words: racism, negro, affirmative actions, Brazil

¹ Telles é Professor na UCLA e Bailey é aluno de pós-graduação da mesma universidade. Durante o período da pesquisa, o primeiro autor era Assessor de Programas da Fundação Ford no Rio de Janeiro, licenciado da Universidade, o segundo autor também residia no Rio e pesquisava atitudes raciais para sua tese de doutorado.

As políticas anti-racistas representam possíveis soluções para o combate ao racismo e a desigualdade racial. No Brasil, onde tais políticas anti-racistas não existem, a opinião pública pode ajudar a mostrar o quanto é desejável a sua implementação. O formato dessas políticas pode variar da criação de quotas para promoção dos negros, até medidas mais universalistas de redução do número de pobres, dos quais a maioria é composta de negros (pretos e pardos) no Brasil. Neste artigo, examinamos o grau de apoio ao princípio de intervenção do governo na promoção do negro através de duas políticas específicas, e que têm sido objeto de recentes discussões: trata-se da discussão sobre quotas para negros nas universidades e de quotas para negros nos bons empregos.

Nossa análise é baseada na Pesquisa sobre Atitudes Raciais, realizada no Estado do Rio de Janeiro, dirigida pelo CEAP e aplicada pelo DATAUFF. Participamos do desenho desta pesquisa junto com pesquisadores do CEAP, e este representa o primeiro “survey” por amostragem probabilística por domicílios desta natureza no país. Este método é reconhecido por organizações de pesquisa, inclusive pelo IBGE, como a única maneira de assegurar uma representação fiel da população pesquisada, neste caso, o Estado do Rio de Janeiro. Os resultados para o Rio de Janeiro não devem ser generalizados para todo o país; no entanto, em uma pesquisa nacional sobre atitudes raciais realizada pelo Instituto DataFolha em 1995,

baseada numa amostra de quotas na rua, encontrou-se poucas diferenças por região nas várias questões aplicadas.

A pesquisa que utilizamos foi longamente pré-testada com objetivo de eliminar ambigüidades nos enunciados das perguntas e para ser entendida por todos os setores da população. As perguntas foram elaboradas segundo critérios rigorosos e com a preocupação da comparabilidade com outros contextos, sem perder as especificidades brasileiras. Algumas delas foram desenhadas especificamente para comparar com os Estados Unidos, que conta com uma longa tradição de pesquisas deste tipo. Assim, nossa preocupação principal foi elaborar perguntas que tinham sentido para o caso brasileiro, mas sempre que possível, foram incorporadas questões já aplicadas nos Estados Unidos. Para este artigo selecionamos algumas das perguntas que mais se assemelham e enfocamos a comparação dos seus resultados para os dois países.

A comparação desses dois contextos é algo complexo e deve ser cuidadosa. Entre as dificuldades, deve-se ter presentes as diferenças para definir raça ou cor, as várias maneiras e filtros pelos quais passa a problemática racial, assim como os problemas de tradução linguística. Em particular, no caso de políticas anti-racistas, trata-se da comparação entre um contexto com quase nenhuma história de políticas específicas para negros, como é o Brasil, com um outro de longa tradição de políticas públicas para promoção dos negros e outros grupos em desvantagem.

Cabe lembrar que os Estados Unidos têm 35 anos de programas centrais na política nacional, desenvolvidos para superar o racismo e promover negros, mulheres e outras minorias, e que conformam o reconhecimento popular dessas ações (Omi and Winant 1994). Como já salientamos, nunca foram aplicadas perguntas exatamente iguais entre os países, mas encontramos três que são bastante similares e permitem-nos algumas comparações entre os países.

Neste artigo, sustentamos a hipótese de que há diferenças de opiniões entre brancos e negros brasileiros sobre as ações para o combate ao racismo. Esta seria uma área de diferenças raciais esperada, em vista dos benefícios potenciais para o grupo negro e a possível percepção de perdas para os brancos, tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

Antes de analisar essas perguntas, queremos deixar claras as classificações raciais com que trabalhamos. No caso dos Estados Unidos, examinamos só as opiniões de brancos e negros, e com isto eliminamos pessoas que se auto-identificam em outras categorias como latinos, asiáticos ou indígenas. Para o Rio de Janeiro, a auto-identificação das pessoas inclui as categorias branco, amarelo, pardo, indígena e preto, tal como aparece nos censos populacionais oficiais. Neste estudo, juntamos pessoas que se auto-identificaram como pretos e pardos para formar a categoria negros. Os que se identificaram como amarelos e indígenas foram excluídos da análise. Como resultado final, trabalhamos com uma população composta de 53% de negros e 47% de brancos.

Nossa análise inicia com a pergunta a respeito da existência de ancestrais negros, devido a considerarmos que os resultados poderiam indicar diferenças importantes quanto a identidades raciais. A pergunta feita a todas as pessoas entrevistadas, exceto aos que se auto-identificaram como pretos, foi: “você tem algum antepassado negro ou Africano?”. A pesquisa também perguntou aos não-indígenas, “você tem algum antepassado indígena”, e finalmente, aos não-brancos, “você tem algum antepassado branco?”. Os resultados apresentados na Tabela I são surpreendentes, pois mostram que 37% dos brancos brasileiros declararam ter algum antepassado negro. Levando-se em conta um certo estigma associado a ter antepassados negros (Twine 1998), esta porcentagem poderia ser ainda maior.

Nos Estados Unidos, por definição das leis segregacionistas que vigoravam até há 35 anos atrás, quem é branco não tem “nenhuma gota de sangue negra”. Portanto, os resultados brasileiros sugerem uma grande diferença com relação aos Estados Unidos, onde a divisão entre negros e brancos tem pouca ambigüidade. Não conhecemos dados sobre a pergunta similar para os Estados Unidos, talvez porque sendo seu resultado considerado óbvio, a pergunta não se aplicasse. Os resultados para o Rio de Janeiro confirmam um recente estudo genético da Universidade Federal de Minas Gerais (Pena e outros:2000) que mostra que nas

veias de muitos brasileiros brancos corre sangue africano e conclui que as diferenças entre brancos e não-brancos não são nítidas.

No caso da população que classificamos como negra, 80% dos pardos e 59% dos pretos dizem ter antepassados brancos. Não sabemos qual seria a resposta para negros norte-americanos, já que isso nunca foi perguntado, no entanto, poderia se esperar que uma alta porcentagem dessa população declararia ter antepassados brancos, pois tradicionalmente todas as pessoas com uma gota de sangue negro são colocadas nesta categoria, mesmo se seus antepassados na maioria forem brancos.

Para analisar as atitudes em relação às políticas anti-racistas escolhemos três perguntas. A primeira é sobre se o governo deveria ter obrigação especial para ajudar aos negros; a segunda é se deveriam ter quotas para a entrada de negros nas universidades e a terceira é sobre quotas nos empregos de boa remuneração. A primeira é quase igual para o Rio de Janeiro e os Estados Unidos, enquanto as últimas duas foram distintas. Todas as respostas revelam diferenças entre os dois países.

A primeira pergunta foi *“Algumas pessoas acham que os negros no Brasil [ou Estados Unidos] têm sido discriminados por tanto tempo que o Governo tem uma obrigação especial de ajudá-los a melhorar suas condições de vida. Outras pessoas acham que o Governo não deve dar aos negros um tratamento especial ou diferente do restante da população. O Sr(a). acha que...”* As possíveis respostas variaram entre os países. Enquanto no Brasil as respostas poderiam ser apenas duas, “o Governo tem uma obrigação especial com os negros”, ou, “o Governo não deve dar aos negros um tratamento especial ou diferente do restante da população”, nos Estados Unidos se permitiu uma resposta intermediária para quem concorda com as duas posições.

TABELA 1
Porcentagem das pessoas que se auto-identificam como branco, pardo e preto* que responderam ter antepassados brancos, índios ou negros. (Estado do Rio de Janeiro, 2000)

| (%) | Preto | Pardo | Branco |
|------------------------|-------|-------|--------|
| Tem antepassado branco | - | 80 | 59 |
| Tem antepassado negro | 37 | 80 | - |
| Tem antepassado índio | 28 | 48 | 44 |

**Não incluímos amarelos ou índios porque o numero de casos foi muito pequeno para ter estimativas confiáveis.*

TABELA 2

O governo tem obrigação especial de ajudar os negros a melhorarem sua condição de vida?

A. Estado do Rio de Janeiro, 2000, Estudo CEAP/UFF

| % | Branco | Negro | Total |
|----------------------------------|--------|-------|---------|
| Tem obrigação especial | 46 | 56 | 51 |
| Não deve dar tratamento especial | 54 | 44 | 49 |
| Total | 100 | 100 | 100 |
| Número de casos | (488) | (523) | (1.011) |

B. Estados Unidos, 1996, General Social Survey

| % | Branco | Negro | Total |
|----------------------------------|---------|-------|---------|
| Governo deveria ajudar | 12 | 47 | 17 |
| Concorda com as duas posições | 28 | 36 | 29 |
| Não deve dar tratamento especial | 60 | 17 | 54 |
| Total | 100 | 100 | 100 |
| Número de casos | (1.516) | (273) | (1.789) |

Como se observa na Tabela 2, 56% dos negros brasileiros acham que o governo tem obrigação especial de ajudar os negros, enquanto 54 % dos brancos consideram que não tem. Isto confirma os resultados esperados, em que os negros apoiam a intervenção do governo para ajudar a população negra e a maioria dos brancos é contrária. Entretanto, são pequenas as diferenças entre os que concordam e os que discordam nos dois contextos. Os resultados para os EUA vão na mesma direção; no entanto, a magnitude das diferenças é muito maior. Enquanto 47% dos negros concordam que o governo deve ajudar, 60% dos brancos dizem que não. Os dados entre os dois países não são estreitamente comparáveis, posto que há um grupo de indecisos entre os norte-americanos. De qualquer forma, fica claro que as opiniões entre negros e brancos divergem mais nesta matéria nos Estados Unidos do que no Brasil. De fato, entre os quatro grupos – negros e brancos nos dois países – foram os norte-americanos brancos os únicos que se posicionaram fortemente contrários à ajuda governamental para os negros.

A segunda pergunta analisada foi sobre quotas de negros para entrar na universidade. A pergunta para o Rio de Janeiro foi, *“No Brasil há muito poucos negros estudando nas universidades. Algumas pessoas acham que para mudar essa situação o Governo deveria reservar vagas para os negros nas universidades públicas. Outras pessoas acham que a reserva de vagas para os negros pelo Governo colocaria outras pessoas em desvantagem. O(a) Sr(a) acha que o Governo deve reservar vagas para os negros nas universidades públicas ou o Governo não deve reservar vagas para os negros*

nas universidades públicas.” As possibilidades de respostas foram: “o Governo deve reservar vagas para os negros nas universidades públicas” e “o Governo não deve reservar vagas para os negros nas universidades públicas.” A pergunta nos Estados Unidos foi “Algumas pessoas dizem que por causa de discriminação no passado, se deveria dar preferência aos negros qualificados no ingresso à universidade. Outros dizem que isto é incorreto porque discrimina os brancos. Como você se sente, é a favor ou contra a preferência aos negros no ingresso à universidade.” A terminologia usada é distinta entre os dois países, no caso brasileiro foi utilizado “reservar vagas” e referência a “bons empregos”; no caso norte-americano, foi utilizado “preferências para negros qualificados” .

TABELA 3
Políticas para Negros na Universidade

A. Reservar vagas para negros na universidade, Estado do Rio de Janeiro, 2000, Pesquisa CEAP/UFF

| % | Branco | Negro | Total |
|-------------------------|--------|-------|-------|
| Deve reservar vagas | 48 | 62 | 55 |
| Não deve reservar vagas | 52 | 38 | 45 |
| Total | 100 | 100 | 100 |
| Número de casos | (191) | (213) | (404) |

B. Preferências para negros na universidade, Estados Unidos, 1991, Race and Politics Survey

| % | Branco | Negro | Total |
|-------------------------|---------|-------|---------|
| Deve reservar vagas | 45 | 86 | 50 |
| Não deve reservar vagas | 55 | 14 | 50 |
| Total | 100 | 100 | 100 |
| Número de casos | (1.692) | (237) | (1.929) |

Os resultados para o Brasil mostram que 52% dos brancos opinam que não se deve reservar vagas nas universidades, enquanto 62% dos negros são a favor da reserva de vagas. No caso dos Estados Unidos, encontra-se ainda maior polarização: 55% dos brancos são contrários à reserva de vagas e 86% dos negros são favoráveis. Cabe mencionar que em outros questionários, em que não se encontra o termo “negros qualificados”, a brecha é ainda maior.² De qualquer forma, o grau de diferenças das opiniões entre brancos e negros é claramente maior nos Estados Unidos. Isto refletiria a chamada “Racial Divide” (Divisão Racial) desse país, onde a variável raça cria uma brecha larga de atitudes na população.

² Por exemplo, o National Election Survey, em 1986, encontrou que somente 30% dos brancos apoiam quotas nas universidades para negros (Kinder and Sanders 1996) e o Institute for Social Research encontrou que somente 26% dos brancos apoiam quotas (Schuman et al 1997).

A terceira pergunta referia-se às ações compensatórias no campo do emprego. Para o Rio de Janeiro perguntou-se sobre o grau de concordância ou discordância com respeito às vagas para negros nos bons empregos. Especificamente, perguntou-se: *“Levando em conta ainda a questão da reserva de vagas, o(a) Sr(a). concorda ou discorda que se deva reservar vagas em bons empregos para trabalhadores negros, já que, em geral, eles têm empregos piores que os brancos? Muito ou Pouco?”*.

Nos Estados Unidos a pergunta foi *“algumas pessoas dizem que por causa da discriminação no passado, negros deveriam ter preferência na contratação e promoção de empregos. Outros dizem que tal preferência discriminam os outros. Qual é sua opinião, você é a favor ou contra a preferência na contratação e promoção de empregos?”* A questão para os Estados Unidos se refere, de fato, à contratação e promoção de negros. Dessa forma, a diferença entre as questões dá-se principalmente quanto aos termos “preferência” e “vagas.” A primeira aponta um significado de políticas menos rígidas que vagas, dado que vagas comumente são entendidas como quotas que implicam números fixos.

TABELA 4
Negros no mercado de trabalho.

A. Reservar vagas em bons empregos para negros, Estado do Rio de Janeiro, 2000, Pesquisa CEAP/UFF.

| % | Branco | Negro | Total |
|-----------------|--------|-------|---------|
| Concordo muito | 34 | 55 | 45 |
| Concordo pouco | 14 | 11 | 12 |
| Desacordo pouco | 15 | 11 | 13 |
| Desacordo muito | 37 | 23 | 30 |
| Total | 100 | 100 | 100 |
| Número de casos | (483) | (521) | (1.004) |

B. Preferência por negros na ocupação e promoção de empregos, Estados Unidos, 1994, General Social Survey.

| % | Branco | Negro | Total |
|-----------------|---------|-------|---------|
| Concorda muito | 04 | 45 | 10 |
| Concorda pouco | 05 | 16 | 07 |
| Desacorda pouco | 20 | 17 | 26 |
| Desacorda muito | 71 | 22 | 57 |
| Total | 100 | 100 | 100 |
| Número de casos | (1.149) | (180) | (1.329) |

A tendência no caso brasileiro é de que a maioria dos negros apoia as vagas e, no caso norteamericano, apóia as preferências no mercado de trabalho, enquanto que a maioria dos brancos é contrária nos dois países. Novamente, as diferenças raciais são bem maiores nos Estados Unidos, onde só 9% dos brancos concordam muito ou pouco com uma política preferencial, comparados aos 61% dos negros. No Brasil, quase a metade dos brancos (48%) concorda com vagas em bons empregos, comparado com 66% dos negros. Assumindo que a oposição às vagas tenderia ser mais forte que a oposição à preferência, a porcentagem de brancos brasileiros favoráveis à preferência seria ainda maior que seu apoio às vagas. Concluindo, os brancos norteamericanos discordam claramente de políticas preferenciais de emprego para negros, enquanto os brancos brasileiros tendem a se dividir em suas opiniões.

Finalmente, enfatizamos a importância de diferenciar brancos e negros por status socioeconômico ou nível educacional no Brasil, pois encontramos que muitas das diferenças raciais são sensíveis a este fator. Usando as três perguntas anteriores, tratamos de demonstrar as diferenças raciais por nível de escolaridade na Tabela 5. As diferenças por níveis de escolaridade são maiores que as diferenças raciais. Em todos os casos, a porcentagem de negros que apoiam a intervenção do governo em favor de vagas e bons empregos para os negros é maior que para brancos. Entretanto, observa-se que nos dois níveis de escolaridade mais baixos, brancos e negros apoiam tais políticas, enquanto nos níveis mais altos, a maioria dos brancos e os negros discordam das mesmas. Dessa forma, nossa hipótese inicial de que a maioria dos negros apoiaria as políticas anti-racistas de intervenção governamental não foi sustentada pelos negros com maior escolaridade e foi sustentada fortemente pelos brancos de baixa escolaridade. Para os negros com nível escolar universitário, as porcentagens de apoio ao princípio de obrigação governamental; apoio à reserva de vagas na universidade e apoio à reserva de vagas em bons empregos são, respectivamente, 35%, 36% e 24%. Cabe notar que só 3% dos negros entrevistados têm curso universitário completo comparado aos 10% dos brancos.

TABELA 5
Porcentagem de pessoas que concordam com Políticas Anti-Racistas por Raça e Nível de Escolaridade, (Rio de Janeiro, 2000).

| % | Nível de escolaridade | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Primário incompleto | Primário completo | 2º. grau incompleto | 2º. grau completo | Superior completo |
| <i>Governo tem obrigação especial</i> | | | | | |
| Branco | 68 | 54 | 37 | 37 | 17 |
| Negro | 75 | 60 | 51 | 39 | 35 |
| Diferença | 07 | 06 | 14 | 02 | 18 |
| <i>Reserva Vagas Universidade</i> | | | | | |
| Branco | 78 | 69 | 38 | 35 | 04 |
| Negro | 84 | 78 | 52 | 39 | 36 |
| Diferença | 06 | 09 | 14 | 4 | 32 |
| <i>Reserva Vagas Bons Empregos</i> | | | | | |
| Branco | 75 | 59 | 44 | 35 | 06 |
| Negro | 86 | 76 | 53 | 50 | 24 |
| Diferença | 11 | 17 | 09 | 15 | 18 |

Cabe observar ainda que as diferenças entre negros e brancos quanto ao apoio às políticas compensatórias são maiores entre as pessoas que concluíram o ensino universitário. Entre eles, 18% dos negros dizem que o governo tem obrigação especial, e 32% dos negros concordam com vagas para negros na universidade. No caso de vagas nos bons empregos, a diferença é de 18%. A maior diferença entre negros e brancos ocorre no nível de escolaridade mais elevado e diz respeito a uma oposição, especialmente forte, dos brancos à intervenção do governo para ajudar negros e à reserva de vagas para promoção de negros. Só 17% dos brancos de nível superior são a favor de uma intervenção governamental, apenas 4% apoiam quotas para a universidade, e 6% apoiam quotas para bons empregos.³

Conclusões

Como era esperado, a maioria de negros tende a apoiar políticas compensatórias para negros, enquanto os brancos tendem a discordar. Em termos

³ Nossas conclusões para pessoas de alto nível de escolaridade são tentativas, dado que o pequeno número de casos implica uma grande margem de erro. O número de casos para pessoas com curso superior completo varia de 11 a 17 para negros e 25 a 47 para brancos, dependendo da pergunta.

comparativos, o que mais se destaca em nossa análise é a relativa simetria das respostas entre brancos e negros no Brasil, comparativamente aos Estados Unidos, onde as respostas entre brancos e negros são praticamente opostas. Uma grande maioria dos brancos norte-americanos é contrária a tais políticas, e esse sentimento tem impedido os avanços na área dos direitos civis, bem como derrubado muitos programas de ação afirmativa nesse país. A forte oposição branca é particularmente problemática para os negros norte-americanos que representam pouco mais de 10% da população, criando o que Tocqueville chamou, há mais de um século atrás, de a Tirania da Maioria.

A divisão racial nas atitudes de brancos e negros nos Estados Unidos tem sido uma característica marcante desse país (Schuman et al 1997) e o mundo deu-se conta no julgamento do famoso futebolista norte-americano, O.J. Simpson. Nesse caso, houve percepções opostas entre negros e brancos sobre a culpabilidade de O.J. Simpson em assassinar sua ex-companheira que era branca.

Concluindo, poderíamos dizer que, no Brasil, apesar de uma resistência da elite branca em apoiar políticas compensatórias, há uma conjuntura favorável a uma discussão maior sobre estas políticas. Consideramos o fato de que esses programas têm no apoio de quase metade dos brancos e na maioria dos negros um bom ponto de partida para começar uma discussão mais ampla sobre o tema. Um Brasil democrático não pode evitar uma discussão franca da qual façam parte setores em desvantagem, particularmente a população considerada negra que representa quase metade da população total. Trata-se de um momento histórico importante para criar políticas anti-racistas de consenso.

BIBLIOGRAFIA

PENA, Sérgio D.J., SILVA, , Denise R. Carvalho, SILVA, Juliana Alves, PRADO, Vania F. & SANTOS, Fabrício R. (2000) Retrato Molecular do Brasil. *Ciência Hoje*. Abril.

KINDER, Donald R. & SANDERS, Lynn M. (1996) *Divided by Color: Racial Politics and Democratic Ideas*. Chicago, The University of Chicago Press.

OMI, Michael & WINANT, Howard. (1994). *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1980s*. 2nd ed. New York, Routledge.

SCHUMAN, Howard, STEEH, Charlotte, BOBO, Lawrence & KRYSAN, Maria. (1997) *Racial Attitudes in America: Trends and Interpretations*. Cambridge, Harvard University Press.

TWINE, Francis Windance. (1998) *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy*. New Brunswick, Rutgers University Press.

Recebido para publicação em março de 2002.

Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação

Néstor García Canclini

Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa - México

Resumo

A megalópole Cidade do México existe como espaço social e físico, ordem e desordem demográfica, mas também nas formas imaginadas todos os dias pela imprensa, o rádio e a televisão. Estas mídias organizam comunidades invisíveis de audiências que se informam através delas sobre a cidade e, às vezes, participam por meio de cartas ou telefonemas. De que forma a esfera pública é reconstituída nesses circuitos comunicacionais? Esses meios contribuem para a transparência e a democratização da cidade ou simplesmente reproduzem o senso comum urbano?

Palavras-chave: meios de comunicação, imprensa, estudos urbanos, México

Abstract

The Mexico City megalopolis exists as a social and physical space, as a demographic ordering and disorder, but also in the forms imagined every day by the press, radio and television. These media organize the invisible communities of their public, which are informed through the media about the city, and they sometimes participate with reader's letters or in phone-in programs. How is the public sphere reconstituted in these communicational circuits? Do the media contribute to the transparency and democratization of the city, or do they simply reproduce urban common sense?

Key words: media, press, urban studies, Mexico

Uma das novidades dos estudos urbanos e de comunicação é a tendência em entender a cidade em relação aos processos de comunicação e a vinculação destes à trama urbana. A cidade já não é mais vista como um mero cenário para a habitação e o trabalho, ou seja, como simples organização espacial, lugar de assentamento da indústria e dos serviços. Por outro lado, os meios de comunicação não são concebidos unicamente como redes invisíveis e deslocalizadas, cuja dinâmica poderia ser entendida somente através das estratégias empresariais e dos recursos tecnológicos mobilizados.

Na segunda metade do século XX, quando a concentração demográfica e a expansão territorial das megacidades debilitam a conexão entre suas partes e, ao mesmo tempo, as redes comunicacionais levam a informação e o entretenimento aos domicílios, os usos das cidades são reorganizados: a desordenada explosão rumo às periferias, que faz com que os habitantes percam o sentido dos limites de “seu” território, é equilibrada com os relatos dos meios de comunicação sobre o que acontece nos lugares mais distantes dentro da cidade. Do passeio do *flâneur* que reunia informações sobre a cidade para depois transferi-las às crônicas literárias e jornalísticas, passamos, em cinquenta anos, ao helicóptero que sobrevoa a cidade e oferece a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, o panorama de uma megalópole vista em conjunto, sua unidade recomposta por quem vigia e nos informa. Os desequilíbrios e incertezas engendrados pela urbanização que desurbaniza, por sua expansão irracional e especulativa, parecem ser recompensados pela eficiência tecnológica das redes de comunicação. A caracterização sócio-demográfica do espaço urbano não consegue dar conta de seus novos significados se não incluir também a recomposição que a ação midiática lhes imprime.

Por sua vez, o rádio, a televisão e todo o pacote telemático, comprometidos com a tarefa de descrever e narrar a cidade, redesenham suas estratégias comunicacionais para estabelecerem-se em espaços concretos e mais ou menos delimitados. Por mais transnacionais que sejam seus investimentos, a estrutura da empresa e a composição de seu público, assume-se que suas audiências esperem que lhes seja dito o que significa estar juntos. Certamente, estes meios devem cumprir o papel de contato com o que acontece em lugares distantes neste planeta globalizado. Contudo, como as cidades também se globalizam - isto é, tornam-se cenários de gestão do que ocorre nas finanças e na política, nas guerras e nos rituais diplomáticos, nos espetáculos de arte e nas religiões do mundo todo praticamente - não é difícil sincronizar as vocações locais e globais das cidades e dos meios de comunicação.

A cidade converte-se em metáfora da sociedade da informação e da comunicação: “transformação dos lugares em espaço de fluxos e canais”, segundo a formulação de Manuel Castells (1983). Ou, ainda, como afirma Mabel Piccini

(1996), “a cidade se fragmenta em inúmeros pontos sustentados apenas por traços viários que conferem à paisagem uma idéia de continuidade e movimento, de modo que o espaço urbano parece transformar-se em um lugar de trânsito e de passagem entre um lugar e outro [...] trata-se de chegar e não de deter-se; de circular e não de vagar ou perambular”. Por isso, aludindo às políticas que atualmente se ocupam e desinteressam pelas cidades latino-americanas, Jesús Martín Barbero afirmou que a maior preocupação dos urbanistas e funcionários não é tanto com o caos urbano e seus efeitos sobre a contaminação e a perda de qualidade de vida, mas sim com que as pessoas possam continuar se movendo: “Que circulem! Isso justificará o fim das praças, as obras para endireitar becos, ampliar e interligar as avenidas. O que se perder nesse processo, será lucro do ponto de vista do fluxo” (Martín Barbero, 1994:25).

Mesmo onde não foram destruídos os centros históricos, as praças, os lugares que mantinham viva a memória e permitiam o encontro das pessoas, sua força diminui frente à remodelação dos imaginários operada pelos meios de comunicação. Os relatos mais influentes sobre o que significa a cidade emergem agora da imprensa, do rádio e da televisão. No tumulto heterogêneo e disperso de signos de identificação e referência, os meios não propõem tanto uma nova ordem, mas sim oferecem um espetáculo reconfortante. Mais do que estabelecer novos lugares de pertencimento e de identificação de raízes, o importante para as mídias é oferecer certa intensidade de experiências. Em vez de oferecer informações que orientem o indivíduo na crescente complexidade de interações e conflitos urbanos, os meios de comunicação ajudam a imaginar uma sociabilidade que relaciona as comunidades virtuais de consumidores midiáticos: os jovens com outros jovens; as mulheres com suas iguais; os que se interessam por algum esporte com outros praticantes em diferentes lugares da mesma cidade e do mundo; os gordos com os gordos; os que gostam de salsa ou bolero ou rock com outros que têm as mesmas preferências. As comunidades organizadas pela mídia substituiriam então os encontros nas praças, os estádios ou os salões de baile pelos não-lugares das redes audiovisuais.

Boa parte dos estudos que estão repensando as articulações entre cidade e comunicação, opõe a integração espacial da sociabilidade bairrista-urbana à disseminação desterritorializada das mídias. Esta tendência está presente mesmo nas análises mais sutis, como as citadas. Eu mesmo concebi nestes termos a descontinuidade e, em certo modo, a substituição de uma sociabilidade por outra (García Canclini, 1993).

No entanto, a pesquisa sobre a Cidade do México que desenvolvemos nos últimos anos no Programa de Estudos sobre Cultura Urbana da Universidade Autônoma Metropolitana, permitiu a reformulação desta perspectiva. Partimos da questão de como são constituídos hoje os imaginários em uma megacidade. Por

outro lado, também nos perguntamos sobre como se configuravam no passado. Uma parte do estudo, publicado recentemente em um livro, referiu-se aos modos pelos quais a fotografia participou nessa construção de imaginários ao registrar as viagens pela cidade desde os anos quarenta até a atualidade (García Canclini-Castellanos-Rosas Mantecón, 1996). O trabalho de Ana Rosas Mantecón (1996) mostra de que maneira o discurso do cinema assumiu o crescimento massivo da cidade devido às migrações. A principal maneira de tratar os “estranhos” foi construindo estereótipos. Os novos moradores chegados da província mexicana são sempre os ingênuos com ilusões de prosperar, cujo arcaísmo os impede de localizar-se nos códigos urbanos e, por isso, fracassam, são enganados, perdem sua pureza, até que, por fim, muitos retornam ao seu lugar de origem de onde nunca deveriam ter saído. No entanto, como a maioria permanece na capital, o estereótipo do imigrante incapaz de adaptar-se à vida urbana, acentuando os males das grandes cidades, coincide com a culpabilidade discriminadora em relação à imigração identificada no discurso de grupos entrevistados a quem mostramos fotos e fragmentos de filmes (ver o livro citado).

A ficção do cinema mostrou-se pouco flexível para perceber e transmitir a complexa multiculturalidade da Cidade do México. Veremos agora se os meios de comunicação de massa tiveram disposição para elaborar imagens mais “realistas” que captam com maior sutileza a problemática da capital. Para tanto, considerarei especialmente aos trabalhos de Aguilar (1996), Winocur (1996) e Vernik (1996) referentes ao papel da imprensa, do rádio e da televisão no desenvolvimento dos imaginários urbanos.

Onde são fundadas as cidades

“No alto de um monte, para defender-se; no litoral, para partir; ou, como costumam descrever os mitos, às margens dos rios, para encontrar um eixo de orientação para o próprio grupo [...] Contudo, as cidades também são fundadas dentro dos livros”. É desta maneira que Rosalba Campra responde à pergunta, em um texto que recorda as fundações de Paris nos escritos de Balzac e Proust, a Buenos Aires de Borges e do tango, a Praga de Kafka, a Roma de Pasolini e o México de Carlos Fuentes. Fala também das cidades erguidas como invenções soberbas e livres: Santa Maria, de Onetti; Macondo, de García Márquez e as cidades invisíveis de Calvino (Campra, 1994:19-21).

Segundo Campra, uma característica comum a essas cidades, reais ou imaginárias, é o fato de serem definidas em relação aos limites, como universos diferenciados frente à indeterminação da natureza. Mesmo quando as fronteiras não possuem a nitidez das muralhas, os textos que as fundam as imaginam distinguindo claramente o interior do exterior, o que está dentro e o que está fora.

Em compensação, as cidades da era da vídeo-cultura ou do ciberespaço são situadas em um âmbito incomensurável, em um conjunto de redes e fluxos existentes tanto no mundo físico como no mental. Diferentemente da cidade delimitada, “fornecedora de identidade, proteção e sentido” (ib.:39), cabe perguntar como são formadas agora as identidades nessas urbes que não se opõem à natureza nem a outras cidades tão rigidamente como no passado.

De que maneira são fundadas e imaginadas as cidades quando, mais que a literatura, os discursos da imprensa, do rádio e da televisão passam a cumprir esse papel? Estes são os principais agentes construtores do sentido urbano, os que selecionam e combinam as referências emblemáticas. São eles também que fazem com que alguns cidadãos participem do debate sobre o que a cidade é ou poderia ser e depois propõem aos demais suas opiniões e demandas como síntese imaginária do sentido da cidade e do que significa ser cidadão.

O jornal

A imprensa jornalística foi o primeiro recurso tecnológico moderno para informar-se sobre a cidade. Sua aparição foi decisiva para a instauração da noção moderna de esfera pública, e este meio continua oferecendo mais oportunidades que os demais para a elaboração do debate sobre os assuntos públicos. A dispersão da imprensa em uma grande cidade - são publicados diariamente 25 jornais na Cidade do México - já oferece uma primeira idéia da variedade de atores que intervêm nessa disputa, a partir de diferentes interesses e posições. A esta diversidade de enunciadores é necessário somar ainda a multiplicidade de vozes internas (jornalistas, publicidade, editores com posições diferentes), nacionais e internacionais (agências, correspondentes) existentes em um jornal. Esta diversidade costuma ser maior e sofrer menos censura na imprensa que nos outros meios de massa.

Embora a maioria dos jornais tenha uma relação preferencial com a cidade em que são produzidos, o conjunto de sua informação mostra uma articulação complexa entre o local, o nacional e o internacional. Revela diariamente que a vida pública tem raízes na cidade, no entanto, essa esfera *micro*, para usar as expressões de John Keane, entrelaça-se com o *mesopúblico* (os milhões de pessoas que interagem no contexto do Estado-nação) e com o *macropúblico* (os circuitos de alcance supranacional e ainda global, representados pelas agências transnacionais de notícias, as empresas produtoras de filmes e programas de televisão).

As notícias sobre a Cidade do México ocupam 3,7% do total das informações presentes nos jornais desta cidade. Este dado foi divulgado por Miguel Ángel Aguilar em estudo realizado entre outubro e dezembro de 1992, (Aguilar, 1996). Mesmo levando em consideração que nem todos os jornais concedem a

mesma importância aos fatos ocorridos na cidade, o contraste entre o total de informações da urbe com os 18% ocupados pelas notícias internacionais mostra a relativização do entorno imediato por parte da imprensa.

Quem fala sobre a cidade nos jornais? Predominam as fontes e os atores “oficiais”, com 43% das referências. Em segundo lugar, os porta-vozes da sociedade civil, com 28%, depois as instâncias de representação, partidos, políticos, etc, com 17%. Já a própria distribuição dos enunciadores revela a predominância do Estado, semelhante ao que tem ocorrido no México ao longo do século XX, e que, como podemos constatar, estende-se também aos meios que se apresentam como independentes.

No que diz respeito às notícias urbanas priorizadas pelos jornais, destacam-se as relacionadas ao meio ambiente e ecologia, com um quarto do total de referências. Em seguida, estão as relativas aos serviços urbanos, redes e equipamentos, com 22%, depois segurança e violência, com 22%; Estes dados foram apurados em 60% dos jornais na Cidade do México. Uma porcentagem menor de notícias é dedicada aos distritos do Distrito Federal, e pouquíssimas notícias fazem alusão aos municípios conurbados, onde reside atualmente mais da metade da população da área metropolitana. Também quanto às fotografias publicadas pelos jornais, 49% correspondem ao Distrito Federal enquanto que a periferia recebe apenas 17%.

A imprensa contribui para a imagem de uma cidade massiva, cujas particularidades se concentram no centro histórico ou em outras regiões centrais. Às vezes, os jornais publicam informações sobre lugares pouco conhecidos, mas com maior frequência, principalmente em fotografias, mostram cenários facilmente identificáveis, que tendem a reproduzir saberes convencionais. Estamos, portanto, diante de um meio que oferece mais elementos discursivos que outros para refletir sobre a cidade e elaborar a condição de cidadão, mas que não contribui para expandir a visão sobre a cidade em uma proporção comparável ao crescimento de seu território e sua complexidade. Apesar da ênfase sobre a novidade e, em alguns jornais, sobre o insólito, a maioria termina por concentrar-se no conhecido. Embora se descrevam como informadores de fatos atuais e, portanto, como meios que privilegiam o presente, a maioria dos jornais insiste no já habitual, prolongando estereótipos formados historicamente. Os relatos diários mudam, mas as estruturas argumentativas que os sustentam, como afirma Aguilar, demonstram “estabilidade e fixidez”.

Se esta fidelidade ao estabelecido se relaciona com o domínio das vozes oficiais, é possível concluir que a imprensa tende a imaginar os cidadãos em um lugar subordinado que reproduz a ordem. Mesmo apresentando um registro da pluralidade social e dos protestos mais profusos que o rádio e a televisão, os jornais acabam concebendo a cidade como um espaço muito mais homogêneo do

que realmente é, e a vida pública mais como gestão e administração que como lugar de inovações e mudanças. A ação cidadã, que pode chegar a ser pública desde que difundida pelos meios, fica relegada a um discurso “periférico ao estatal”.

Para refinar estas teses, extraídas da análise global dos jornais na Cidade do México, seria necessário distinguir os estilos comunicacionais segundo as orientações ideológicas de cada jornal e, evidentemente, como se relacionam com eles diferentes leitores. No entanto, sabemos que os cidadãos definem suas preferências de leitura por sua afinidade com as tendências do jornal, o que reforçaria o papel reprodutor identificado em seu discurso. Parece verossímil, portanto, afirmar que a comunidade virtual dos leitores da imprensa não se configura como radicalmente distinta, menos ainda substitutiva, do sentido urbano construído pelas experiências bairristas e por outras formas de participação que proporcionam imagens “diretas” do que é a cidade.

O rádio

Desde as primeiras décadas deste século, este meio falou sobre as cidades, as representou e foi muito útil para que os imigrantes recém chegados conhecessem os usos lingüísticos, as notícias, a publicidade e as diferentes formas de expressar os sentimentos na vida urbana. Sem o rádio, escreveram Carlos Monsiváis e Jesús Martín Barbero, não teria sido possível a formação de nações capazes de integrar modos de falar de diferentes regiões, nem teriam tido sucesso líderes populistas que souberam usá-lo para comunicar-se com todas as classes sociais.

Porém, nas últimas décadas, o rádio tornou-se também um palco para a expressão cidadã. Os programas que recebem “gente comum” ou abrem as linhas de telefone da emissora aos ouvintes servem de fórum mesmo para aqueles que não se interessam em participar de partidos políticos ou movimentos sociais, querem manifestar suas opiniões. Centenas de ligações buscam diariamente amplificar reclamações, pedir a solidariedade dos próprios locutores ou, ainda, de outros ouvintes. Como se perguntam Ángela Giglia e Rosalía Winocur (1996) estes programas tendem a tornar-se “uma ponte entre a autoridade e os cidadãos ou, na verdade, apenas fabricam soluções simbólicas dentro da mesma lógica de construção do acontecimento midiático?”

Segundo as autoras, quando o circuito radiofônico se abre não só para funcionários públicos e especialistas, aumenta sua confiança entre os ouvintes, estes sentem que é possível comunicar-se com seus pares e usar “a linguagem corrente sem formalismos”. Pode tratar-se de uma denúncia ou simplesmente de

manifestar uma opinião, ser ouvido ou assumir algum tipo de protagonismo: os comentários obtidos por Giglia e Winocur mostram que as intervenções nos programas têm diversas motivações e não compõem um único sentido final. Não se pode simplesmente afirmar que este modo amplia a participação cidadã nos assuntos públicos.

Além disso, os condutores de tais programas traduzem as declarações dos ouvintes para integrá-las em um discurso homogêneo, embora as diferentes maneiras de inter-relação invocadas por eles pareçam reconhecer a variedade de posições sócio-urbanas a partir das quais se fala: “Você que transita pelo viaduto Tlalpan”, “senhor ou senhora”, “o público”, “os habitantes”, “um amigo do auditório”. Nos casos em que há telefone aberto aos ouvintes, admitem-se expressões literais dos participantes e, em alguns casos, são selecionadas e reelaboradas para adequá-las aos objetivos da emissora. Em todos os casos, no entanto, as tendências habituais são reduzir a complexidade o máximo possível e situar as opiniões diversas em um consenso imaginado como compartilhado pela maioria. Para este “senso comum” a cidade se caracteriza pela insegurança generalizada, o “despreparo” do corpo policial, “os valores do povo” e, principalmente, pela capacidade do rádio de permitir a expressão de todos.

Essas autoras consideram que a valorização de tais espaços participativos deve ser feita levando em consideração uma certa negociação entre locutores e receptores. O rádio propicia a expressão de seus ouvintes em troca do reconhecimento de sua credibilidade. Permite que a “cidadania” fale, mas esta deve deixar-se limitar, orientar e, até mesmo, censurar. No fim das contas, resta a dúvida de quanto o rádio concede para que se estenda a esfera pública, e o quanto procura através da idéia de “livre expressão” testemunhos que legitimem seu lugar no mercado das comunicações.

A seleção das queixas urbanas, seu alinhamento em consensos previamente constituídos e a afirmação de “valores sagrados do povo” demonstram o papel reprodutor da ordem social exercido também por este meio. As freqüentes referências dos “ouvintes que falam” a instituições que não funcionam, funcionários que não atendem a seus pedidos ou somente os atendem mediante alguma forma de corrupção, expõem o rádio, bem como a imprensa e a televisão, como substitutos dos procedimentos “normais” de representação e consideração do interesse público.

As conclusões desta pesquisa sobre a participação radiofônica coincidem com as de outros estudos semelhantes. Os meios constroem seus espectadores e, na medida em que pretendem desempenhar o papel de esfera pública, configuram modos simbólicos, midiáticos de ser cidadãos. Como afirma Beatriz Sarlo a respeito da televisão:

“... ante à opacidade crescente de outras instituições, ante à complexidade infernal dos problemas públicos, a televisão apresenta o que acontece tal como está acontecendo e, em seu cenário, as coisas parecem mais verdadeiras e simples. Investida de uma autoridade que nem a igreja, os partidos e a escola têm, a televisão ecoa a voz de uma verdade que todo mundo pode entender rapidamente. A epistemologia televisiva é, neste sentido, tão realista quanto populista tem submetido a uma demolidora crítica prática todos os paradigmas de transmissão do saber conhecidos na cultura letrada” (Sarlo, 1994:80-81).

A televisão

Este meio é, em certo sentido, reflexo do que ocorreu com a Cidade do México e com outras megalópoles. Nas mesmas décadas, desde os anos cinquenta até hoje, em que o crescimento da mancha urbana se acelerou e sua disseminação caótica suprimiu a possibilidade de imaginá-la como um conjunto, a televisão se expandiu para 95% dos lares. Os filmes ou shows que deixamos de ver porque são apresentados a uma ou duas horas da nossa casa chegam à tela da TV ou podem ser substituídos por entretenimentos eletrônicos domésticos. O que é possível saber e imaginar sobre a megacidade não nos chega tanto pelas limitadas experiências diretas que temos ao viajar por ela, mas sim pelas notícias e reflexões que o olhar “onisciente” da televisão instala nos lares. Com o auxílio de helicópteros que percorrem a urbe, com câmeras “no lugar dos fatos”, com convidados que os viveram diretamente, constrói visões verossímeis que simulam recompor o sentido global da vida cidadã.

De que maneira o recompõem? Esteban Vernik (1996) e Armando Silva (1996) oferecem versões distintas e complementares das estratégias televisivas.

O estudo de Vernik sobre a apropriação das notícias televisivas em duas “comunidades” localizadas na periferia da Cidade do México, no velho povoado de San Pedro Mártir, é esclarecedor sobre como diferentes setores vinculam as notícias televisivas à sua vida cotidiana. Ao projetar um vídeo com fragmentos de notícias televisivas (imagens do trânsito, a poluição, manifestações de rua e um grande incêndio) houve distintas reações em um dos grupos, formado por habitantes de classe média que vivem em um condomínio fechado construído recentemente, e em um segundo grupo composto por moradores antigos, de classe baixa.

A notícia do incêndio suscitou pouco interesse no primeiro grupo, mas teve grande ressonância na “comunidade” popular. Vernik interpreta esta diferença relacionando-a com o temor e a vulnerabilidade que os setores mais baixos experimentam diariamente na vida urbana. Ao questionar se haviam ocorrido

incêndios na região em que vivem, vários dos entrevistados deste setor recordaram que já haviam sido salvos, ou já haviam ajudado a salvar alguns vizinhos de um incêndio provocado por depósitos ou indústrias localizadas em lugares impróprios. O caso extremo, que o autor toma como sintomático, é o de uma mulher de San Pedro Mártir que teria visto no noticiário matutino de televisão imagens de um incêndio no centro da cidade, no quarteirão onde fica a casa de sua irmã. Ela acompanhou durante três horas em tempo real como o incidente se desenrolava e, por fim, era controlado. Esta mulher não tinha telefone para comunicar-se com sua irmã, e a única vizinha que poderia emprestar-lhe o telefone tinha ido trabalhar.

Por outro lado, os habitantes do condomínio, apesar de terem habitações idênticas e status sócio-econômico semelhantes, não se comportaram como comunidade no sentido de compartilhar relações emocionais, laços de “socialização”, segundo a fórmula de Simmel. Seus vínculos estavam limitados à “manutenção instrumental do condomínio”: funcionamento dos serviços e da segurança. Constroem sua “sociabilidade” e seus contextos afetivos em outras partes da cidade, em seus trabalhos e em outras relações escolhidas mais livremente, ou seja, não condicionadas pela residência em um determinado território. Frente a uma emergência, como um incêndio, dispõem de telefone, carros e formas rápidas de contato.

A comunicação midiática tem significados e repercussões diferentes em grupos de distinta localização econômica e sócio-cultural. Mesmo habitando um mesmo bairro, a informação é recebida de diferentes maneiras conforme os recursos de modernidade dos quais se dispõe, tais como telefone e automóveis, enfim, segundo a possibilidade de vincular-se não só com o território residencial, mas também com outras regiões da cidade. A recepção angustiada da notícia do incêndio em uma família popular sugere, segundo Vernik, que a tela da TV é “o lugar que a modernidade *mass-midiática* reserva aos excluídos”.

Em outras situações, as mais freqüentes, quando os espectadores não encontram na televisão um drama familiar como os descritos por Vernik, a exibição de tragédias sociais ou violências cotidianas torna a vida urbana um espetáculo distante. As notícias, conforme explica Armando Silva, “são para um público distante do local dos acontecimentos”. Os incestos e as disputas “curiosas” narrados pelo show da Cristina ou por um noticiário, nos dois casos por “testemunhas verdadeiras” (mesmo quando são atores contratados), a perseguição de O.J. Simpson e o julgamento de um traficante, enfim, todos esses fatos são incorporados como parte de uma realidade digerível, aceitável na medida em que é oferecida como um espetáculo distante. Não altera nossa rotina diária conquanto não tem as pretensões “realistas” de uma representação fotográfica, nem as propriedades estéticas de um relato literário, nem a força causal de uma explicação

histórica. Trata-se, ainda segundo Silva, de relatos “virtuais midiáticos” que servem para fantasiar, fantasias que servem, por sua vez, para “desrealizar”. Deste modo, a televisão prende fantasias cidadãos que poderiam levar “a mudanças sociais inesperadas”.

Midiatização de massa = Mimetismo de massa?

A tão referida ação transformadora das indústrias culturais deve ser redimensionada e requalificada à luz destes estudos que problematizam, com uma nova perspectiva, as funções dos meios de comunicação. Uma descoberta que se confirma em diversas pesquisas dos últimos anos é que a imprensa, o rádio e a televisão contribuem para reproduzir, mais do que para alterar, a ordem social. Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas sócio-econômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o *status quo*.

As cidades são imaginadas pelos meios de comunicação como lugares onde as transformações acabam sendo absorvidas pela normalidade, e tudo que ultrapassa ou rompe a ordem urbana é reconstituído, em última instância, pelas sínteses informativas midiáticas. Os cidadãos são imaginados como clientes, como legitimadores da “veracidade” construída pelos meios de comunicação, como interlocutores necessários para justificar esta “veracidade” ante os poderes (econômicos, políticos), que também são clientes enquanto anunciantes e sócios na reprodução da ordem.

De qualquer forma, não devemos subestimar o que foi conquistado em termos de transparência e democratização social graças ao desenvolvimento da comunicação de massa. É difícil imaginar que as exigências democratizadoras nas cidades, os protestos devido à poluição e violação dos direitos humanos, teriam podido alcançar a transcendência que obtiveram na segunda metade do século XX sem a repercussão garantida pela imprensa, rádio e TV. As seções especiais sobre a “cidade” ou a “metrópole”, os cadernos sobre temas urbanos criados por alguns jornais nos últimos anos expressam a preocupação de uma parte da cidadania com relação ao crescimento sem planificação e os efeitos autodestrutivos do nosso modo de habitar as cidades. Certamente, são impróprias as afirmações generalizadas que atribuem indiscriminadamente ao conjunto das indústrias culturais a virtude de ter ampliado o horizonte informativo das massas. No entanto, se fizermos uma distinção entre os meios mais comercializados, mais dependentes dos índices de audiência e, portanto, meros reprodutores dos gostos e senso comum majoritários, e, por outro lado, aqueles que se preocupam em

difundir a informação e representar as vozes críticas, deveremos reconhecer que estes últimos conseguiram enriquecer as pautas de discussão nas sociedades contemporâneas.

Porém, quantas destas revelações e ampliações da pauta se acumulam, se convertem em memória e vontade de transformação? Não há nada mais anacrônico que as notícias do jornal de ontem, já se disse muitas vezes. Mais vertiginoso ainda é o regime de obsolescência visual da televisão: com a multiplicação atual de canais exacerba-se a necessidade de neutralizar o zapping mediante a renovação incessante de estímulos. Empurram-nos inexoravelmente as tecnologias audiovisuais ao recanto doméstico, ao esquecimento e à espectacularização a distância do público, ou existem formas de reapropriação crítica das representações midiáticas?

Mabel Piccini (1996), argumenta que os meios audiovisuais, devido a sua “sintaxe rotineira”, sua exaltação do efêmero e sua complacência com o próximo e o familiar, favorecem a ancoragem em saberes consagrados e em resíduos de ideologias misturados a “um tipo de seletividade pouco reflexiva”. Que capacidade de seleção pode haver em “culturas da privação”, cujo empobrecimento material e simbólico é agravado pelas políticas econômicas e comunicacionais atuais, para as quais não há outro remédio senão preferir “o existente ao nada ou ao vazio”?

A visão desta autora, sustentada por uma pesquisa etnográfica sobre a reação à televisão na Cidade do México, muito mais densa do que foi possível incluir neste artigo, converge com um dos livros mais incisivos que a sociologia latino-americana já produziu sobre os meios de comunicação. Refiro-me ao volume escrito por José Joaquín Brunner e Carlos Catalán, *Televisión, libertad, mercado y moral*, resultado de seus estudos sobre o consumo cultural e do período em que dirigiram o Conselho Nacional de Televisão no Chile. Cabe esclarecer que o exame destes autores difere do de Piccini e outros analistas, como Beatriz Sarlo, pois Brunner e Catalán valorizam positivamente o fato de a televisão ter rompido “definitivamente o equilíbrio histórico de subordinação dos elementos da cultura popular de massa à alta cultura” (p.94). Argumentam, portanto, que esta mídia “preside um trânsito crucial no desenvolvimento da modernidade: a passagem de uma cultura organizada hierarquicamente, baseada em pontos de diferenciação de acesso e na distinção estamental dos consumos, para uma cultura distribuída massivamente mediante novas relações entre os mercados, as indústrias e os bens culturais” (p.21). Consideram a televisão “como a zona de máximo contato com a contemporaneidade”, cujos efeitos não devem ser valorizados por sua incidência no comportamento explícito dos indivíduos, mas sim sobre os padrões de conhecimento coletivos e a imagem global da sociedade, em uma “rede de interdependência” com outros meios de comunicação. “Não nos dizem o que

pensar, mas sobre o que pensar”. “Não constroem a realidade social, mas traçam para nós uma espécie de mapa onde as posições mais relevantes aparecem mais visivelmente ressaltadas” (p.41). “Reflete uma estética da abundância, inclusive ali onde suas mensagens são recebidas em meio à escassez e ao analfabetismo” (p. 95).

É possível que um dos recursos sedutores da televisão seja, precisamente, esta aparência de ter uma grande abundância de ofertas e, por isso, não parecer impositiva. No entanto, pergunto-me se o que a televisão oferece hoje, mesmo com sua expansão via cabo e “pay per view”, não é uma abundância monótona.

Contudo, o ponto que mais me interessa contrastar entre as posições de Piccini e Brunner-Catalán é a concordância em que a televisão tem uma função basicamente reprodutora da ordem social. A diferença destes últimos, ou seja, dos autores chilenos é que para eles “toda cultura, na verdade, é uma certa ordem, um conjunto público, padronizado de valores comunitários que permitem intermediar a experiência individual” (p. 94). À concepção da sociologia da qual eles falam, “o caos e as transformações só interessam quando vê-se surgir deles a ordem” (p. 98). Conseqüentemente, seu argumento mais pungente – oposto tanto às “minorias morais” conservadoras que estimulam a censura na televisão, quanto das elites intelectuais incapazes de apreciar o “caráter historicamente revolucionário deste meio” (p. 94) – subordina os juízos sobre a comunicação massificada a uma política entendida como manutenção do consenso, da ordem e da governabilidade.

Penso que algumas experiências da televisão pública (PBS, BBC, Canais 11 e 12 no México, o canal franco-alemão Arte e outros) permitem imaginar que não é um destino fatal da TV excluir a inovação estética e a mudança social. A interdependência com outros meios citada por Brunner e Catalán, comprovada em muitos estudos de recepção, convida a pensar sobre as formas possíveis em que a televisão poderia articular-se com modalidades críticas de comunicação mais presentes na imprensa e no rádio.

Quero dizer, para finalizar este texto que essas oportunidades dos meios não serem meros reprodutores da ordem, de uma “normalidade” tão insatisfatória, depende do lugar que as políticas culturais confirmam dentro da comunicação midiática aos setores sociais não interessados centralmente nos aspectos mercantis da cultura audiovisual: a escola, os organismos culturais, ecológicos, artísticos, de direitos humanos. Talvez, então, os meios de comunicação conheçam verdadeiramente a abundância possível nas nossas sociedades globalizadas e multiculturais. Teremos, não apenas cidadãos imaginados pelos meios, mas imaginados pelos cidadãos. Talvez, assim, os meios compartilhem esta abundância com aqueles que lhes são tão fiéis a partir de culturas da privação.

BIBLIOGRAFIA

BRUNNER, José Joaquín & CATALÁN, Carlos. (1995) *Televisión, libertad, mercado y moral*, Chile, Editorial Los Andes.

CAMPRA, Rosalba. (1994) La ciudad en el discurso literario. SYC, Buenos Aires , n° 5, mayo.

CASTELLS, Manuel. (1983) *La ciudad y las masas*, Madrid, Alianza.

_____. (1995) *La ciudad informacional. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano regional*, Madrid, Alianza Editorial.

DÍAZ, Miguel Angel Agilar. (1996) Espacio Público y prensa urbana en la ciudad de México, *Revista Perfiles Latinoamericanos*, Año 5, n°9, Flacso-México.

GARCÍA CANCLINI, Néstor & PICCINI, Mabel. (1993) Culturas de la ciudad de México: símbolos colectivos y usos del espacio urbano. In: CANCLINI, Néstor García (org.) *El consumo cultural en México*, México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Seminario de Estudios de la Cultura.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. (1995) *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*, México, Grijalbo.

_____, CASTELLANOS, Alejandro & ROSAS MANTECÓN, Ana. (1996) *La ciudad de los viajeros*, México, Grijalbo-UAM.

GIGLIA, Angela & WINOCUR, Rosalía. (1996) La participación en la radio: entre inquietudes ciudadanas y estrategias midiáticas. *Revista Perfiles Latinoamericanos*, Año 5, n°9, Flacso-México.

KEANE, John. (1995) Structural Transformations of the Public Sphere. *The Communication Review*, vol.1, n°1, Gordon and Breach Publishers.

MARTÍN BARBERO, Jesús. (1987) *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*, México, G. Gili.

_____. (1994) *Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación*. Caracas, Fundarte, Ateneo de Caracas.

PICCINI, Mabel. (1996) Acerca de la comunicación en las grandes ciudades. *Revista Perfiles Latinoamericanos*, Año 5, n°9, Flacso-México.

SARLO, Beatriz. (1994) *Escenas de la vida posmoderna. Intelectuales, arte y videocultura en la Argentina*, Buenos Aires, Ariel.

_____. (1996) *Instantáneas. Medios, Ciudades y costumbres en el fin de siglo*, Buenos Aires, Ariel.

SILVA, Armando. (1996) Nuevas fantasías en las noticias de televisión. *Revista Perfiles Latinoamericanos*, Año 5, n°9, Flacso-México.

Tradução do original em espanhol "Ciudades y ciudadanos imaginados por los medios".Perfiles Latinoamericanos. Año 5, n°9. Flacso-México. 1996.

Tradução e publicação autorizadas pelo autor, em julho de 1999.

Tradução de Javier Esteban Cencig

Identificação ideológica e voto para presidente ^(*)

Yan de Souza Carreirão

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O trabalho testa a hipótese de Singer (1998) de que a "identidade ideológica" dos eleitores é um fator central na decisão de voto para presidente. A partir da análise dos dados de quatro surveys realizados entre 1989 e 1997, constata-se que há realmente uma correlação, de intensidade média moderada, entre o posicionamento numa escala esquerda-direita e o voto para presidente, para o conjunto do eleitorado brasileiro. A conclusão é a de que a proposta de Singer de inclusão de um componente de ordem ideológica parece pertinente num modelo que pretenda compreender o comportamento político de parcela significativa do eleitorado brasileiro, especialmente os eleitores de maior escolaridade.

Palavras-chave: Comportamento eleitoral; Eleições presidenciais; Identificação ideológica, Brasil

Abstract

In this study, Singer's (1998) hypothesis that the ideological identity of the voters is a central factor in the voting decision for President is tested. The findings, based on the data analysis of four surveys carried out between 1989 and 1997, shows that there really is a mild-intensity correlation between the positioning on a left-to-right scale and the vote for President, in the case of Brazilian voters. The conclusion is that Singer's proposal for the inclusion of an ideological component seems adequate within a model which aims to account for the political behavior of a large number of the Brazilian voters, especially the ones with high schooling.

Key words: Voting behavior, Brazilian Presidential elections, Ideological identity, Brazil

(*) Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos durante a realização de curso de doutorado. Agradeço ao Departamento de Ciência Política da USP por financiar, com recursos do PROAP, a obtenção dos dados junto ao Cesop e à Capes pela bolsa do PICD concedida durante o período do curso. Agradeço pela gentileza e solicitude no fornecimento dos dados: ao Cesop - especialmente a seus coordenadores em diferentes momentos, Plínio Dentzien e Rachel Meneguello, e à pesquisadora Paula Cencig - e à Fundação Perseu Abramo, nas pessoas do coordenador do seu Núcleo de Opinião Pública, Gustavo Venturi e das pesquisadoras Rita Dias e Marisol Recaman. Agradeço ainda ao parecerista da revista pelas sugestões de modificações no texto.

1. O voto por "identificação ideológica"

O presente trabalho analisa a existência de relações entre a "ideologia" dos eleitores brasileiros e seu voto em eleições presidenciais. Partindo da noção de "identidade ideológica" proposta por Singer (1998), testa a tese deste autor de que aquela identidade é um fator central na decisão de voto para presidente.

É necessário, antes, fazer uma breve discussão sobre o conceito de "ideologia" e sua relação com o comportamento eleitoral. Encontramos na literatura internacional diversas concepções de "ideologia". Em uma primeira perspectiva, a partir de uma concepção mais exigente, um "voto ideológico" implicaria que o eleitor: i) formasse alguma opinião a respeito de vários temas (*issues*) políticos e que estas opiniões fossem razoavelmente coerentes entre si (do ponto de vista de um analista informado), ou seja, que o eleitor tivesse um "sistema de crenças estruturado"; ii) conhecesse as posições dos diferentes partidos e/ou candidatos quanto a estes temas; iii) escolhesse o partido (ou candidato) mais próximo de suas próprias posições. É aproximadamente esta a abordagem utilizada pelos primeiros trabalhos da chamada "Escola de Michigan" (especialmente Campbell et al, 1960 e Converse, 1964). Estes estudos indicavam que apenas uma pequena parcela dos eleitores seriam "ideológicos" (ou "quase-ideológicos"), ou seja, tomavam suas decisões a partir da análise das posições dos partidos sobre questões políticas relevantes.¹

Outras abordagens a respeito da ideologia e sua relação com o comportamento dos eleitores vão "relaxar" as exigências em relação ao grau de estruturação do "sistema de crenças" do eleitorado. Uma delas é a utilizada pelos recentes trabalhos de Singer (1993 e 1998), no Brasil, a partir da noção de "identificação ideológica".

Este autor vai partir da idéia, bem menos exigente, do "voto por imagem", de Sartori (1982), que não pressupõe que a maioria do eleitorado tenha um pensamento logicamente estruturado. Ao contrário, segundo esta perspectiva, a adesão a uma bandeira ideológica não requer alta sofisticação.²

Singer irá se apoiar, além de em Sartori, também no índice de "identificação" ou "sentimento" ideológico, proposto por Levitin e Miller (1979), para formular seu conceito de "identificação ideológica". Do ponto de vista empírico, utiliza a autolocalização dos eleitores no contínuo esquerda/direita (a partir de respostas de survey) para definir esta identificação.

Segundo o autor, 60 % dos eleitores não sabem definir o que seja esquerda e direita, quando solicitados a fazê-lo. Mesmo assim, o eleitor poderia utilizar estes conceitos para orientar sua decisão de voto porque tratar-se-ia

¹ Para uma crítica a essa perspectiva, ver Fiorina (1981) e Wattenberg (1991).

² Segundo Sartori "a imagem partidária não é a mesma coisa que identificação partidária (...), é perfeitamente possível (...) várias pessoas identificarem-se com o mesmo partido embora tendo dele representações mentais muito diferentes (...). Uma imagem é, no meu entender, um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase, e por ela transmitido. 'Bom para os trabalhadores', ou ainda melhor, 'partido dos trabalhadores' é uma imagem (e não uma questão). Os rótulos liberal e conservador, progressista e reacionário, esquerda e direita, exemplificam tipicamente as imagens pelas quais os partidos procuram passar à frente uns dos outros" (Sartori, 1982, p. 360).

"de um conhecimento intuitivo, de um sentimento do que significam as posições ideológicas. Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente" (Singer, 1998, p.149).

Esta é a definição proposta pelo autor: "a **identificação ideológica** é a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor" (Singer, 1998, p. 43).

Neste trabalho o autor analisa dados das eleições de 1989 e 1994. A concepção mais geral é a de que o eleitor decide o voto a partir de predisposições de longo prazo e estímulos de curto prazo. Em relação a estes últimos, destaca o papel do Plano Real em 1994. Mas a ênfase principal em 1989 (especialmente no 2º turno) e 1994 é na identidade ideológica, vista como uma predisposição de longo prazo e que teria sido um fator central da escolha eleitoral nestes dois pleitos.

Singer irá acrescentar uma série de dados buscando mostrar a estabilidade da identificação ideológica e sua relação com o voto no Brasil. Conclui, a respeito dos dados das duas eleições que analisou:

"por baixo das correntes superficiais determinadas pela conjuntura, o leito do rio manteve a orientação geral observada em 1989. O eleitorado continuou majoritariamente centrista e a direita superava em cerca de duas vezes os que se colocavam à esquerda. E tal como no pleito que elegeu Collor, a autolocalização no espectro direita-esquerda foi um forte preditor do voto, mesmo numa eleição em que a discussão econômica substituiu o debate ideológico como tema central." (Singer, 1998, pp. 87/88).

Dada a importância da "identificação ideológica", um problema relevante seria o de descobrir qual visão do mundo estaria associada a essa identificação intuitiva. Embora classicamente as diferenças entre esquerda e direita estejam vinculadas à questão da mudança (ou conservação) e da igualdade (ou desigualdade baseada no mérito individual), o que o autor conclui para o Brasil é que o eleitorado em geral deseja mudanças igualitárias, não havendo quanto a isso diferenças substantivas, apenas um pouco mais de desejo de mudanças por parte do eleitorado de esquerda. Seria quanto à forma como essas mudanças devem ser alcançadas que se daria a diferença. Enquanto a esquerda estaria associada à idéia de mobilização social e de contestação da autoridade repressiva do Estado, a direita, em oposição, estaria associada à idéia de que as mudanças só ocorrerão mediante um reforço da autoridade do Estado. O conservadorismo dos eleitores que se colocam à direita não se expressaria em uma rejeição às mudanças, mas no apego à autoridade e à ordem. Quanto à intervenção estatal para adoção de medidas igualitárias, é o centro que tenderia a ter a posição menos estatizante.

2. Hipótese e base empírica do presente estudo

A hipótese central que orienta este trabalho é a de que o significado do autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita varia para eleitores com diferentes graus de escolaridade. Da mesma forma, a utilização de uma escala esquerda-direita para se situar politicamente e votar em acordo com ela, exige um grau de informação e uma capacidade cognitiva mínimos, que podem não estar presentes na maioria dos eleitores de menor escolaridade.

O trabalho aqui desenvolvido é o de testar a tese de Singer sobre a "identificação ideológica" do eleitorado brasileiro, mas utilizando a escolaridade como um fator de diferenciação do grau em que aquela "identificação" realmente ocorreria entre os eleitores e influenciaria seu voto. Isto será feito com base em quatro *surveys*: dois deles realizados em 1989/90 por convênio USP/Cedec/Datafolha; um realizado pelo Datafolha em 1993 e um *survey* realizado pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo em novembro de 1997, todos de âmbito nacional.³

3. O significado do autoposicionamento dos eleitores em uma escala esquerda-direita

Uma questão inicial trata do significado político das palavras "esquerda" e "direita", para os eleitores. As Tabelas 1 e 2 apresentam dados do *survey* nacional realizado pelo convênio USP/Cedec/Datafolha em setembro de 1989 com as principais respostas dos eleitores, segundo seu grau de escolaridade, à seguinte pergunta: *"na sua opinião, qual é a diferença que há entre a esquerda e a direita na política? Noutras palavras, o que é para você ser de esquerda e ser de direita?"*

³ Estes foram, dentre os *surveys* que utilizei em minha tese de doutorado (Carreirão, 2000), os únicos que continham questões relacionadas ao posicionamento dos eleitores frente à polarização esquerda-direita. No *survey* realizado em âmbito nacional pelo Datafolha em maio de 1993, embora não fosse pedido ao entrevistado para se posicionar numa escala esquerda-direita, havia uma pergunta em que o eleitor deveria dizer se preferia (genericamente) um candidato situado "mais à esquerda ou mais à direita". Embora não se trate, como nos demais *surveys*, do autoposicionamento dos eleitores numa escala, a resposta à questão não deixa de ser um indicador, de suas "preferências ideológicas". Quanto ao *survey* da Fundação Perseu Abramo, de novembro de 1997, a questão que solicitava aos eleitores que se autopsicionassem na escala esquerda-direita foi aplicada a uma sub-amostra de apenas 480 eleitores. Isso aumenta a margem de erro das inferências feitas a partir desta (sub-)amostra para o conjunto da população. De qualquer forma, os indícios resultantes da análise da relação entre autoposicionamento esquerda-direita dos eleitores e a intenção de voto reforçam as conclusões encontradas nos demais *surveys*.

TABELA 1
Significado de "Esquerda", segundo escolaridade (Set/89) (%)

| Significado de "Esquerda" | Conjunto Eleitores | Escolaridade | | |
|--|--------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º G. | 2º Grau | Superior |
| 1) Não Sabe / Não Respondeu | 46 | 56 | 29 | 12 |
| 2) É estar contra o governo | 19 | 12 | 34 | 39 |
| 3) É o errado; o negativo | 10 | 12 | 7 | 1 |
| 4) É o comunismo / socialismo | 8 | 4 | 10 | 25 |
| 5) É defender interesses dos pobres/ trabalhadores | 4 | 3 | 6 | 10 |
| 6) É a mais fraca; menos poderosa | 3 | 4 | 3 | 0,4 |

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil - N = 2083).

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores em cada faixa de escolaridade.

Na coluna relativa ao conjunto dos eleitores, vemos que cerca de 46 % dos entrevistados não responderam à questão sobre o que entendiam "ser de esquerda" em política. Se considerássemos como aceitáveis (a partir de certo uso "comum" das expressões e não a partir de critérios mais rigorosos, com base nos significados mais utilizados na Ciência Política) as respostas 2, 4 e 5 da tabela, teríamos, para o conjunto do eleitorado, pouco mais de 30% de eleitores com respostas que poderiam ser consideradas como mais ou menos "aceitáveis".⁴ Mais importante ainda é notar as diferenças entre as respostas dos eleitores segundo seu grau de escolaridade: há uma clara diminuição das proporções dos eleitores que não sabem responder à pergunta, à medida que passamos dos eleitores de menor escolaridade (56 %), para os de escolaridade superior (12 %). Além disso, a proporção de respostas consideradas aqui como aceitáveis, cresce também substancialmente com a escolaridade: de 19 % entre os eleitores com até 1º Grau completo, a 74 %, entre os eleitores com nível superior.

A análise da Tabela 2 é muito semelhante em seus resultados à análise da tabela anterior. Evidentemente há diferenças nos conteúdos específicos das respostas às questões sobre o significado político das palavras "esquerda" e "direita". E, obviamente há algumas diferenças nas proporções dos eleitores que não souberam responder, ou responderam de forma mais ou menos adequada, em cada caso. Mas, a análise das duas tabelas leva, em termos substantivos, aos mesmos resultados.

⁴ Como na experiência brasileira até o momento daquela pesquisa eram poucos os casos de governos municipais ou estaduais importantes controlados por partidos de esquerda, e como este também não era o caso do governo federal, é impossível saber em que grau a resposta "é estar contra o governo" tem como referência esta experiência concreta ou é uma concepção mais genérica (em que, por exemplo, se a esquerda estivesse no poder, a direita, por estar fora dele, seria vista por este eleitorado como sendo a esquerda). De qualquer forma, frente à experiência concreta, a resposta não é considerada aqui como totalmente inadequada (como também em Singer, 1998).

TABELA 2
Significado de "Direita", segundo escolaridade (Set./89) (%)

| Significado de "Direita" | Conjunto Eleitores | Escolaridade | | |
|--|--------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º G. | 2º Grau | Superior |
| 1) Não Sabe / Não Respondeu | 44 | 55 | 29 | 12 |
| 2) Ser/ apoiar o governo | 19 | 11 | 34 | 40 |
| 3) É o certo/ o melhor | 12 | 15 | 8 | 2 |
| 4) É defender os interesses das elites | 5 | 3 | 8 | 17 |
| 5) São os poderosos, os que têm poder | 5 | 4 | 6 | 5 |
| 6) É defender os interesses do povo/ trabalhadores | 5 | 5 | 3 | 2 |
| 7) É a liberdade econômica, política | 5 | 2 | 6 | 17 |

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil - N = 2083).

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores em cada faixa de escolaridade.

As Tabelas Anexas 1 a 4 (apresentadas no final deste trabalho), relativas a questões idênticas para os surveys de maio/93 e novembro/97, mostram conclusões semelhantes: eleitores com baixa escolaridade dão respostas francamente inadequadas ou não sabem responder à questão em grau muito mais elevado do que eleitores com nível superior de escolaridade.

4. O autoposicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita

As diferenças entre os eleitores, conforme seu grau de escolaridade não se reduzem apenas a um problema de verbalização da compreensão dos termos: a Tabela 3 mostra que a proporção dos eleitores que não se posicionam na escala (de 7 pontos), quando solicitados a fazê-lo, declina monotonicamente com a escolaridade, nos três surveys em que foi feita a pergunta sobre este autoposicionamento. Na média dos três surveys, 46 % dos eleitores que não freqüentaram a escola não se posicionaram na escala, contra apenas 8 % dos eleitores com nível superior.

TABELA 3
Proporção dos eleitores que não se posicionaram na escala esquerda-direita, segundo escolaridade (1989/90/97) (%)

| Pesquisa | Total | Escolaridade | | | | |
|------------------|-------|------------------|---------------|---------------|---------|----------|
| | | Não freq. Escola | 1º Grau Inc.. | 1º Grau Comp. | 2º Grau | Superior |
| Setembro/89 (*) | 22 | 42 | 24 | 18 | 16 | 8 |
| Março/90 (*) | 19 | 46 | 23 | 16 | 12 | 6 |
| Novembro/97 (**) | 25 | 51 | 27 | 22 | 21 | 9 |

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Setembro/89 e Março/90) e Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil)

(*) Porcentagens na tabela correspondem às respostas "nenhuma / neutro / independente" e "não sabe / não respondeu", à pergunta sobre o autoposicionamento na escala esquerda-direita.

(**) Inclui entrevistados que responderam "Não Sei" ou não quiseram se posicionar, frente ao pedido do entrevistador para que eles mencionassem qual sua posição numa escala de 7 pontos (esquerda-direita).

Quanto ao *survey* do Datafolha de maio de 1993, a questão formulada aos eleitores era: "quando se fala em política, muita gente separa os candidatos e os partidos entre os de esquerda e os de direita. Você prefere um candidato com uma posição política: 1. Mais à esquerda ou, 2. Mais à direita?" (outras respostas ou "Não sei" eram anotadas, no caso das respostas dos eleitores não se enquadrarem naquelas opções apresentadas ao entrevistado). Não há, portanto comparabilidade direta com aquela pergunta dos outros *surveys*, já que não se trata de como o eleitor define a si mesmo (como de esquerda, centro ou direita), mas de preferência por candidatos de esquerda ou direita. De toda forma, a análise dos dados pode ser útil para nosso estudo.

Como vemos na Tabela 4, a proporção de eleitores que responderam "não sei" à pergunta sobre preferência por candidatos de esquerda ou de direita foi um pouco menor (19 %) do que a média dos que não se autopoicionavam na escala esquerda-direita nos outros três *surveys* (22 %). Mas a tendência de declínio com a escolaridade é a mesma.

TABELA 4

Proporção de respostas "Não sei" à pergunta sobre preferência por candidatos de esquerda ou de direita, segundo escolaridade (Maio/93 (%))

| | Total dos eleitores | Escolaridade | | |
|-----------|---------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º Grau | 2º Grau | Superior |
| Não Sabe | 19 | 23 | 16 | 8 |
| (N total) | (2498) | (1457) | (773) | (268) |

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

Obs: "Outras respostas" = "no centro"; "nenhum dos dois"; "tanto faz"; "depende do candidato".

Quanto à distribuição dos eleitores segundo seu autopoicionamento na escala, os dados são mostrados na Tabela 5. Há uma forte regularidade nos dados dos três *surveys*: a parcela maior do eleitorado se posiciona ao centro (35 a 41 %) e a seguir à direita (24 a 27 %); esta última parcela representa aproximadamente o dobro do eleitorado que se posicionava à esquerda (13 a 14 %). Também considerando a distribuição dos posicionamentos dos eleitores de cada faixa de escolaridade, embora haja algumas variações, há uma certa regularidade: em todos os três *surveys* o posicionamento ao centro cresce com a escolaridade: o eleitorado com nível superior parece fortemente "centrista" (55 a 68%, conforme o *survey*), ou posicionado à esquerda (19 a 24 %). O eleitorado de mais baixa escolaridade, por outro lado, parece majoritariamente "de direita" ou "centrista", com apenas 11 a 12 % se posicionando à esquerda.

Tabela 5
Autoposicionamento na escala esquerda-direita, segundo escolaridade (%) (1989/90/97)

| Pesquisa | Posicionamento na escala (*) | Conjunto eleitores | Até 1º Grau | 2º Grau | Superior |
|-----------------|------------------------------|--------------------|-------------|---------|----------|
| Setembro/ 89 | Esquerda | 13 | 11 | 17 | 20 |
| | Centro | 41 | 34 | 53 | 64 |
| | Direita | 24 | 30 | 14 | 8 |
| | Não Sabe | 22 | 26 | 16 | 8 |
| | (N) | (1984) | (1352) | (407) | (225) |
| Março/90 | Esquerda | 14 | 11 | 17 | 19 |
| | Centro | 41 | 31 | 52 | 68 |
| | Direita | 27 | 34 | 19 | 8 |
| | Não Sabe | 19 | 24 | 12 | 6 |
| | (N) | (2438) | (1531) | (585) | (322) |
| Novembro/ 97 | Esquerda | 13 | 12 | 16 | 12 |
| | Centro | 35 | 27 | 46 | 55 |
| | Direita | 27 | 31 | 16 | 24 |
| | Não Sabe | 25 | 29 | 21 | 9 |
| | (N (**)) | (480) | (307) | (122) | (51) |

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Setembro/89 e Março/90) e Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil). (*) O "posicionamento ideológico" dos eleitores foi operacionalizado a partir da seguinte recodificação da escala original de 7 pontos: esquerda = posições 1 e 2; centro = posições 3 a 5; direita = posições 6 e 7. A forma de operacionalizar esta variável foi a mesma usada em Singer (1998: 81); (**) O survey foi aplicado a 2670 eleitores brasileiros, mas a pergunta sobre posicionamento E/D foi feita a apenas 480 deles. Os eleitores sem escolaridade eram em número muito baixo e por isso foram agregados aos com até 1º Grau.

Quanto ao survey do Datafolha de maio de 1993, como já foi visto, a questão formulada era diferente das questões dos demais surveys. A Tabela 6 mostra os dados relativos às preferências dos eleitores por candidatos mais à esquerda ou mais à direita.

Aqui, uma dificuldade é a inexistência de uma opção de resposta (explícita) correspondente a um candidato de centro. Apesar de 13 % dos entrevistados apontarem - além das duas opções de resposta (esquerda ou direita) explícitas na pergunta - outras respostas à questão (entre elas a de preferência por candidato de centro), certamente a não explicitação dessa opção no enunciado da pergunta distorce qualquer possibilidade de comparação direta com a questão do autoposicionamento do eleitor na escala esquerda-direita.

Mas, ainda assim, a análise desses dados pode nos dar pistas interessantes, já que, pelo menos para os eleitores para os quais as categorias esquerda e direita têm um significado político, estas respostas podem representar um indicador de suas

"preferências ideológicas".

TABELA 6

Preferência por candidatos à esq. ou à direita, segundo escolaridade dos eleitores (Maio/93)

| Preferência por candidatos | Total dos eleitores | Escolaridade | | |
|----------------------------|---------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º Grau | 2º Grau | Superior |
| Esquerda | 24 | 16 | 33 | 40 |
| Direita | 45 | 52 | 37 | 30 |
| Outras Respostas | 13 | 8 | 15 | 23 |
| Não Sabe | 19 | 23 | 16 | 8 |
| (N) | (2498) | (1457) | (773) | (268) |

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Univ.: Brasil - N = 2500). Obs: "Outras respostas" = "no centro"; "nenhum dos dois"; "tanto faz"; "depende do candidato".

No conjunto de eleitores, a preferência por candidatos à direita (45 %) é quase o dobro da preferência por candidatos à esquerda (24 %). Há, no entanto, diferenças significativas entre os eleitores de acordo com sua escolaridade: entre aqueles com até 1º Grau, a preferência pela direita (em relação à esquerda) é ainda maior (52% e 16 %, respectivamente); à medida que cresce a escolaridade dos eleitores esta tendência vai se invertendo, de tal forma que nos eleitores com nível superior a preferência pela esquerda (40 %) supera a preferência pela direita (30 %). No conjunto dos entrevistados cerca de 13 % se enquadram na categoria "outras respostas", que incluem: "depende do candidato"; "qualquer um / tanto faz "; "no centro"; "nenhum dos dois". Este percentual cresce também com a escolaridade (de 8 % a 23 %). Como já foi dito, não é possível uma comparação rigorosa com os dados de autoposicionamento na escala esquerda-direita existente em outros *surveys*. De qualquer forma, a tendência de que uma preferência pela direita seja aproximadamente o dobro de uma preferência pela esquerda é semelhante à encontrada naqueles dados.

Há, porém, alguns problemas para interpretar o significado dessas regularidades: como já foi mostrado, o significado atribuído aos termos esquerda e direita varia muito com a escolaridade; além disso, a relação entre o posicionamento dos eleitores na escala e o voto (e suas opiniões políticas e preferências partidárias) também varia muito, segundo o grau de escolaridade dos eleitores. Dessa forma, é possível pensar que essa regularidade se deva em parte a efeitos de agregação que escondem mudanças individuais e em parte a uma continuidade efetiva no plano individual. Neste último caso, porém, ainda pode haver pelo menos duas possibilidades: um grupo de eleitores (principalmente entre os de alta escolaridade) para quem a escala tem algum significado político e o posicionamento tem relação com o voto, e um grupo (especialmente entre os eleitores de baixa escolaridade) que, por interpretar equivocadamente as noções de esquerda e direita, poderia se posicionar sempre no mesmo setor da escala, mas esse posicionamento não teria relação com o voto. Os dados aqui disponíveis, embora não permitam formular uma interpretação clara do significado daquela continuidade da distribuição dos eleitores na

escala esquerda-direita ao longo do período estudado, parecem sugerir que pode se tratar de uma mistura das diversas possibilidades apontadas acima.

5. "Posicionamento ideológico" e voto

A Tabela 7 apresenta os coeficientes gama de correlação entre o "posicionamento ideológico" dos eleitores e sua intenção de voto, para cada faixa de escolaridade, para os *surveys* aqui disponíveis.⁵

Iniciei pela análise dos dados referentes ao "conjunto de eleitores". O grau de correlação entre o posicionamento dos eleitores na escala e seu voto variou, de baixo (0,26) a substancial (0,53), nos quatro *surveys* analisados.⁶ Mas é importante considerar que estes coeficientes foram calculados apenas para aqueles eleitores que simultaneamente se autoposicionavam na escala e pretendiam votar em algum candidato. Assim, por exemplo, o coeficiente de 0,30 no primeiro *survey* foi calculado apenas para 70 % do conjunto da amostra⁷, já que os demais 30 % não se posicionavam na escala esquerda-direita ou, mesmo se posicionando, pretendiam votar em branco ou nulo.⁸

⁵ Será chamado genericamente de "posicionamento ideológico" seja o autoposicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita, seja a resposta, no *survey* de maio/93, à resposta sobre a preferência por votar num candidato à esquerda ou à direita. Este "posicionamento" foi assim operacionalizado: no *survey* de maio/93, além das respostas "esquerda" e "direita", foi estabelecida como uma categoria intermediária as "outras respostas" ("no centro"; "nenhum dos dois"; "tanto faz"). Nos demais *surveys*, em que a pergunta solicitava o autoposicionamento do eleitor numa escala de 7 pontos, foi feita a operacionalização indicada na Tabela 5. Quanto à variável intenção de voto: nas duas pesquisas USP/Cedec/Datafolha, relativas ao 1º turno da eleição de 1989: esquerda = Lula (PT), Leonel Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB); centro = Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB), Guilherme Afif (PL) e Affonso Camargo (PTB); direita = Fernando Collor (PRN); Paulo Maluf (PDS) e Aureliano Chaves (PFL). Essa classificação segue a dos partidos a que os candidatos pertencem; esta última segue a classificação feita por Singer (1998: 67), com base em pesquisa do IUPERJ e em classificação da FIESP. Trabalhos como os de Kinzo (1990) e Figueiredo e Limongi (1999) apontam para classificações muito semelhantes a esta. Operacionalizando as duas variáveis de forma mais desagregada (com 5 ou 7 posições), chegamos a coeficientes de correlação um pouco mais baixos, mas a seqüência de crescimento dos coeficientes é a mesma: dos eleitores de mais baixa escolaridade para os de mais alta. Quanto ao 2º turno, a intenção de voto foi operacionalizada assim: 1 = Lula; 2 = branco/nulo; 3 = Collor. Isso foi feito de forma a poder utilizar o coeficiente gama de correlação (que é adequado para variáveis ordinais), mantendo a comparabilidade com as demais correlações. (A pesquisa de setembro de 1989 não fazia pergunta sobre intenção de voto no segundo turno, por isso não foi incluída na análise). No *survey* de maio de 1993 a variável intenção de voto foi assim operacionalizada: Esquerda = Lula + Brizola; Centro = Tasso Jereissati + Luiz A. Fleury + Hélio Garcia; Direita = Antônio Carlos Magalhães + Maluf + Joaquim Francisco. Mesmo se considerássemos o candidato Hélio Garcia à direita, isso praticamente não alteraria os resultados, pois ele tinha então pouco mais de 1 % das intenções de voto. No *survey* de novembro de 1997 a variável intenção de voto foi codificada, da seguinte forma (seguindo o critério de posicionamento do partido ao qual estava vinculado cada candidato): esquerda = Lula e Ciro Gomes; centro = FHC e Sarney; direita = Enéas. Outras formas de operacionalizar as duas variáveis, neste *survey*, levam, em geral, a coeficientes de mesma magnitude, embora haja algumas variações (Ver Tabela Anexa 5).

⁶ O coeficiente gama varia de -1 a +1. Uma forma muito utilizada de categorizar a força da correlação é a seguinte: coeficientes de até 0,09 (positivos ou negativos) correspondem a uma associação desprezível entre as variáveis; de 0,10 a 0,29, uma associação baixa; de 0,30 a 0,49, uma associação moderada; de 0,50 a 0,69, uma associação substancial e acima de 0,70, uma associação forte (Davis, 1976).

⁷ Este percentual foi calculado dividindo o número dos eleitores que ao mesmo tempo se autoposicionavam e pretendiam votar em algum candidato, pelo total dos eleitores, descontados aqueles que responderam "Não Sei" à pergunta sobre intenção de voto.

⁸ Se os eleitores não se posicionavam na escala, é evidente que o autoposicionamento não pode ser considerado como influenciando o voto; se os eleitores se posicionavam na escala, mas pretendiam votar nulo ou em branco, também parece que seu posicionamento não foi suficiente para que sua escolha recaísse sobre um candidato com o mesmo "posicionamento ideológico" que o seu.

TABELA 7

Correlação (Gama) entre intenção de voto e posicionamento ideológico, segundo escolaridade (1º Turno/1989)

| Survey/ Eleição | Conjunto eleitores | Escolaridade | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------|------------------|------------------|
| | | Não frequentou escola | Até 1º Grau incompl. | 1º Grau completo | 2º Grau | Superior |
| Setembro 1989/ 1º Turno/89 (% Eleitores) (1) | 0,30** (70 %) | -0,13 (64 %) | 0,14 (71 %) | 0,14 (72 %) | 0,43** (78 %) | 0,65** (85 %) |
| Março 1990/ 1º Turno/89 (% Eleitores) (1) | 0,45** (79 %) | -0,13 (59 %) | 0,29** (75 %) | 0,48** (81 %) | 0,53** (84 %) | 0,82** (93 %) |
| Março 1990/ 2º Turno/89 (% Eleitores) (1) | 0,53** (80 %) | -0,34 (60 %) | 0,35** (75 %) | 0,49** (81 %) | 0,66** (85 %) | 0,66** (94 %) |
| Mai 1993/ (% Eleitores) (1) | 0,39** (69 %) | ND | ND | 0,30** (66 %) | 0,42** (71 %) | 0,68** (76 %) |
| Novembro 1997 (% Eleitores) (1) | 0,26** (63 %) | (a) | 0,20 (61 %) | 0,51** (67 %) | 0,18 (62 %) | 0,77** (74 %) |

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Set/89 - Brasil e Março/90 - Brasil); Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil); Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil); (*) coef. significativo nível 0,05; (**) coef. significativo nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente. (1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de missing cases, em cada análise; ND = Não há dados (a questão sobre escolaridade não incluía as opções). (a) A pergunta sobre autoposicionamento esquerda-direita foi feita a apenas 480 eleitores. Os eleitores sem escolaridade eram em número muito baixo (14) e por isso foram agregados aos com até 1º Grau incompleto.

Há variações significativas entre os diversos surveys: assim, para o 1º turno da eleição de 1989, as correlações entre "posicionamento ideológico" e voto apresentaram força moderada (0,30 e 0,45).⁹ Quanto ao 2º turno, os coeficientes são maiores do que os coeficientes encontrados para o primeiro turno da eleição, para todas as faixas de eleitores. A única exceção é entre os eleitores com nível superior, em que um dos coeficientes para o primeiro turno foi maior do que o encontrado para o segundo. Uma explicação possível é a de que numa eleição muito polarizada ideologicamente entre apenas dois candidatos (como no 2º turno), a "localização" dos candidatos no "espaço" esquerda-direita, pelos eleitores, é mais fácil do que numa eleição entre muitos candidatos de todos os matizes ideológicos (como no 1º turno).

No survey de maio de 1993, a correlação entre as respostas às duas questões, para o conjunto dos eleitores, é de grau mediano (coeficiente de 0,39).¹⁰

⁹ Os coeficientes no segundo são maiores do que no primeiro survey em todas as faixas de escolaridade. Isso poderia se dever, como observou Singer (1998), ao fato da maior polarização ideológica ter se dado no 2º turno da eleição, entre Collor e Lula. Como o segundo survey foi realizado após o segundo turno, ele teria captado uma visão dos eleitores sobre o conflito político mais balizada por termos como "direita" e "esquerda" do que a visão captada no primeiro survey.

¹⁰ De forma a realizar a análise de correlação, foram desconsiderados nesta análise, os eleitores que responderam "não sei" à questão sobre preferência por candidatos mais à esquerda ou mais à direita e os que responderam que pretendiam votar em branco, ou nulo, ou não sabiam em quem votar, na pergunta sobre intenção de voto. A análise se restringe, portanto, apenas aos 69 % dos eleitores que simultaneamente escolheram algum candidato e deram alguma resposta à questão mais genérica sobre a posição política (do candidato) em que preferiam votar. Os eleitores que deram "outras respostas" a esta última questão foram considerados uma categoria intermediária entre os que reponderam preferir votar "mais à esquerda" ou "mais à direita".

Quanto ao *survey* de novembro de 1997, o grau de correlação entre o posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita e seu voto é baixo (0,26), mas estatisticamente significativo. De qualquer forma, do ponto de vista que aqui mais nos interessa, com apenas uma exceção (no *survey* de 1997) há uma seqüência bem clara nos coeficientes de correlação: eles crescem à medida que cresce a escolaridade dos eleitores. Entre os eleitores sem escolaridade (onde havia dados suficientes para esta faixa de escolaridade, ou seja, nos dois *surveys* relativos à eleição presidencial de 1989) as correlações entre "posicionamento ideológico" do eleitor e seu voto são negativas (devido à tendência ao voto em candidatos à direita ser maior entre os eleitores que se autoposicionavam à esquerda na escala, do que entre os que se posicionavam à direita); entre os eleitores com até 1º Grau incompleto as correlações são positivas, mas baixas, com exceção de uma, moderada. Já entre os demais eleitores, com algumas exceções, a tendência é a seguinte: eleitores com 1º Grau completo: correlações moderadas; eleitores com 2º Grau: correlações entre moderadas a substanciais; eleitores de nível superior: correlações substanciais a fortes.

Se isso mostra que há diferenças importantes entre os eleitores, segundo seu grau de escolaridade, não deve obscurecer o fato de que, excetuando-se os eleitores sem qualquer escolaridade, todos os demais apresentaram um padrão de voto associado (no sentido esperado), em maior ou menor grau, ao seu autopoicionamento na escala esquerda-direita.

6. "Posicionamento ideológico" e preferência partidária

Uma outra questão relevante é saber qual a relação entre o autopoicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e o partido que ele prefere.

TABELA 8 - Correlação (Gama) entre pref. partidária e posicionamento ideológico, segundo escolaridade (1989/90)

| Pesquisa | "Total" de | Escolaridade | | | | |
|--|------------------|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Não frequentou escola | Até 1º Grau inc.. | 1º Grau comp. | 2º Grau | Superior |
| Set. 1989 (% dos eleitores com preferência partidária) (1) | 0,30** (80 %) | -0,30 (62 %) | 0,06 (79 %) | 0,33* (80 %) | 0,43** (82 %) | 0,71** (95 %) |
| Março 1990 (% dos eleitores com preferência partidária) (1) | 0,46** (88 %) | -0,39 (78 %) | 0,28** (84 %) | 0,25* (89 %) | 0,52** (90 %) | 0,79** (99 %) |
| Mai 1993 (% dos eleitores com preferência partidária) (1) | 0,54** (84 %) | ND | ND | 0,42** (80 %) | 0,57** (87 %) | 0,73** (93 %) |
| Novembro 1997 (% dos eleitores com preferência partidária) (1) | 0,38** (83 %) | (a) | 0,36* (83 %) | 0,18 (77 %) | 0,47* (91 %) | 0,82** (99 %) |

Fontes: Cedec/USP/Datafolha (Set./89 - Brasil e Mar./90 - Brasil); Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil ; N = 2500); Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil). (*) coef. significativo nível 0,05; (**) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente. (1) São indicadas as porcentagens de eleitores a partir das quais foram feitos os cálculos dos coef. de correlação, calculadas em relação não ao conj. de eleitores, mas aos eleitores com alguma pref. partidária, em cada categoria; ND = Não há dados (a questão sobre escolaridade não incluía as opções). (a) A pergunta sobre autopos. esquerda-direita foi feita a apenas 480 eleitores. Os eleitores sem escolaridade eram em número muito baixo (14) e por isso foram agregados aos com até 1º Grau incompleto.

A Tabela 8 resume os coeficientes de correlação entre autopoicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e sua preferência partidária, controlado por sua escolaridade, para os *surveys* aqui disponíveis.¹¹

Como se vê, considerando apenas o conjunto dos eleitores que manifestaram preferência partidária e algum "posicionamento ideológico"¹², as correlações são de força moderada a substancial (com coeficientes semelhantes aos encontrados para a correlação entre autopoicionamento e voto).

Além disso, as correlações crescem com a escolaridade dos eleitores: entre aqueles sem escolaridade as correlações são negativas; entre aqueles com até 1º Grau incompleto os coeficientes são baixos, chegando a valores altos apenas nas faixas de maior escolaridade. As diferenças entre os eleitores, segundo sua escolaridade, devem ser percebidas não só através dos coeficientes de correlação: para os eleitores com até 1º Grau incompleto, além das correlações serem menores, os coeficientes (0,06 a 0,36) foram calculados entre 79 a 84 % dos eleitores desta faixa que manifestaram preferência partidária. Já entre os eleitores com nível superior, as altas correlações encontradas (0,71 a 0,82) são válidas para praticamente todos os eleitores que manifestaram alguma preferência partidária, já que 93 a 99 % deles conseguiam se posicionar na escala esquerda-direita (embora os eleitores com alguma preferência partidária representem uma minoria mesmo nesta faixa de escolaridade).

7. Posicionamento na escala esquerda-direita e opiniões políticas

Uma questão relevante é saber se o autopoicionamento do eleitor na escala esquerda-direita está associado a alguma(s) de suas opiniões políticas específicas. Já foi visto que Singer (1998) identificou como elemento diferenciador da identidade ideológica dos eleitores uma certa polarização em relação à forma como deveriam ocorrer as mudanças sociais: enquanto aqueles de esquerda associariam essas mudanças à idéia de mobilização popular, para aqueles de direita essas mudanças deveriam ocorrer mediante um reforço da autoridade do Estado.

O objetivo da análise a seguir é testar se o "posicionamento ideológico" associa-se com a mesma intensidade com as opiniões políticas, para eleitores de diferentes graus de escolaridade e, além disso, a quais conteúdos substantivos associam-se os posicionamentos à esquerda e à direita, entre eleitores com diferentes graus de escolaridade.

As Tabelas 9, 10 e 11 mostram as correlações entre o autopoicionamento dos

¹¹ As variáveis autopoicionamento na escala e preferência partidária foram operacionalizadas, com 3 posições cada (esquerda; centro; direita), conforme Nota 5 (substituindo os candidatos por seus partidos, no caso de preferência partidária). Os eleitores que preferiam "outros partidos", bem como os sem preferência partidária, foram considerados como *missing cases*.

¹² Vale notar que nos *surveys* em estudo, como em muitos outros *surveys* realizados ao longo do período em estudo (1989/98), os eleitores que manifestaram preferência por algum partido representavam em torno de 40 a 50 % do eleitorado nacional. Dentre estes eleitores (com preferência partidária), em média 84 % se posicionavam na escala esquerda-direita.

eleitores na escala esquerda-direita e suas opiniões a respeito de uma série de temas (democracia x ditadura; participação popular nas decisões; igualitarismo sócio-econômico; grau de intervenção do estado na economia e/ou nas políticas sociais), nos surveys de setembro de 1989, março de 1990 e novembro de 1997.¹³

Tabela 9
Correlação (Gama) entre opiniões políticas e posicionamento na escala esquerda-direita, segundo escolaridade (Setembro/89)

| Questão (1) | Conjunto Eleitores | Até 1ºG. Incompl. | 1º Grau Completo | 2º Grau | Superior |
|---|--------------------|-------------------|------------------|---------|----------|
| Democracia x ditadura | 0,09 | -0,01 | 0,04 | 0,16 | 0,22 |
| Minoria deve influir nas decisões? | -0,11** | -0,01 | -0,09 | -0,06 | -0,25 |
| Líder forte x participação popular | 0,08 | 0,06 | -0,03 | 0,08 | 0,25* |
| Proibição de greves | 0,25** | 0,18** | -0,02 | 0,29** | 0,40** |
| Intervenção em sindicatos | 0,24** | 0,14* | -0,01 | 0,37** | 0,54** |
| Proibição de partidos | 0,25** | 0,13* | 0,19 | 0,20 | 0,40* |
| Censura a meios de comunicação | 0,12** | 0,11 | -0,34 | 0,11 | 0,30* |
| Fechamento do Congresso | 0,02 | 0,03 | -0,12 | -0,02 | 0,06 |
| Participação do Estado na economia e serviços sociais | -0,12** | -0,12 | 0,15 | 0,00 | 0,28* |
| Democracia é perigosa porque pode gerar desordem | 0,15** | 0,00 | -0,01 | 0,15 | 0,51** |
| Mudanças só com revolução ou violência | 0,06 | 0,05 | 0,07 | 0,25* | 0,18 |
| Justiça x miséria e desigualdade | -0,06 | 0,04 | 0,06 | -0,16 | 0,06 |
| Povo deve opinar nas leis ? | 0,12** | 0,04 | 0,17 | -0,06 | 0,17 |
| Igualdade/distribuição da riqueza | 0,02 | 0,16 | -0,06 | 0,16 | 0,15 |
| Volta dos militares ao poder | 0,30** | 0,22** | 0,13 | 0,22* | 0,05 |
| Sempre haverá ricos e pobres | 0,06 | -0,17 | 0,10 | 0,09 | 0,48** |
| No capitalismo quem se esforça pode ficar rico | 0,28** | 0,25** | 0,23 | 0,09 | 0,53** |
| Troca de voto por bem material | 0,14* | 0,12 | -0,07 | 0,11 | -0,20 |
| Ordem x injustiça | 0,13** | 0,10 | 0,04 | 0,07 | 0,18 |
| Se país é rico, não importa que haja desigualdades | 0,20** | 0,07 | -0,04 | 0,20 | 0,59** |
| Política é para profissionais | 0,32** | 0,19** | 0,36** | 0,27** | 0,19 |
| A única solução para o país é o socialismo | -0,05 | -0,07 | -0,04 | 0,20* | 0,51** |
| Povo decidindo é melhor | -0,04 | -0,08 | 0,16 | 0,11 | 0,41** |
| (% Média de Eleitores) | (70 %) | (63 %) | (74 %) | (76 %) | (87 %) |

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

(*) coef. significativo nível 0,05; (**) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

¹³ No cálculo das correlações apresentadas nestas tabelas, as respostas às questões sobre opiniões dos eleitores foram operacionalizadas sempre como variáveis ordinais com três categorias (duas categorias extremas e uma intermediária, como "concorda totalmente", "concorda ou discorda em parte" e "discorda totalmente", ou ainda: "totalmente a favor", "a favor ou contra em parte" e "totalmente contra"). As categorias eram ordenadas em cada questão de forma a que a posição 1 fosse a mais democrática, igualitária, etc, e a posição 3 fosse o inverso. A expectativa teórica a ser testada, portanto, era a de que os eleitores com posições do tipo 1 tenderiam a se posicionar na escala proporcionalmente mais à esquerda e os com posições do tipo 3, proporcionalmente mais à direita, o que corresponderia a coeficientes positivos de correlação. Foi testada também uma ordem em que se invertia as posições ao centro e à esquerda, já que para algumas questões as posições esperadas poderiam ter esse ordenamento. Embora os coeficientes variem, a magnitude das correlações não é substancialmente diferente na quase totalidade dos casos. Como o interesse aqui é apenas o de verificar o grau em que opiniões e "posicionamentos ideológicos" se associam, estes últimos dados não são apresentados, porque não nos levariam a conclusões diferentes, para os objetivos da análise.

TABELA 10

Correlação (Gama) entre opiniões políticas e posicionamento na escala esquerda-direita, Segundo escolaridade (Março/90)

| Questão (1) | Conjunto Eleitores | Até 1º Grau Inc. | 1º Grau Completo | 2º Grau | Superior |
|---|--------------------|------------------|------------------|---------|----------|
| Democracia x ditadura | -0,03 | -0,08 | -0,14 | -0,11 | 0,08 |
| Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias | 0,11** | 0,00 | 0,04 | 0,20** | 0,35** |
| Líder forte x participação popular | 0,12** | 0,06 | -0,09 | 0,11 | 0,42** |
| Governo deve poder usar polícia contra manifestações ? | 0,28** | 0,15** | 0,15 | 0,28** | 0,33** |
| Governo deve poder processar quem for contra autoridade? | 0,28** | 0,15** | 0,33** | 0,16** | 0,34** |
| Governo deve poder proibir (por leis) manifestações de protesto ? | 0,28** | 0,02 | 0,33** | 0,27** | 0,55** |
| Governo deve poder usar tropas para acabar com greves ? | 0,37** | 0,26** | 0,17 | 0,28** | 0,60** |
| É bobagem mudar leis, porque elas não são respeitadas. | 0,09* | 0,00 | 0,05 | 0,02 | 0,24* |
| Mudanças no Brasil só com violência | 0,05 | 0,01 | -0,08 | -0,06 | -0,32 |
| Melhor manter família que acabar c/casamento infeliz | 0,26** | 0,13* | 0,11 | 0,19** | 0,26* |
| Volta dos militares ao poder | 0,20** | 0,06 | 0,11 | 0,09 | 0,15 |
| Governo, protegendo os pobres, prejudica quem trabalha | 0,21** | 0,11* | 0,11 | 0,12 | 0,18 |
| No capitalismo quem se esforça pode ficar rico | 0,27** | 0,19** | 0,35** | 0,23** | 0,37** |
| País seria melhor se só existisse um partido político | 0,19** | 0,03 | 0,10 | 0,02 | 0,00 |
| Melhor caminho p/ ajudar os pobres é c/ ajuda do governo | 0,25** | 0,17* | 0,10 | 0,17 | 0,08 |
| No Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo | 0,05 | 0,00 | 0,10 | 0,02 | 0,23* |
| Se o país for rico não importa que haja desigualdade social | 0,22** | 0,06 | 0,32** | 0,09 | 0,14 |
| A única solução para o país é o socialismo | -0,05 | -0,10 | 0,05 | 0,13 | 0,61** |
| (% Média de Eleitores) | (77 %) | (67 %) | (81 %) | (85 %) | (92 %) |

Fonte: Cedec/USP/Datafolha - Setembro/89 (Universo: Brasil)

(*) coef. significativo nível 0,05; (**) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

Tabela 11
Correlação entre opiniões políticas e autopoicionamento na escala esquerda-direita (Nov./97)

| Questão | Conjunto Eleitores | Até 1º Grau Incompleto | Superior |
|--|--------------------|------------------------|----------|
| Socialismo como solução para os problemas sociais | - 0,11 | - 0,13 | 0,15 |
| Democracia x ditadura | 0,01 | 0,01 | - 0,28 |
| Minoria deve obedecer maioria, deixando de lado suas idéias | 0,00 | - 0,04 | 0,18 |
| Líder forte x participação popular | 0,21** | 0,11 | 0,61** |
| Para manter a ordem, as leis, mesmo injustas, devem ser obedecidas | 0,03 | 0,01 | 0,14 |
| Mudanças no Brasil só com revolução ou pela força | 0,07 | 0,10 | 0,11 |
| Política é para profissionais (deputados; senadores) | 0,19* | 0,07 | 0,34 |
| Não há solução para problemas sociais sem reforma agrária radical | 0,08 | 0,05 | 0,34 |
| País funcionaria melhor c/ a volta dos militares ao poder | 0,15 | 0,13 | 0,41 |
| Governo deve poder proibir greves | 0,22** | 0,25* | 0,36 |
| Governo deve poder intervir nos sindicatos | 0,03 | 0,07 | 0,26 |
| Governo deve poder proibir a existência de algum partido | 0,11 | 0,21 | - 0,06 |
| Governo deve poder censurar jornais, TVs e rádio | 0,10 | 0,04 | - 0,41 |
| Governo deve poder fechar o Congresso Nacional | - 0,14 | - 0,12 | 0,13 |
| (% Média de Eleitores) (1) | (71%) | (65%) | (89%) |

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Novembro/97 (Universo: Brasil).

(*) coef. significativo nível 0,05; (**) coef. signif. nível 0,01; demais coef. não signif. estatisticamente.

(1) São indicadas as porcentagens médias de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Há uma variação relativamente pequena em torno dessas médias. Isso nos dá uma indicação das proporções de missing cases, em cada análise.

Antes mesmo de analisar os dados, vale a pena indicar que, embora não tenham sido mostrados aqui dados relativos às correlações entre as respostas dos eleitores a todas estas questões (umas com as outras), os resultados preliminares de uma análise panorâmica destas correlações revelam muitas variações entre eleitores e entre tipos de questões: em geral, há maior "coerência" entre opiniões frente a temas correlatos (por exemplo, diversas questões sobre participação política) do que entre temas diferentes (por exemplo, opiniões sobre participação política podem não ser muito "coerentes" com opiniões sobre intervenção do Estado na economia); a "coerência" em geral é maior entre eleitores com maior nível de escolaridade, do que entre os de menor escolaridade.¹⁴

¹⁴ Esses são resultados muito gerais, que ressaltam numa análise panorâmica. Não foi possível no âmbito deste trabalho um tratamento destes dados com o rigor e a sistematicidade que seriam adequados.

Sem entrar em detalhes sobre os dados das tabelas 9 a 11, as principais conclusões que importa aqui destacar são:

a) para o conjunto dos eleitores, embora as associações entre o autopoicionamento na escala esquerda-direita e suas opiniões políticas sejam quase todas fracas, há algumas associações moderadas;

b) entre os eleitores de mais alta escolaridade, há várias associações de força moderada a substancial entre seu autopoicionamento na escala e as opiniões relativas a diversas dimensões (e não só aquela destacada por Singer)¹⁵;

c) entre os eleitores com menor escolaridade, o grau de associação entre opiniões políticas específicas e o autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita é relativamente baixo para todas as questões analisadas. De toda forma, mesmo entre eles a grande maioria das associações é positiva (44 casos em 55) e muitas delas (14) estatisticamente significativas. Isso parece indicar que há uma certa tendência, ainda que bem mais fraca, semelhante à existente entre os eleitores de alta escolaridade: comparativamente havia proporções maiores de eleitores que se posicionavam à esquerda apresentando opiniões democráticas, igualitárias, favoráveis à participação popular do que as proporções de eleitores que se posicionavam à direita que apresentavam estes tipos de opiniões.¹⁶

d) Para o conjunto de eleitores, e especialmente entre os de menor escolaridade, embora os baixos coeficientes de correlação (em média) não apontem para um grau de associação muito substancial entre posicionamento na escala e opiniões políticas, a clivagem proposta por Singer (1998) (inclusive a partir de alguns dos dados aqui utilizados) parece ser realmente a mais importante para diferenciar o conjunto dos eleitores, segundo seu autopoicionamento na escala.

Assim, uma parcela dos eleitores que se posicionaria tendencialmente mais à direita parece realmente perceber certas manifestações políticas (greves, manifestações de protesto, mobilizações populares em geral) como negativas (sinais de "desordem", "baderna"), rejeitando os candidatos e partidos associados a este tipo de ação política e esperando que as mudanças políticas ocorram "dentro da ordem", a partir das "autoridades constituídas", ou de um "líder forte". Outra parcela dos eleitores, que se posicionaria tendencialmente mais à esquerda, ao contrário, perceberia aquele tipo de ação política como necessária, ou pelo menos válida, para a obtenção de

¹⁵No *survey* de novembro de 1997 o fato da maioria dos coeficientes ser estatisticamente não-significativa se deve, em boa parte, ao fato do número de entrevistados com nível superior que entraram na análise ser muito baixo.

¹⁶É importante notar que uma análise de correlação entre as opiniões dos eleitores diretamente com suas intenções de voto (e não mais com seu autopoicionamento na escala esquerda-direita) revela dados semelhantes: em geral baixos coeficientes para o conjunto do eleitorado; coeficientes bem menores entre os eleitores de menor escolaridade do que entre os eleitores de nível superior. Assim, pode-se inferir que os menores coeficientes encontrados entre os eleitores de menor escolaridade nas tabelas 9, 10 e 11 não se devem apenas a uma não compreensão da escala esquerda-direita por parte daqueles eleitores, mas também ao fato de que suas opiniões políticas têm mesmo menor relevância em outros aspectos de seu comportamento político (comparativamente aos eleitores com nível superior).

mudanças sociais, e tenderia a votar nos candidatos mais vinculados às mobilizações populares.¹⁷

Considerações finais

Antes de sistematizar os principais resultados encontrados, creio valer a pena fazer um breve exercício lógico sobre alguns dos possíveis significados do autopoicionamento do eleitor numa escala esquerda-direita e sua relação com o voto.

a) Uma primeira possibilidade é a de que este posicionamento reflita realmente uma compreensão "adequada" dos termos "esquerda" e "direita" e esteja associado a um "sistema de crenças" razoavelmente estruturado. Daí poderia resultar um voto em conformidade com este posicionamento: um "voto ideológico" em sentido mais forte;

b) Uma segunda possibilidade é a de que para uma parcela dos eleitores os termos "esquerda" e "direita" não tenham nenhum significado político e que estes eleitores, além disso, sequer identifiquem quais os partidos e candidatos seriam considerados como sendo de esquerda ou de direita. Neste caso, teríamos: b1) um sub-conjunto (desta parcela) que não se posiciona na escala; b2) um outro sub-conjunto poderia se posicionar apenas para não passar por desinformado perante o entrevistador (sua resposta corresponderia ao que Converse chama de "non-opinion"). Teríamos, então, pelo menos dois resultados: não haveria coincidência entre posicionamento na escala e voto, ou haveria esta coincidência, mas seria devida apenas ao acaso.

c) Uma terceira possibilidade é a de que o eleitor, apesar de não ter um "sistema de crenças" estruturado, nem conhecer as posições políticas dos partidos e candidatos em relação a vários *issues*, associa os termos "esquerda" e "direita" a polarizações cujos significados têm graus variados de proximidade com o significado mais aceito daquela polarização e vota em conformidade com isso. Mas, neste caso, dependendo daqueles significados, poderiam ocorrer diferentes relações de causalidade entre "posicionamento ideológico" do eleitor e seu voto. Uma delas seria a proposta na tese de Singer sobre o voto por "identificação ideológica"; outras possibilidades, porém, serão esboçadas mais à frente.

Se a sistematização das principais conclusões a respeito do conjunto dos dados analisados ao longo do trabalho não permite identificar com precisão a dimensão em

¹⁷ Embora não para todos ocorra esta associação. Assim, por exemplo, nem todos os eleitores que tinham opiniões favoráveis à mobilização popular e votavam em Lula se posicionavam à esquerda na escala. Mas, de toda forma, as intenções de voto têm correlações menores com as opiniões dos eleitores frente àquela polaridade destacada por Singer ("autoridade forte" x "mobilização popular") do que com o autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, o que parece fazer deste último (até por ser mais sintético e estar associado a outras opiniões dos eleitores) um melhor predictor do voto do que simplesmente suas opiniões frente àquela polaridade substantiva.

que se efetiva cada uma das possibilidades acima, permite pelo menos algumas suposições abrangentes.

Quanto à compreensão pelos eleitores dos termos esquerda e direita (necessária para a compreensão do significado de uma escala do tipo utilizado), embora haja variações, tomando as porcentagens médias dos *surveys*, temos a seguinte situação: em média, cerca de 42 % dos eleitores não conseguiram verbalizar qualquer significado político para as noções de "esquerda" e "direita", quando solicitados a fazê-lo. O percentual médio de respostas que poderiam ser aceitas como mais ou menos adequadas (incluindo aí, com certo grau de boa vontade, as definições de "direita" como "ser do governo" e de "esquerda" como "ser contra o governo") foi de cerca de 1/3 dos eleitores. Há, porém, diferenças significativas entre os eleitores, segundo sua escolaridade: declinam bastante, com o crescimento da escolaridade, as porcentagens de eleitores que não conseguem verbalizar nada para explicar o que entendem por "esquerda" e "direita" (média de 52 % entre os eleitores com até 1º grau completo e de 12 % entre os eleitores com nível superior). As respostas que poderiam ser consideradas como mais ou menos adequadas, por sua vez, cresciam com o grau de escolaridade.

Isso mostra que o grau de compreensão sobre as noções envolvidas numa escala esquerda-direita varia muito com a escolaridade do eleitor. Mas as diferenças não ocorrem apenas em relação à capacidade de verbalização; elas ocorrem frente ao próprio ato de se posicionar na escala. Para o conjunto do eleitorado, as proporções de eleitores que se posicionavam na escala variaram de 75 a 80 % da amostra (conforme o *survey*), o que significa que para 20 a 25 % do conjunto dos eleitores este não é um indicador que possa ser utilizado para prever seu voto. Distinguindo os eleitores pelo grau de escolaridade, temos um quadro bastante diferenciado: enquanto entre os eleitores sem escolaridade a taxa média dos que não se posicionavam na escala foi de 46 %, esta taxa decai, entre aqueles com alguma escolaridade até 1º Grau incompleto, para 25 %, chegando a 8 % entre os eleitores com nível superior. Ou seja, não só pelas diferenças de compreensão, mas também pelo percentual dos que se posicionam na escala já temos grandes diferenças quanto à eficiência do autoposicionamento na escala como um possível preditor do voto.

Mas, mesmo quando consideramos apenas aqueles eleitores que se posicionam neste tipo de escala, há diferenças significativas também quando analisamos a associação entre este posicionamento e seu voto, sua preferência partidária e suas opiniões frente a questões políticas específicas. Assim, entre os eleitores sem nenhuma escolaridade, dos cerca de 54 % (em média) que se posicionam na escala, as associações entre esse posicionamento e o voto são negativas; entre os com até 1º Grau incompleto, dos cerca de 75 % (em média) que se posicionam numa escala, as associações entre esse posicionamento e o voto variaram de fracas a moderada (uma delas). Por outro lado, entre os eleitores com nível superior de escolaridade, apenas 8

% deles (em média) não se autoposicionam na escala; entre os restantes 92 % as correlações com o voto vão de substanciais (coeficiente mínimo é de 0,65) a muito fortes (máximo de 0,82).¹⁸

Explorando um pouco mais algumas das categorias de respostas mais freqüentes à questão sobre o significado da polaridade esquerda/direita e a relação entre este significado e o voto, constata-se que para uma parcela significativa de eleitores (19 a 28 % do eleitorado nacional, conforme o *survey*) aquela polarização parece estar associada a "ser contra o governo" (esquerda) x "ser governo" (direita). O problema é que mesmo nos casos em que há realmente uma coincidência, ou seja, a esquerda está na oposição e a direita (ou a centro-direita) está no governo¹⁹, as relações de causalidade não são evidentes.²⁰ Cerca de 10 % dos eleitores, por sua vez, verbalizam o significado daqueles termos associando "esquerda" ao que é "errado" e direita ao que é "certo".²¹ Não se pode, a princípio, fazer qualquer inferência precisa a partir daí, já que a avaliação do que o eleitor considera como "certo" ou "errado" não é evidente. Como, porém, praticamente todos os eleitores que definiram desta forma se localizaram à direita ou ao centro da escala (não se posicionando do lado do que "é errado"), mas uma parcela razoável indicava intenção de voto à esquerda, fazer uma previsão do voto destes eleitores com base em seu posicionamento na escala resulta numa subestimação do voto à esquerda.²²

¹⁸ Os dados relativos à associação entre o autoposicionamento dos eleitores na escala E/D e sua preferência partidária revelam um padrão semelhante a este. As variações entre eleitores quanto à associação entre o voto e a resposta à pergunta sobre preferência por um candidato situado mais à esquerda ou à direita também seguem um padrão semelhante.

¹⁹ Em 1994 e 1998, grosso modo a situação era essa. Em 1989 tanto Collor quanto Lula estavam na oposição e obviamente isto não significa que Collor era de esquerda. No caso de um partido de esquerda estar no poder, a questão se complicaria mais: como estes eleitores identificariam este partido? Como de direita, por estar no poder? De toda forma, a correlação (de 0,53) entre posicionamento na escala e voto mostra que grande parte do eleitorado identificava "corretamente" o posicionamento ideológico dos dois candidatos.

²⁰ Para parte destes eleitores poderia ocorrer uma seqüência como a exemplificada a seguir: um eleitor, em 1998, avalia o governo FHC negativamente com base em seu desempenho na consecução de objetivos "consensuais"; a partir daí, ao se posicionar na escala esquerda-direita (quando solicitado a fazê-lo por um entrevistador), pode se posicionar como de esquerda, no sentido de que se sente em oposição ao governo, por avaliar que este está fazendo uma má administração. Isto não significa necessariamente que este eleitor tenha posições políticas próximas às defendidas pela esquerda, nem que sua intenção de voto vá para Lula. O eleitor, avaliando negativamente o governo, poderá anular seu voto ou votar em um candidato de oposição, mas não necessariamente um candidato situado à esquerda. Mesmo no caso de ter votado em Lula (ou seja, mesmo havendo concordância entre seu posicionamento na escala esquerda-direita e seu voto), este não seria necessariamente um "voto ideológico", em sentido forte, nem um voto com base em uma visão política simplificada (um voto com base numa "imagem" ou "identificação ideológica" mais vagamente definida). O eleitor poderia ter votado em Lula apenas porque ele era o único com chance de derrotar o candidato governista. Como se vê, neste caso, as relações de causalidade seriam bem diferentes: tratar-se-ia aí, ao contrário, de um voto motivado por avaliação de desempenho do governo. A correlação entre o posicionamento do eleitor na escala esquerda-direita e seu voto seria "espúria", já que estas duas variáveis seriam determinadas por uma terceira.

²¹ Há, porém, grandes diferenças entre os eleitores, segundo sua escolaridade: no *survey* realizado pelo Cedec/USP/Datafolha em setembro de 1989, por exemplo, enquanto de 12 a 15 % dos eleitores de baixa escolaridade atribuíam estes significados aos termos "esquerda" e "direita", entre os eleitores com nível superior só 1 a 2 % o faziam.

²² Se tomamos os dados do *survey* realizado pelo Cedec/USP/Datafolha em setembro de 1989, tínhamos as seguintes distribuições dos eleitores, segundo seu posicionamento na escala e sua intenção de voto: 12 % se posicionavam na esquerda, mas 23 % pretendiam votar em candidatos considerados de esquerda; 39 % se posicionavam ao centro, mas apenas 12 % pretendiam votar em candidatos situados no centro; 23 % se posicionavam à direita, mas 49 % pretendiam votar em candidatos de direita. Neste caso pode-se explicar parte destas discrepâncias pelo fato de que a péssima avaliação do governo (identificado predominantemente com o PMDB, partido localizado no centro do espectro político-ideológico) levou ao voto em candidatos de esquerda ou direita, em franca

Parece haver, para cada faixa de escolaridade dos eleitores, uma combinação diferente dos comportamentos acima descritos naquele exercício lógico: entre os **eleitores de maior escolaridade** há maior proporção de eleitores naquela primeira situação, ou seja, eleitores "ideológicos". Índícios nesta direção vêm dos coeficientes de correlação de ordem moderada encontrados nesta faixa de eleitores entre diversas opiniões políticas específicas entre si, havendo, além disso, correlações de ordem moderada ou substancial de algumas de suas opiniões com seu posicionamento na escala esquerda-direita e com seu voto. Mas os dados não permitem dizer que os eleitores "ideológicos" sejam maioria mesmo entre os eleitores de nível superior. As correlações entre as diversas opiniões específicas destes eleitores, apesar de maiores do que as existentes entre os eleitores de menor escolaridade, não são altas, sendo de ordem moderada, em sua maioria. Além disso, a alta proporção de eleitores nesta faixa para os quais esquerda e direita significam ser contra e a favor do governo, permite supor que parte dos relativamente altos coeficientes de correlação entre posicionamento na escala e voto encontrados nesta faixa de eleitores não se deva necessariamente a um "voto ideológico", podendo se dever a outros daqueles tipos de comportamento: um voto com base numa "imagem" ou "identificação ideológica" mais vaga ou um voto cuja motivação está associada mais à avaliação de desempenho do governo do que à "ideologia". Por outro lado, há entre estes eleitores menores proporções dos que não se posicionam na escala e dos que não sabem verbalizar um significado para os termos "esquerda" e "direita", o que significa também menores chances de ocorrer um voto sem nenhuma relação com o posicionamento na escala.

Quanto aos **eleitores de menor escolaridade**, um "voto ideológico", no sentido forte (baseado em um "sistema de crenças" mais estruturado), é ainda mais raro do que entre os eleitores com alta escolaridade, no que, aliás, o eleitorado brasileiro não parece se diferenciar muito do da maioria dos países. Além disso, considerando que só uma pequena parcela destes eleitores tem uma compreensão razoavelmente adequada dos termos que compõem a escala e que 25% em média sequer se posicionam na escala - não podendo, portanto, o voto derivar deste (não) posicionamento - é possível dizer que não só o "voto ideológico", mas também um voto baseado em alguma "imagem" ou "identificação ideológica" mais vaga, têm um peso menor do que o que têm entre os eleitores com maior escolaridade. Por outro lado, para estes eleitores (excluindo os sem nenhuma escolaridade, cujas correlações são negativas), dado que os coeficientes de correlação entre posicionamento na escala e

oposição a Sarney. Mas no *survey* realizado pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 1997 este problema não existia e persistia o problema da subestimação dos votos na esquerda a partir do posicionamento dos eleitores na escala: enquanto apenas 13 % se posicionavam à esquerda na escala, 27 % pretendiam votar em candidatos situados à esquerda; 35 % se localizavam ao centro e 27 % à direita (somando 62 % do eleitorado), mas apenas 50 % pretendiam votar em candidatos situados no centro ou na direita. (Foram considerados juntos o centro e a direita, porque seguindo a hipótese, FHC deveria atrair os votos de boa parte dos eleitores da direita, já que Enéas tinha poucas chances eleitorais. Se considerarmos apenas a direita isoladamente, a discrepância seria ainda maior).

voto são, apesar de baixos ou moderados, positivos (e alguns deles estatisticamente significativos), pode-se supor haja, dentre estes eleitores, uma parcela um pouco maior do que a que seria esperada apenas devida ao acaso, para a qual há coincidência entre o posicionamento na escala e o voto.

A conclusão mais geral, portanto, é a de que o uso do autopoicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita tem maior eficácia se acoplado à variável escolaridade. Do ponto de vista **explicativo**, isso permite uma melhor compreensão dos significados substantivos daquele posicionamento para os diferentes eleitores e, portanto, de seu processo de tomada de decisão. Especialmente importante é o fato de que para compreender o comportamento da maioria dos eleitores brasileiros de alta escolaridade (e de parcela substancial dos eleitores de escolaridade média) parece necessário incluir em um modelo explicativo do voto mais completo, algum indicador da dimensão ideológica, e o posicionamento dos eleitores na escala E/D parece ser um indicador razoavelmente eficaz dessa dimensão, pelo menos para estes eleitores.

Do ponto de vista **preditivo**, a inclusão da variável escolaridade (ou "sofisticação política") permite distingüir os tipos de eleitores para os quais poderemos ter uma previsão mais ou menos acurada do voto a partir daquele posicionamento. Especialmente entre os eleitores de baixa escolaridade, a previsão de voto feita com base neste indicador tende a subestimar o voto à esquerda. Por outro lado, mesmo levando esta última tendência em consideração, há alguns elementos que sugerem que o posicionamento na escala esquerda/direita possa ser útil na previsão do voto. Em primeiro lugar, apesar da maior parcela dos eleitores expressar significados para as noções "esquerda" e "direita" associados a posicionamentos frente ao governo (ser contra ou a favor, respectivamente), um caso significativo parece ser o do 2º turno da eleição presidencial de 1989, quando tanto Collor quanto Lula se apresentaram claramente como oposição a Sarney; mesmo assim, a correlação entre o voto e o posicionamento dos eleitores (medida em survey Cedec/USP/Datafolha) foi substancial (coeficiente de 0,53). Ou seja, a parcela do eleitorado que votou em conformidade com seu posicionamento na escala foi maior do que aquela que seria de esperar a partir dos significados verbalizados para os termos esquerda e direita. Além disso, do ponto de vista preditivo, como as correlações entre o voto e as opiniões políticas (e mesmo alguns índices, aglutinando diversas opiniões) foram menores do que as correlações entre voto e posicionamento na escala, este último parece ser um indicador mais adequado (pelo menos até encontrarmos algum outro) de um componente ideológico que parece fazer parte dos fatores que influenciam a decisão de voto para presidente de parcela significativa dos eleitores brasileiros, especialmente os de maior escolaridade.

Concluindo, a proposta de Singer de inclusão de um componente de ordem ideológica parece pertinente num modelo que pretenda compreender o comportamento político de parcela significativa do eleitorado brasileiro, especialmente os eleitores de

maior escolaridade. Além disso, até o momento, pelo menos do ponto de vista preditivo o autopoicionamento dos eleitores numa escala esquerda/direita parece ser o indicador mais sintético de um tal componente. Por outro lado, parece exagerado o peso dado por aquele autor a esse componente, já que outras variáveis (ver Carreirão, 2000) revelaram ter maior influência na determinação dos resultados das eleições presidenciais brasileiras recentes.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPBELL, Angus, et al. (1960) *The American Voter*. New York, Wiley. 1960.
- CARREIRÃO, Yan S. (2000) *A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a Importância do Voto por Avaliação de Desempenho*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- CASTRO, Mônica M.M. (1994) *Determinantes do comportamento eleitoral. A centralidade da sofisticação política*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IUPERJ.
- CONVERSE, Phillip. (1964) The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, David (ed.) *Ideology and discontent*. New York, Free Press.
- DAVIS, James. (1976) *Levantamentos de dados em sociologia: uma análise estatística elementar*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando F. (1999) *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FAPESP / Editora FGV.
- FIORINA, Morris (1981) *Retrospective Voting in American national elections*. New Haven, Yale University Press.
- LEVITIN, Teresa & MILLER, Warren. (1979) Ideological interpretations of presidential elections. *American Political Science Review*, 73 (3). Washington, American Political Science Association.
- KINZO, Maria D'Alva. (1990) O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, IDESP/Sumaré.
- MILLER, Warren & SHANKS, J. Merrill. (1996) *The new american voter*. Cambridge, Harvard University Press.
- NEUMAN, W. Russel. (1986) *The paradox of mass politics - knowledge and opinion in the American electorate*. Cambridge, Harvard University Press.
- SARTORI, Giovanni. (1982) *Partidos e sistemas partidários*. Brasília, UnB.
- SINGER, André. (1993) *Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.
- _____. (1998) *Identificação ideológica e voto no Brasil: o caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

TABELAS ANEXAS

TABELA ANEXA 1

Significado de "esquerda", segundo Escolaridade - (Maio/93) (%)

| Significado de "Esquerda" | Conjunto Eleitores | Escolaridade | | |
|---|--------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º G. | 2º Grau | Superior |
| Não sabe/ não respondeu | 47 | 58 | 38 | 12 |
| Contra o governo/ sistema/ poder; ser da oposição | 20 | 12 | 27 | 40 |
| Defende interesses do povo/ maioria/ trabalhadores; estar ao lado da classe baixa; igualdade; direitos sociais. | 8 | 4 | 10 | 21 |
| É o comunismo/ socialismo | 4 | 3 | 6 | 8 |
| É o errado/ o pior/ o lado negativo | 3 | 5 | 2 | 0 |
| Não tem diferença (entre E e D) | 3 | 3 | 3 | 6 |
| Outras respostas | 15 | 16 | 15 | 15 |

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

TABELA ANEXA 2

Significado de "direita", segundo escolaridade - (Maio/93) (%)

| Significado de "Direita" | Conjunto Eleitores | Escolaridade | | |
|---|--------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º G. | 2º Grau | Superior |
| Não sabe/ não respondeu | 47 | 57 | 39 | 13 |
| Ser, apoiar o governo, o sistema/ poder; ser do partido do presidente; lutar para que nada mude | 20 | 13 | 28 | 40 |
| É o certo/ o melhor/ o direito; o caminho certo | 6 | 8 | 3 | 0,4 |
| É defender os interesses do povo/ da maioria/ dos trabalhadores; estar ao lado da classe baixa; igualdade; direitos sociais | 4 | 5 | 3 | 1 |
| É defender os interesses dos empresários/ das elites; estar ao lado dos ricos/ dos banqueiros/ da burguesia; não pensa no povo; desigualdade social | 4 | 2 | 4 | 14 |
| Não tem diferença (entre E e D) | 3 | 3 | 3 | 6 |
| É fazer conchavos; defender os próprios interesses; fazer do jeito que os políticos querem | 2 | 1 | 3 | 4 |
| É defender valores tradicionais/ conceitos conservadores: família, Deus, Pátria, moral | 2 | 0,4 | 2 | 7 |
| Outras respostas | 13 | 12 | 15 | 16 |

Fonte: Datafolha / Maio/93 (Universo: Brasil - N = 2500).

TABELA ANEXA 3

Significado de "esquerda", segundo escolaridade - (Nov./97) (%)

| Significado de "Esquerda" | Conjunto Eleitores | Escolaridade | | |
|---|--------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º G. | 2º Grau | Superior |
| Não sabe/ não respondeu | 36 | 44 | 27 | 14 |
| Ser contra o governo/ o poder; oposição | 28 | 22 | 37 | 42 |
| Coisas negativas (p/nós; p/Brasil) | 9 | 12 | 5 | 2 |
| Contra alguma coisa; contra tudo; só criticam | 5 | 5 | 6 | 6 |
| Estar ao lado/ defender povo/ trabalhadores/ fracos | 4 | 4 | 3 | 8 |
| Fazer manifestações/ greves; ser radical/ extremista; fazer confusão/ baderna/ desordem | 3 | 1 | 7 | 10 |
| Igualdade; lutar por direitos sociais; voltado para problemas sociais | 2 | 1 | 2 | 10 |
| Ser comunista/ socialista; estatizar as indústrias | 2 | 1 | 1 | 4 |

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil)

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores, em cada faixa de escolaridade, que responderam à questão (aplicada apenas a uma sub-amostra de 480 entrevistados).

TABELA ANEXA 4

Significado de "direita", segundo escolaridade - (Nov./97) (%)

| Significado de "Direita" | Conjunto Eleitores | Escolaridade | | |
|--|--------------------|--------------|---------|----------|
| | | Até 1º G. | 2º Grau | Superior |
| Não sabe/ não respondeu | 34 | 41 | 25 | 12 |
| É a favor do governo; ligado ao governo | 22 | 18 | 33 | 24 |
| É sempre quem está no poder; situação; status quo | 8 | 6 | 4 | 12 |
| É o melhor/ bom/ certo; o caminho certo/ sérios | 11 | 15 | 13 | 6 |
| Defende empresários/ ricos/ classe alta; é contra o povo/ os trabalhadores; é o capitalismo/ capitalismo extremo | 3 | 3 | 1 | 12 |
| Defende pobres/ trabalhadores | 2 | 3 | 0 | 4 |
| São os conservadores/ reacionários; é contra os comunistas/ socialistas | 1 | 1 | 2 | 6 |
| É mais calmo/ tranqüilo; resolve sem tumulto | 1 | 0 | 3 | 2 |

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública - Nov./97 (Universo: Brasil)

Obs: As porcentagens foram calculadas sobre o número de eleitores, em cada faixa de escolaridade, que responderam à questão (aplicada apenas a uma sub-amostra de 480 entrevistados).

TABELA ANEXA 5

Correlação entre intenção de voto e posicionamento na escala esquerda-direita - diferentes formas de operacionalizar as variáveis - (Nov./97)

| Operacionalização das variáveis | Conjunto Eleitores | Até 1º Grau Incompleto | 1º Grau Completo | 2º Grau | Superior |
|---------------------------------|--------------------|------------------------|------------------|---------|----------|
| (1) | 0,26** | 0,20 | 0,51** | 0,18 | 0,77** |
| (2) | 0,28** | 0,28 | 0,36 | 0,19 | 0,94** |
| (3) | 0,27** | 0,21 | 0,42** | 0,19 | 0,80** |
| (4) | 0,22** | 0,13 | 0,19 | 0,13 | 0,81** |
| (5) | 0,31** | 0,23* | 0,50** | 0,26 | 0,71** |
| Nº. Casos (N) | (303) | (152) | (38) | (76) | (37) |

Fonte: Fundação Perseu Abramo - Núcleo de Opinião Pública (Universo: Brasil)

(*) coeficientes significativos ao nível 0,05; (**) coeficientes significativos ao nível 0,01; demais coeficientes estatisticamente não significativos;

(1) Posicionamento na escala: esquerda = posições 1 e 2 da escala; centro = posições 3 a 5; direita = posições 6 e 7; intenção de voto: esquerda = Lula e Ciro; centro = FHC e Sarney; direita = Enéas; (2) Posicionamento na escala: idem (1); intenção de voto: esquerda = Lula; centro = FHC, Ciro e Sarney; direita = Enéas; (3) Posicionamento na escala: idem (1); intenção de voto: esquerda = Lula; centro-esquerda = Ciro; centro-direita = FHC e Sarney; direita = Enéas; (4) Posicionamento na escala: idem (1); intenção de voto: esquerda = Lula; centro = Ciro e FHC; direita = Sarney e Enéas; (5) Posicionamento na escala: esquerda = posição 1 da escala; centro-esquerda = posições 2 e 3; centro = posição 4; centro-direita = posições 5 e 6; direita = posição 7; intenção de voto: idem (3).

Recebido para publicação em novembro de 2001

*As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)**

David Fleischer

Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília

Resumo

Este artigo analisa os resultados do primeiro e segundo turnos da eleição municipal de 2000 no Brasil. Enfoca o desempenho de cada um dos principais partidos e de alguns dos principais candidatos, nas regiões do país e nas principais cidades, analisa o desempenho geral das candidatas mulheres, e procura traçar considerações sobre o impacto dos resultados no cenário político das eleições gerais de 2002.

Palavras-chave: eleições municipais 2000, partidos políticos, candidatos, Brasil

Abstract

This article analyses the electoral results for the first round and second round of the 2000 local elections in Brazil. It focuses on the performance of each of the main political parties and some of the major candidates, in the country regions and the main cities, it analyses the general performance of women candidates, and the author searches to make some considerations about the impact of the electoral results on the political scenery of the 2002 general elections.

Key words: 2000 local elections, political parties, candidates, Brazil

* - Versão modificada de trabalho apresentado no XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, MG, 16 a 20 de outubro de 2001. O autor agradece os comentários e sugestões de Rogério Schmitt, Maria D'Álva Kinzo, Leôncio Martins Rodrigues, Argelina Figueiredo, Alberto Almeida, André Marengo dos Santos e David Samuels.

"All politics is local." Tip O'Neill

Mais de um ano após o primeiro e segundo turnos das eleições municipais de 2000, a poeira já assentou o suficiente para uma análise mais fria dos resultados e a reflexão sobre algumas das conseqüências. Quais as lições e recados que os 108 milhões de eleitores deram para a classe política, os partidos, os governos, e ao país? Quais as conseqüências para as eleições gerais em 2002?

Introdução

Logo no dia seguinte à eleição - 2 de outubro -, a cobertura e análise do processo eleitoral da Rede de TV CNN em Espanhol, do Rio de Janeiro, colocou que "a esquerda ganhou e a direita também". No final das contas, alguém perdeu?

O Brasil mostrou a sua maturidade com as urnas eletrônicas e suas 5.559 programações específicas por todo o país. Do modo geral, o eleitor brasileiro, mesmo o mais humilde manejou o teclado com êxito. Tiveram fim definitivo as emoções das mesas apuradoras, com os escrutinadores "cantando" os votos cédula por cédula, assim como as incontáveis recontagens solicitadas pelos inconformados perdedores.

Em comparação com a eleição municipal de 1996, as quatro novidades neste pleito foram: 1) a possível reeleição imediata dos prefeitos eleitos em 1996, mediante emenda constitucional aprovada em 1997; 2) a universalização das urnas eletrônicas, que em 1996 foram experimentadas pela primeira vez em umas 50 cidades maiores; 3) o aumento das cotas para candidatas a vereadora, de 20% para 30%; e 4) a alteração do cálculo do quociente eleitoral para a eleição proporcional (vereador), onde os votos em branco deixaram de ser considerados válidos.

Ao todo, 30 partidos estavam habilitados a lançar candidatos às 5.559 vagas para prefeito e 65.805 para vereador. Destes, 24 alcançaram pelo menos uma prefeitura, e 29 uma ou mais vagas de vereador.

Das 26 capitais, 15 pleitos foram decididos em 1º turno, ficando 11 para o 2º turno. Nas outras 36 cidades maiores, passíveis de 2º turno, 20 foram para o segundo turno. Este resultado não foi muito diferente do que o resultado do pleito de 1996, quando 14 capitais e 17 grandes cidades realizaram eleições de 2º turno.

A comparação dos indicadores eleitorais básicos das eleições de 1996 e 2000 no Quadro 1 mostra que os níveis de alistamento são praticamente iguais, porém a abstenção de 14,81% em 2000 foi menor de que os 17,91% registrados em 1996. Embora a proporção de votantes fosse maior em 2000, as proporções de votos válidos, em branco e nulos para prefeito são praticamente iguais.

As diferenças significativas estão nas duas eleições para vereador. Comparado com o pleito de 1996, em 2000 a proporção de votos válidos aumentou de 86,49% para 93,91%, enquanto os votos em branco e nulos diminuíram de

13,51% para 6,09%. Sem dúvida, este fenômeno se deve em grande parte à utilização da urna eletrônica em todo o Brasil em 2000, enquanto esta técnica foi experimentada em apenas 51 das maiores cidades em 1996.

O desempenho dos partidos no primeiro turno

A análise que segue nos Quadros 2 a 8 avalia o desempenho dos partidos no primeiro turno nas capitais, em 62 cidades maiores e nas cinco regiões. Estas comparações se restringem aos dez partidos considerados mais relevantes para o sistema político atual, que elegeram 5.299 prefeitos (95,3%) e 61.046 vereadores (92,8%).

PT

O Partido dos Trabalhadores elegeu o prefeito de apenas uma capital no primeiro turno (Dep. Marcelo Deda em Aracajú, o que foi uma surpresa), e foi para o segundo em outras 6 capitais. Nas 62 maiores cidades, elegeu 4 e disputou outras 10 no 2º turno. Seu maior trunfo foi na capital paulista, onde Marta Suplicy (PT) recebeu 38% dos votos contra 17% do Paulo Maluf (PPB). A maior derrota foi no Rio, onde a Vice Governadora Benedita da Silva chegou em 3º lugar, sobretudo devido às desavenças internas ao PT-RJ. Também, em Porto Alegre o ex-prefeito Tarso Genro não foi eleito no 1º turno, e enfrentou um raivoso Alceu Colares (PDT) em 29 de outubro. Assim, no estado do Rio Grande do Sul, as conseqüências ficaram com o Gov. Olívio Dutra (PT-RS) que viu a sua coligação na Assembléia gaúcha minguar mais ainda com o rompimento do PDT.

Em geral, o PT elegeu 174 prefeitos (com a possibilidade de chegar a 190), quase o **dobro** dos 111 eleitos em 1996. Nas 62 cidades maiores, o PT tinha chances de eleger até 25 prefeitos; se incluir o PSB e o PDT, a esquerda alcançaria a metade desse conjunto de grandes cidades (31).

Em termos de votos, o PT aumentou o seu desempenho em 51% sobre 1996; mas, há um certo viés em função do grande número de votos da Marta Suplicy em São Paulo (o maior eleitorado do país). Mesmo assim, este total foi um pouco mais que metade dos 21.475.348 votos que Lula recebeu em 1998. Em 2000 o PT continua concentrado nas regiões Sudeste e Sul, mais que em 1996. (Quadros 7 e 8)

PPS

O ex-PCB teve um desempenho surpreendente, apesar da derrota de Patrícia Gomes (ex-esposa de Ciro Gomes, ex-prefeito da capital e ex-ministro da República) para a prefeitura de Fortaleza. Em grande parte, esse sucesso é devido à candidatura do Ciro Gomes à presidência em 1998 (11% dos votos) e às muitas viagens dele e do Sen. Roberto Freire como ações de mobilização partidária em

1999-2000.O partido elegeu 164 prefeitos contra 32 em 1996, e disputou a prefeitura em 6 cidades no 2º turno.

O PPS está concentrado no Nordeste, onde elegeu 58 prefeitos (17 no Ceará, 10 no Piauí e 10 em Sergipe) e conquistou 54 prefeituras no Sudeste (31 em São Paulo e 22 em Minas Gerais). Porém, a maioria das cidades ganhas são pequenas ou médias. Ao todo, os votos recebidos pelo PPS foram **seis vezes** maior do que em 1996, embora esse número seja menos da metade dos 7.426.235 votos obtidos por Ciro Gomes em 1998. Esses dados sugerem pouco desgaste à candidatura presidencial de Ciro Gomes em 2002.

PSDB

Apesar da derrota para a prefeitura de São Paulo, o PSDB se manteve no mesmo nível de 1996, um resultado muito melhor do que a maioria das previsões. Os *tucanos* elegeram 4 prefeitos de capitais em 1º turno e disputaram mais uma prefeitura no 2º turno (Belo Horizonte - no quintal político do Gov. Itamar Franco). Nas 62 maiores cidades, o PSDB ganhou 9 prefeituras e disputou outras 8 em 29 de outubro, no 2ºturno.

No nível nacional, o partido elegeu 983 prefeitos contra 910 eleitos em 1996. Do total de eleitos, 34,8% estão concentrados na Região Sudeste. Destes 343, encontramos 177 em São Paulo e outros 136 em Minas Gerais. Em 2000, o PSDB tomou o lugar do PMDB como o maior partido na Região Centro-Oeste. Nesse ano, obteve a maior votação partidária; porém, isso significou somente 3.39% de votos a mais em relação a 1996 – um percentual menor que o aumento “vegetativo” de 14% entre as duas eleições.

Em 2000, a soma dos votos dos partidos aliados em 1998 (PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB) foi 52.364.673, bem maior que os 35.936.918 votos recebidos por FHC na sua reeleição em 1998.

PFL

A liderança do Sen. Antônio Carlos Magalhães (BA) no PFL foi reforçada com a vitória dos seus candidatos em Salvador e em 289 dos 471 municípios baianos (Rothenburg & Lago). Por outro lado, os pefelistas em Pernambuco e Paraná concorreram às prefeituras de Recife e Curitiba enfrentando no 2º turno os candidatos do PT. Comparado a seus "aliados" (PSDB, PMDB e PPB), o PFL aumentou seu cacife político elegendo 1.027 prefeitos contra os 928 eleitos em 1996. Nas capitais, ganhou 2 prefeituras e nas 62 cidades maiores elegeu prefeitos em 3 e conseguiu mais 1 no 2º turno de 29 de outubro. A grande maioria dos pefelistas foi eleita em cidades médias e pequenas: 43,8% destes municípios são concentrados no Nordeste, e destes 445, 125 são da Bahia. Nas outras regiões, houve mudanças no Norte e no Sul. Assim, como em 1998, o PFL manteve a sua

forte concentração regional. Comparado à eleição de 1996, o PFL aumentou a sua votação em 28,76%.

PMDB

Apesar de previsões negativas sobre seu desempenho, a situação do PMDB não se alterou e mais uma vez elegeu o maior número de prefeitos - 1.253 – um número um pouco menor que os 1.288 eleitos em 1996 (Quadro 3). O PMDB saiu das eleições locais de 2000 menos concentrado regionalmente do que o PFL ou o PSDB, com 372 prefeitos no Sudeste, 356 no Nordeste e 334 no Sul; contudo, perdeu terreno no Norte e no Centro-Oeste. Seu desempenho nas capitais foi um pouco aquém do de 1996, mas foi melhor nas 62 cidades maiores e disputou o 2º turno em 9 destas. Seu total de votos em 2000 aumentou apenas 4,26% em relação a 1996, ficando em 2º lugar, depois do PSDB. Embora o PMDB tenha mantido uma sólida base municipal, não manteve a mesma penetração nas maiores cidades que tinha o MDB nos anos 1970, ou o PMDB em 1982 e 1986.

PPB

O desempenho do PPB nas eleições de 2000 acompanhou paralelamente o do seu líder, Paulo Maluf em São Paulo. Este partido, sucessor da ARENA, PDS e PPR, obteve um número muito próximo de cidades conquistadas em 1996 (617 contra 624). Porém, perdeu terreno nas capitais e nas 62 cidades maiores, e o seu total de votos diminuiu em 30.32%. Regionalmente, o PPB sofreu as maiores perdas no Norte e Sudeste, mas avançou no Sul e Centro-Oeste; embora esteja muito concentrado na região Sul (44,7%). O desempenho de Paulo Maluf em São Paulo em 2000, 17,4% dos votos, foi muito fraco comparado com os 48,9% de votos recebidos por ele no 1º turno em 1992, ou os 48,3% de votos do seu sucessor indicado - Celso Pitta - em 1996. Com o possível esvaziamento da liderança de Paulo Maluf, os pepebistas do Sul podem vir a assumir a liderança do partido em nível nacional em 2002.

PDT

Depois de 20 anos como o líder incontestado do PDT, é possível que a eleição de 2000 represente uma despedida para Leonel Brizola, depois de 53 anos de vida política. Brizola quebrou a aliança PDT-PT estabelecida em 1998, recusou apoiar a candidata do PT, no Rio de Janeiro, e lançou-se candidato à prefeitura daquela cidade. O ex-governador obteve um pífio 4º lugar, e “jurou” expulsar o Gov. Anthony Garotinho do PDT por alta traição e infidelidade partidária. Nas urnas, o PDT sofreu o maior revés entre os partidos aqui analisados – especialmente nas regiões Sul, e ainda no Nordeste e Centro-Oeste. Elegeu 287 prefeitos, um número muito aquém dos 435 eleitos em 1996. Ao nível nacional, a sua votação em 2000 foi 19,33% menor que em 1996.

O trabalhismo democrático manteve-se muito concentrado no Sul onde elegeu 109 prefeitos (78 no Rio Grande do Sul) e 97 no Sudeste (38 em Minas Gerais e 33 no Rio de Janeiro). Elegeu dois prefeitos em capitais menores (São Luís e Porto Velho), e disputou a prefeitura de Porto Alegre em 2º turno. Nas cidades maiores obteve 3 prefeituras.

PSB

Embora o total de votos do partido tenha aumentado em 37,07% em parte por causa da votação da Luiza Erundina em São Paulo, o PSB elegeu menos prefeitos em 2000 (131) que em 1996 (150). Naquela eleição, o PSB estava muito concentrado no Nordeste (75,3% dos prefeitos eleitos) em função do seu presidente nacional, o Gov. Miguel Arraes de Pernambuco. Em 2000, o partido sofreu uma desconcentração, obtendo 29,8% dos votos no Nordeste e 29,8% no Sudeste, avançando mais nesta região. No 1º turno, elegeu 2 prefeitos nas cidades maiores, e disputou outras 2 prefeituras em 29 de outubro.

PTB

O PTB saiu fortalecido das urnas em 2000, tendo aumentado a sua votação em 33,30% em comparação com 1996 e o número de cidades conquistadas, de 328 para 397. O aumento de sua votação pode ser interpretado como fruto da votação recebida por César Maia na prefeitura do Rio de Janeiro. O partido avançou no Sudeste e encolheu no Centro-Oeste, obteve duas prefeituras de grandes cidades no 1º turno e participou no 2º turno em outras 3 cidades.

PL

O Partido Liberal conseguiu aumentar o seu cacife eleitoral em 2000. Elegeu 234 prefeitos contra 221 eleitos em 1996 e a sua votação cresceu 28,97%. No entanto continua concentrado na região Sudeste e um pouco menos no Nordeste.

Sobre a reeleição

O grande mito desta eleição, a idéia de que haveria uma esmagadora reeleição dos prefeitos, foi destruído pelas urnas.

Há várias maneiras de calcular um "índice de reeleição":

- 1) calcular diretamente sobre o número de prefeitos eleitos;
- 2) determinar a porcentagem dos que realmente candidataram-se à reeleição; ou
- 3) no caso dos partidos, usar o número de prefeitos filiados aos mesmos antes de eleição, pois, alguns podem ter mudando de partido após a eleição em 1996.

Antes de 2000, já se observava no eleitorado brasileiro uma tendência à eleição de ex-prefeitos que, depois de um interregno, retornaram ao cargo. Em

1996, por exemplo, 29,5% dos eleitos eram “retornados” – tendo sido prefeitos eleitos em 1982 ou 1988 (Quadro 9).

Como se pode ver no Quadro 10, 2.069 prefeitos foram reeleitos, segundo dados compilados por Cruz Neto et al. (2000), ou 37,2%. Esses autores não encontraram dados sobre 74 municípios no Maranhão na base de dados do TSE para 1996, e portanto identificaram apenas 68 reeleitos. Frente ao resultado inverso às expectativas mais pessimistas de que o abuso das máquinas municipais seria generalizado e de que uns 95% dos prefeitos seriam reeleitos, pode-se sugerir que o movimento no Congresso Nacional para acabar com a reeleição deve se esvaziar.

O fenômeno da reeleição apresentou-se no PSDB, com 47,1%, no PFL com 41,2%, seguido pelo PTB com 38,2%. Um pouco aquém da média nacional de reeleitos encontramos o PMDB com 36,8%, o PPB com 35,6%, o PSB com 34,6% e o PL com 35%. Houve um aumento significativo do desempenho na eleição de prefeitos em 2000 para o PT (27,3%), o PPS (21,1%) e os outros (20,9%). A presença de novos candidatos conferiu-lhes baixas taxas de reeleição. Contudo, para o PT, foi decepcionante a eleição de 49 dos seus 105 prefeitos que disputaram a reeleição (47%). Por outro lado, o PDT elegeu 147 prefeitos a menos que em 1996, e mesmo assim a sua taxa foi relativamente baixa (26,4%), indicando que muito dos seus veteranos eleitos em 1996 foram derrotados, e os seus novatos conquistaram outras cidades em 2000.

No Quadro 11, usamos os dados compilados por Felício & Nakad e Franco (2000) e Macedo (2000) que encontraram 108 reeleitos em Maranhão contra os 68 encontrados por Cruz Neto et al. (2000) (no Quadro 10). Neste quadro, duas taxas de reeleição são calculadas:

- 1) o número de reeleitos sobre o número total de eleitos (C/A) = 37,9%; e
- 2) o número de reeleitos sobre o número de prefeitos que realmente se candidataram à reeleição (C/B) = 55,9%.

Pelos dois métodos, a reeleição teve mais resultado no Nordeste (47,5% / 64,3%), liderado pela Paraíba (51,6% / 75,7%) e Pernambuco (51,4% / 77,5%). Sergipe (34,7% / 52,0%) e Alagoas (45,5% / 52,3%) destoaram da média regional com menores índices de reeleição. As regiões com as menores taxas de reeleição foram o Centro-Oeste (31,5% / 51,8%) e Sudeste (32,7% / 47,9%). No Centro-Oeste, os embates entre PMDB e PSDB em Goiás (28,6% / 52,6%) e em Mato Grosso (31,7% / 45,8%) entre PSDB e PFL destacaram-se por terem sido acirrados.

Em uma análise mais detalhada, Bremaeker (2000) calculou que 2.169 prefeitos foram reeleitos (39,4%) nos 5.505 municípios passíveis de reeleição (Quadro 12). O maior índice de reeleição ficou com a região Nordeste (48,2%) e a menor frequência no Sudeste (34,1%). Esta análise destacou os 533 municípios “novos” [emancipados depois de janeiro de 1997] onde 61,2% dos prefeitos foram

reeleitos, contra os 37,1% nos 4.972 municípios “antigos”. Discriminando os municípios em dez categorias por tamanho da população, o fenômeno da reeleição assemelhou-se ao desenho de uma curva “U” – onde os mais altos índices de reeleição foram verificados nas cidades menores e maiores, e nas cidades “médias” (5.000 a 100.000 habitantes) a ocorrência foi bem menor.

Sobre o desempenho das mulheres

Em 2000, as mulheres conquistaram uma proporção ligeiramente maior de prefeituras do que em 1996 (5,7% contra 5,5%) (Quadro 13). Porém, não sustentaram os ganhos obtidos em 1996 na região Norte (20,5%), onde somente 7,6% dessas prefeituras foram ocupadas por mulheres em 2000. A região Nordeste também apresentou uma queda, embora bem menor; mas, apresentou a maior proporção de prefeitas eleitas em 2000 - a mesma região com o maiores índices de reeleição, observados nos Quadros 11 e 12. A proporção de prefeitas eleitas em 2000 foi maior que em 1996 nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, e diminuiu no Sul.

Em relação aos partidos, o PSB elegeu a maior proporção de prefeitas (9,8%), seguido pelos outros partidos menores (7,7%) e o PFL (7,3%). As mulheres tiveram seu menor êxito no PDT (2,1%), no PL (3,8%), PT (4,8%) e PMDB (4,7%) (Quadro 14).

Apesar da disponibilidade de uma cota maior em 2000 nas listas proporcionais dos partidos para vereador (30% em 2000 e 20% em 1996) a proporção de vereadoras eleitas foi quase a mesma: de 11,2% em 1996 para 11,6% em 2000 (Quadro 15). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as proporções foram quase as mesmas, tendo aumentado um pouco mais no Sudeste e Sul.

Assim como em 1996, o desempenho das mulheres na eleição proporcional, “amparadas” pelas cotas, foi melhor do que no pleito majoritário (Quadro 16). Desta vez, foi o PT que se destacou com 14,1% de vereadoras, seguido pelo PFL, 12,1%. Diferente dos outros partidos, o PT abre mais espaço nas suas diretorias nacional, estaduais e municipais para as militantes. O PDT parece ser o partido mais fechado às mulheres, sendo que somente 9,9% dos seus vereadores são mulheres.

O segundo turno

Os resultados do segundo turno realizado em 29 de outubro foram um complemento decisivo para delinear o quadro de forças políticas iniciado no primeiro turno. Dos 31 embates em municípios, sete constituíram “viradas,” i.e. onde os vencedores no primeiro turno foram derrotados no segundo – as cidades de

Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Caxias do Sul (RS), Juiz de Fora (MG), Olinda (PE), Santos (SP), e São Gonçalo (RJ). (Quadro 17)

Três pleitos foram duramente disputados até a última hora, e decididos por margens apertadas:

- 1) o ex-prefeito César Maia (PTB) alcançou um “empate técnico” nos últimos dois dias da campanha para finalmente derrotar o Prefeito de Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde (PFL), por uma margem de 1%;
- 2) embora segundo colocado no primeiro turno, Ângelo Vanhoni (PT), liderou as pesquisas no segundo turno mas foi superado por 1,5% numa disparada final do Prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi (PFL) – mas o PT conquistou outras duas cidades paranaenses (Maringá e Londrina); e
- 3) em Recife, João Paulo (PT) venceu o Prefeito Roberto Magalhães (PFL) por apenas 5.835 votos de diferença.

Observando os resultados no Quadro 18, o PT venceu em 13 das 16 eleições que disputou, com 32,1% dos votos válidos – 50% dos quais recebidos por Marta Suplicy em São Paulo. Este resultado confirma o avanço do PT, especialmente nas cidades maiores, obtido no primeiro turno. No pleito de 29 de outubro, o PMDB ganhou em 4 cidades e o PSDB em 3. Aparentemente, o PFL foi o grande perdedor nesta eleição, onde perdeu em 4 das 5 cidades onde concorreu – inclusive nas capitais importantes de Rio de Janeiro e Recife – e seus candidatos receberam apenas 12,7% dos votos (60% dos quais do Conde no Rio). No cômputo geral, os partidos oposicionistas considerados de “esquerda” venceram em 21 destas 31 cidades, com 9.607.211 votos válidos (47,1%).

Em uma avaliação mais geral dos resultados da eleição em 2000 comparada com a de 1996 no Quadro 6, a oposição aumentou seu controle das capitais de 8 para 12, mas dobrou seu placar nas 62 maiores cidades (de 10 para 20). Este grupo de seis partidos aumentou seu cacife de votos entre as eleições de 1996 e 2000 em 39,54% (25,52% descontado o crescimento do eleitorado). O PT aumentou sua cobertura de 111 para 187 cidades, de 2 para 6 capitais e elegeu 17 dos prefeitos das cidades maiores – com um aumento de 51,15% dos votos recebidos – um avanço impressionante que incluiu a importante vitória da Marta Suplicy (59%) sobre Paulo Maluf (41%). Por outro lado, embora o PSDB e o PMDB tivessem eleito menos prefeitos de capitais que em 1996, conquistaram 12 e 10 das cidades maiores, respectivamente – mas, com quase nenhum acréscimo de votos.

Com relação ao “Brasil Urbano” (as 10 cidades maiores no Quadro 4), o PT foi o grande vencedor, triplicando o seu cacife com 27 cidades apresentadas (9 em 1996) e com a administração sobre eleitorados de 12,9 milhões de pessoas (2,34 milhões em 1997). Os outros quatro partidos da “esquerda” elegeram 22 prefeitos

nessas grandes cidades, mas obtiveram o governo de somente 5,1 milhões de eleitores. Este resultado é muito semelhante ao de 1988, quando a “esquerda” elegeu 32 prefeitos no “Brasil Urbano” (inclusive de São Paulo) abrangendo um eleitorado de 18,5 milhões de eleitores (55,1%).

A cúpula nacional do PSDB analisou os resultados de 2000 e identificou seu crescimento na faixa intermediária de 193 cidades entre 62.000 e 300.000 habitantes, onde obteve melhor desempenho com uns 27% dos votos. Nas 5.200 cidades com menos de 62.000 habitantes, o PMDB recebeu mais de 50% dos votos, e nas 166 cidades com mais de 300.000 habitantes o PT ficou em primeiro lugar também com 27% dos votos.

Conclusões

Quais conclusões podemos extrair desta análise sobre o processo político brasileiro e o seu sistema partidário? Quais comparações com os pleitos anteriores são pertinentes? Quais impactos podemos esperar sobre o Congresso, o governo do Pres. Fernando H. Cardoso, e a sua sucessão até o final do ano 2002?

As eleições proporcionais

Assim como na seqüência entre as eleições municipais de 1996 e eleições gerais de 1998, a nova configuração política de nível municipal (prefeitos e vereadores) em 2001 terá um impacto forte sobre as eleições para deputado em 2002. Em 1996, por exemplo, o PT dobrou o número de prefeitos eleitos e o PSDB triplicou, e como decorrência, em 1998 estes dois partidos aumentaram as suas bancadas na Câmara Federal significativamente, aproveitando as bases locais ampliadas. A bancada ‘*tucana*’ pulou de 62 para 99 deputados e o PT de 49 para 59. (Fleischer, 1998)

No pleito de 2000, 96 deputados federais (19%) foram candidatos a prefeito ou vice-prefeito, sendo 19 deles eleitos no 2º turno e outros 5 no 2º turno. Assim, em 1º de janeiro de 2001, até 24 suplentes assumiram estas vagas na Câmara Federal. Dois senadores também lograram êxito.

As capitais

No cenário político definido nas capitais estaduais muitos dos 9 prefeitos das capitais reeleitos em 1º de outubro e os 6 reconduzidos em 29 de outubro tornar-se-ão candidatos potenciais a governador dos seus respectivos estados, especialmente em 9 destes estados onde os governadores foram reeleitos em 1998. Até a desincompatibilização dos cargos definida em abril de 2002, esses prefeitos acumularam 5 anos e 3 meses de experiência - bem mais do que teriam se a emenda da reeleição não tivesse sido aprovada em 1997. Por outro lado, em 2000, 19 dos 26 governadores conseguiram eleger os seus “aliados” prefeitos das suas respectivas capitais.

O espectro esquerda-direita

As entrevistas dos parlamentares do PT divulgadas na TV na noite do domingo 1º de outubro clamavam “uma vitória contundente” e “um PT consagrado” (Silva, 2000), e ainda “a rejeição total do modelo econômico do FHC”. O resultado, como vimos na análise acima, foi mais equilibrado (Santos, 2000). O PT avançou bastante, especialmente nas cidades maiores, o PSB nem tanto, e o PDT regrediu. Entre os partidos situacionistas, o PFL avançou, o PSDB um pouco menos, o PMDB regrediu um pouco, e o PPB perdeu bastante terreno.

O PT avançou mais no 2º turno, destacando-se os resultados em Recife e São Paulo. Por outro lado, os candidatos petistas que obtiveram maior sucesso em 2000, foram justamente mais “pragmáticos”, que concentraram o seu discurso na resolução dos problemas cotidianos da cidade, e não em libelos ideológicos. Já a parte mais negativa da campanha no segundo turno foi a “apelação” do PPB e PFL contra o “perigo vermelho” tentando ligar os candidatos do PT aos velhos fantasmas do comunismo dos anos 1950 e 1960.

Realinhamentos na esquerda?

Os resultados na cidade do Rio de Janeiro previam um enfrentamento final entre o Governador Garotinho e o *Índio Velho* (Brizola), que confirmava então a *Lei de Michels sobre a oligarquia nas organizações*, com o comando total do PDT nos últimos 20 anos. Garotinho evitou perder este último *round*, e saiu do PDT para o PSB (antes que fosse expulso), levando 7 deputados federais e mais de 100 prefeitos. Não foi fácil outro cacique dos anos 1950 (Miguel Arraes) aceitar esta “invasão”, que poderia fortalecer o socialismo brasileiro - ao mesmo tempo que fere de morte o “socialismo moreno”. Ao mesmo tempo, a entrada do Garotinho para o PSB provocou a saída do prefeito reeleito de Belo Horizonte – que optou pelo PT.

Ao mesmo tempo, no início de 2001 discutiu-se a possível filiação do Gov. Itamar Franco, César Maia e/ou Anthony Garotinho ao PSB, ou a formação de um novo “partido nacionalista” juntando o PSB, o PDT de Brizola e “grupos nacionalistas” do PMDB e PSDB. Mas, nada disso se concretizou.

A transparência

Um dos recados mais fortes foi dado pelos eleitores paulistanos contra os escândalos da “máfia dos fiscais e das propinas”, que foi devassado em 1999-2000, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal e o Ministério Público estadual, e resultou na cassação de alguns vereadores, no indiciamento de outros e condenações e prisões para um vereador e vários funcionários municipais pertencentes ao chamado “esquema Pitta-Maluf”. Se esta aliança evitou o *impeachment* do Prefeito Celso Pitta, os eleitores estavam esperando “armados” com os seus votos nas urnas em 1º de outubro. Apenas **dois** vereadores deste esquema foram reeleitos e todos os outros, inclusive os parentes dos acusados, foram derrotados. O PT, que liderou as investigações, aumentou a sua bancada de 9 para

16 vereadores e o bloco anti-Pitta/Maluf pulou de 20 para 30 cadeiras. Esses resultados constituem um duro *handicap* para o candidato Maluf no 2º turno.

Sobre Paulo Maluf

Chegando em terceiro lugar na eleição paulistana (por uma margem de apenas 6.000 votos), no domingo à noite (1º de outubro) o Vice Governador Geraldo Alckmin disparou o seu apoio à candidata do PT, Marta Suplicy. Da Alemanha, FHC declarou a sua "simpatia" à petista, reforçada com a decisão do diretório paulista do PSDB. Outro perdedor, Sen. Romeu Tuma (PFL) também mostrou-se simpático a "candidata da honestidade e moralidade", mas foi refreado com a decisão do diretório nacional do PFL vetando qualquer apoio ao PT no 2º turno. Enfrentando uma "missão [quase] impossível" no 2º turno, Paulo Maluf (PPB) logo lançou o desafio da *realpolitik*: ao PFL: "Lembrai-vos dos seus candidatos que enfrentarão o PT no 2º turno (Curitiba e Recife)"; ao PSDB/FHC: "2002 vem aí", uma clara ameaça à continuidade da coligação governista.

Mesmo sem dados para verificar a força dessas ameaças parece claro que fortalecido pelos 41% dos votos paulistanos obtidos no segundo turno, Paulo Maluf será candidato em 2002. Mesmo assim, uma eventual fusão ou formação de um bloco parlamentar entre o PPB e o PFL não teve lugar no Congresso, embora ainda seja possível em vários estados em 2002.

Sobre Antônio Carlos Magalhães

No seu estilo próprio, assim que as urnas foram fechadas no primeiro turno, o Sen. Antônio Carlos Magalhães soltou os seus primeiros "disparos" pós-eleitorais. Tendo aumentado o seu cacife no PFL, *vis-à-vis* os seus companheiros em Pernambuco e Paraná, com a sua esmagadora vitória na Bahia, almejou duramente os Ministros da Saúde e Transportes. A razão: os desembolsos pré-eleitorais das suas pastas nos feudos do PFL. Sabendo que os Ministros baianos estivessem talvez na mira do presidente FHC para a reforma ministerial, ocorrida em 2001 e 2002, ACM também atacou os Ministros da Justiça e Integração, e ainda debitou o bom desempenho do PT na conta dos "ministros incompetentes" do governo FHC. ACM perdeu 7 municípios baianos para o PT, inclusive cidades importantes como Itabuna e Vitória da Conquista. Seus adversários no PSDB (liderados pelo Dep. João de Almeida) elegeram 25 prefeitos e no PMDB (liderados pelo Dep. Geddel Vieira Lima) conquistaram 32 cidades (Rothenburg & Lago:2000) Apesar de ter sido forçado a renunciar o seu mandato de Senador em maio de 2001, ACM manteve o comando do PFL baiano e é um forte candidato a Governador ou Senador em 2002..

A reforma política

Esperou-se que os resultados deste pleito municipal contribuíssem para a deliberação de vários itens da reforma política em 2001. Aparentemente, a

reduzida taxa de reeleição dos prefeitos eleitos em 1996 ajudou reforçar a manutenção deste mecanismo para 2002. Porém, o conceito da desincompatibilização não vingou, nem para governadores, nem prefeitos.

Com a frustração em relação ao mecanismo das cotas para as mulheres nas eleições proporcionais, eram esperadas novas medidas para garantir uma proporção maior de mulheres nas casas legislativas -- especialmente a regra da lista fechada e bloqueada. Assim, cada partido é encarregado de compor a sua lista de candidatos e ordená-los previamente, e o eleitor somente vota na legenda. Na Argentina, por exemplo, os partidos são obrigados a colocar o nome de uma mulher pelo menos no 3º, 5º e 7º lugares na lista. Na verdade, a lista fechada resolve também outras coisas, como: a fidelidade e coesão partidária, a delimitação da concorrência entre partidos e não mais entre candidatos individuais (usualmente na mesma chapa), o financiamento das campanhas centrado nos partidos (mais barato e de fácil fiscalização); a memória política do eleitor, que talvez lembre melhor pelo menos em qual partido votou na última eleição para poder cobrar melhor o desempenho deste no legislativo.

A proibição de coligações, a cláusula de barreira (5%) nas eleições proporcionais, com algum mecanismo para preservar os partidos “históricos”, uma lei de Fidelidade Partidária, onde fica proibida a troca de partido por três anos após cada eleição, e o financiamento das campanhas eram alvos da reforma política que a reforma eleitoral de 2001 não contemplou.

QUADRO 1

Indicadores eleitorais básicos: população, eleitorado, abstenção, votos em branco e nulos Brasil, 1996 e 2000.

| Indicadores | 1996 | 2000 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| População | 159.472.820 | 169.590.693 |
| Eleitorado | 101.284.121 | 108.493.400 |
| Alistamento | 63,51% | 63,97% |
| Abstenção | 18.143.634 | 16.262.995 |
| Votantes | 17.91 | 14,81% |
| | 80.788.691 | 92.222.717 |
| Para Prefeito | | |
| Votos | 74.094.960 | 84.486.108 |
| Válidos | 91,71% | 91,61% |
| Votos em branco e nulos | 6.693.731 | 7.736.609 |
| | 8,29% | 8,39% |
| Para Vereador | | |
| Votos | 69.874.259 | 86.608.261 |
| válidos | 86,49% | 93,91% |
| Votos em branco e nulos | 10.914.432 | 5.614.456 |
| | 13,51% | 6,09% |

Fonte: Dados do TSE para 1996 e 2000

QUADRO 2

Resultados das eleições para prefeito, por partido: 1º Turno em 2000 X 1996

| Partido | 2000 (1ºturno) | | | | 1996 | | | |
|--------------|------------------|--------------|-------------------|--------------|------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Nº de municípios | % | Votos | % | Nº de municípios | % | Votos | % |
| PMDB | 1.253 | 23,8 | 13.257.659 | 15,7 | 1.295 | 24,1 | 12.716.976 | 17,2 |
| PFL | 1.027 | 18,4 | 12.973.544 | 15,4 | 934 | 17,4 | 10.072.522 | 13,6 |
| PSDB | 987 | 17,7 | 13.518.346 | 16,0 | 921 | 17,1 | 13.065.103 | 17,6 |
| PPB | 617 | 11,1 | 6.812.742 | 8,1 | 625 | 11,6 | 9.776.752 | 13,2 |
| PTB | 397 | 7,1 | 5.803.421 | 6,9 | 382 | 7,1 | 4.354.264 | 5,9 |
| PDT | 287 | 5,1 | 5.611.888 | 6,6 | 436 | 8,1 | 9.956.642 | 13,4 |
| PL | 233 | 4,2 | 2.541.572 | 3,0 | 222 | 4,1 | 1.971.267 | 2,6 |
| PT | 174 | 3,1 | 11.938.734 | 14,1 | 110 | 2,0 | 7.893.509 | 10,6 |
| PPS | 164 | 2,9 | 3.506.619 | 4,2 | 33 | 0,6 | 496.150 | 0,7 |
| PSB | 131 | 2,3 | 3.861.987 | 4,6 | 150 | 2,3 | 2.816.484 | 3,8 |
| PSD | 111 | 2,0 | 1.271.071 | 1,5 | 116 | 2,2 | 1.163.070 | 1,6 |
| PSC | 32 | 0,6 | 533.550 | 0,6 | 49 | 0,9 | 544.669 | 0,7 |
| PSL | 26 | 0,5 | 283.118 | 0,3 | 11 | 0,2 | 246.887 | 0,3 |
| PST | 16 | 0,3 | 176.931 | 0,2 | 09 | 0,2 | 102.474 | 0,1 |
| PRP | 16 | 0,3 | 182.359 | 0,2 | 30 | 0,5 | 485.705 | 0,6 |
| PMN | 14 | 0,3 | 220.231 | 0,3 | 30 | 0,5 | 443.028 | 0,6 |
| PV | 13 | 0,2 | 644.638 | 0,8 | 13 | 0,2 | 242.483 | 0,3 |
| PSDC | 08 | 0,1 | 139.195 | 0,2 | 02 | 0,04 | 65.163 | 0,09 |
| PT do B | 06 | 0,1 | 151.914 | 0,2 | 04 | 0,07 | 141.608 | 0,2 |
| PHS | 06 | 0,1 | 146.880 | 0,2 | - | - | - | - |
| PRTB | 04 | 0,1 | 70.000 | 0,1 | 02 | 0,04 | 18.296 | 0,02 |
| PRN | 03 | 0,05 | 25.464 | 0,03 | 00 | - | 25.701 | 0,03 |
| PTN | 02 | 0,04 | 43.193 | 0,05 | 01 | 0,02 | 23.999 | 0,03 |
| PAN | 01 | 0,02 | 18.584 | 0,02 | 00 | - | 13.239 | 0,02 |
| PC do B | 00 | - | 382.827 | 0,6 | 00 | - | 191.175 | 0,03 |
| PRONA | 00 | - | 235.314 | 0,5 | 01 | 0,02 | 171.855 | 0,2 |
| PGT | 00 | - | 25.923 | 0,03 | 00 | - | 25.923 | 0,03 |
| PSTU | 00 | - | 98.387 | 0,1 | 00 | - | 63.599 | 0,09 |
| PCB | 00 | - | 9.824 | 0,01 | 0 | - | 12.731 | 0,02 |
| PCO | 0 | - | 14.116 | 0,02 | 0 | - | 2.475 | 0,01 |
| PSN | - | - | - | - | 0,2 | 0,04 | 35.398 | 0,05 |
| Total | 5.528 | 100,0 | 84.500.022 | 100,0 | 5.378 | 100,0 | 74.111.869 | 100,0 |

Fonte: Dados do T.S.E., 27 de outubro de 2000

QUADRO 3
Número de Prefeitos eleitos entre 1982 e 2000, por partido

| Partido | 1982 | | 1988 | | 1992 | | 1996 | | 2000 | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| PMDB | 1.377 | 34,9 | 1.606 | 37,5 | 1.605 | 33,7 | 1.288 | 24,1 | 1.257 | 22,6 |
| PDS/PPR/PPB | 2.533 | 64,3 | 446 | 10,4 | 363 | 7,6 | 624 | 11,7 | 618 | 11,1 |
| PDT | 22 | 0,6 | 192 | 4,5 | 377 | 7,9 | 435 | 8,1 | 288 | 5,2 |
| PTB | 07 | 0,2 | 332 | 7,7 | 303 | 6,4 | 382 | 7,1 | 398 | 7,2 |
| PT | 02 | 0,1 | 38 | 0,9 | 54 | 1,1 | 111 | 2,1 | 187 | 3,3 |
| PFL | - | - | 1.058 | 24,7 | 965 | 20,3 | 928 | 17,3 | 1.028 | 18,5 |
| PSDB | - | - | 18 | 0,4 | 317 | 6,7 | 910 | 17,0 | 990 | 17,8 |
| PL | - | - | 239 | 5,6 | 165 | 3,5 | 221 | 4,1 | 234 | 4,2 |
| PDC | - | - | 232 | 5,4 | 211 | 4,4 | - | - | - | - |
| PSB | - | - | 37 | 0,9 | 48 | 1,0 | 150 | 2,8 | 133 | 2,4 |
| PJ/PRN | - | - | 03 | 0,1 | 98 | 2,1 | 00 | 0,0 | 03 | 0,05 |
| PSC | - | - | 26 | 0,6 | 50 | 1,1 | 49 | 0,9 | 33 | 0,6 |
| PTR | - | - | 08 | 0,2 | 48 | 1,0 | - | - | - | - |
| PCB/PPS | - | - | 01 | 0,0 | 01 | 0,0 | 32 | 0,6 | 166 | 3,0 |
| PSD | - | - | 02 | 0,0 | 35 | 0,7 | 116 | 2,2 | 111 | 2,0 |
| PMB | - | - | 49 | 1,1 | - | - | - | - | - | - |
| PST | - | - | - | - | 122 | 2,6 | 09 | 0,2 | 16 | 0,3 |
| PMN | - | - | - | - | - | - | 30 | 0,6 | 14 | 0,3 |
| PRP | - | - | - | - | - | - | 30 | 0,6 | 18 | 0,3 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 36 | 0,6 | 83 | 1,5 |
| TOTAL | 3.941 | 100,0 | 4.287 | 100,0 | 4.762 | 100,0 | 5.351 | 100,0 | 5.559 | 100,0 |

* - As capitais dos estados e as cidades designadas como "áreas de segurança nacional" e estações hidro-minerais não elegeram prefeitos em 1982. Foram realizadas eleições especiais para prefeitura nesses 201 municípios em 15 de novembro de 1985.

QUADRO 4

Resultados das eleições municipais no “Brasil urbano” (cem maiores cidades), 1988-2000, por partido

| Partido | 1988 | | 1992 | | 1996 | | 2000 | |
|---------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|
| | Nº | Eleitorado | Nº | Eleitorado | Nº | Eleitorado | Nº | Eleitorado |
| PMDB | 20f | 4.211.092 | 29a | 9.420.266 | 16c | 3.687.305 | 15 | 3.492.868 |
| PFL | 09 | 2.373.601 | 07 | 1.822.170 | 08a | 6.346.293 | 09c | 2.712.234 |
| PSDB | 08e | 3.065.788 | 13f | 3.307.923 | 21 | 4.495.374 | 16 | 3.505.937 |
| PDS/PPB | 10 | 1.371.263 | 07b | 6.822.597 | 11b | 8.462.240 | 03d | 593.281 |
| PDT | 17a | 8.403.612 | 15c | 4.167.710 | 15 | 3.783.676 | 09 | 1.611.180 |
| PTB | 12d | 2.529.370 | 05 | 1.375.581 | 06 | 1.248.537 | 06a | 4.621.536 |
| PT | 12b | 9.269.506 | 12de | 4.297.722 | 09f | 2.357.134 | 27b | 12.918.961 |
| PL | 02 | 294.793 | 00 | - . - | 02 | 257.567 | 01 | 482.005 |
| PDC | 05 | 870.195 | 03 | 741.047 | ** | - . - | 00 | - . - |
| PSB | 03 | 857.004 | 04 | 1.021.615 | 08e | 2.528.380 | 06e | 2.245.479 |
| PRN | 02 | 373.098 | 01 | 92.062 | 00 | - . - | 00 | - . - |
| Outros | 00 | - . - | 04 | 550.629 | 04 | 452.744 | 08 | 1.434.904 |
| Total(g) | 100 | 33.619.322 | 100 | 33.619.322 | 100 | 33.619.322 | 100 | 33.619.322 |
| “Esquerda”** | 32 | 18.530.122 | 32 | 9.655.489 | 32 | 8.669.190 | 49 | 17.993.466 |
| % | | 55,1 | | 28,7 | | 25,8 | | 53,5 |

a - Ganhou Rio de Janeiro
c - Perdeu Rio de Janeiro
e - Ganhou Belo Horizonte
g - Eleitorado em 1992

b - Ganhou São Paulo
d - Perdeu São Paulo
f - Perdeu Belo Horizonte

** - PDC se fundiu com o PDS para formar o PPR em 1993, que por sua vez fundiu-se com o PP para formar o PPB em 1995.

* - “Esquerda” = PT + PDT + PSB + PPS + PC do B

Fonte: Dados do TSE e (Fleischer, 1995)

QUADRO 5

Resultados das eleições municipais* nas 26 capitais em 01 de Outubro de 2000, em ordem decrescente de população

| Cidade | Atuais | | | Partidos mais importantes em 2000 | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------|------|------|-----------------------------------|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|--------|
| | EST | GOV | PREF | PMDB | PFL | PPB | PSDB | PDT | PTB | PT | PSB | Outros |
| S.Paulo | SP | PSDB | PTN | | | 17% | 17% | | | 38% | | |
| Rio | RJ | PDT | PFL | | 35% | | | | 23% | 22% | | |
| B.Horiz. | MG | ?? | PSB | 17% | | | 31% | | | | 44% | |
| Salvad. | BA | PFL | PFL | | 54% | | | 07% | | 35% | | |
| Fortal. | CE | PSDB | PMDB | 33% | 18% | | | | | | | 30% |
| P.Alegre | RS | PT | PT | | | | 16% | 20% | | 49% | | |
| Curitiba | PR | PFL | PFL | 10% | 44% | | | | | 35% | | |
| Recife | PE | PMDB | PFL | | 49% | | | | | 36% | | 11% |
| Belém | PA | PSDB | PT | | | | 17% | | | 43% | | 30% |
| Manaus | AM | PFL | PL | | | | | | | 16% | | ** |
| Goiânia | GO | PSDB | PSDB | | | | 23% | | 30% | 37% | | |
| S.Luís | MA | PFL | PDT | | | | 31% | 53% | 09% | | | |
| Natal | RN | PMDB | PSB | | | | 11% | | | 31% | 57% | |
| Maceió | AL | PSB | PSB | | | | | | | 18% | 44% | 22% |
| C.Gran. | MS | PT | PMDB | 68% | | | | | | 21% | | 05% |
| Teres. | PI | PMDB | PSDB | | | 04% | | 61% | | | 32% | |
| J.Pess. | PB | PMDB | PMDB | 74% | | | | | | 23% | | 02% |
| Aracajú | SE | PSDB | PMDB | | | | | | 23% | 52% | 22% | |
| Cuiabá | MT | PSDB | PSDB | 05% | | | 56% | | | 17% | | |
| Florian. | SC | PPB | PPB | 08% | | 55% | | | | | | 16% |
| Vitoria | ES | PSDB | PSDB | | | | 13% | 69% | | | 12% | |
| P.Velho | RO | PMDB | PSDB | | | | 12% | 42% | | | 36% | |
| R.Bco. | AC | PT | PMDB | 48% | | | | | | 02% | 41% | |
| Palmas | TO | PFL | PFL | 04% | 49% | | | | | | | 48% |
| Macapá | AP | PSB | PFL | | | 13% | | | 35% | | 36% | |
| B.Vista | RR | PTB | PTB | | | 16% | 44% | | 27% | | | |
| Primeiro lugar | | | | 04 | 05 | 02 | 04 | 02 | 00 | 05 | 04 | 01 |
| Segundo lugar | | | | 00 | 00 | 01 | 01 | 01 | 05 | 08 | 02 | 06 |
| Terceiro lugar | | | | 05 | 02 | 02 | 07 | 01 | 01 | 05 | 01 | 04 |
| Total: 1º + 2º + 3º | | | | 09 | 07 | 05 | 12 | 04 | 06 | 18 | 07 | 11 |
| Vitórias no 1º turno | | | | 03 | 02 | 01 | 04 | 02 | 00 | 01 | 02 | 00 |
| Disputou 2º turno | | | | 01 | 03 | 01 | 01 | 01 | 02 | 06 | 02 | 05 |

EST = Estado

GOV = Partido do então Governador eleito em 1998. **Negrito**= eleito no 1o turno.

PREF = Partido do atual Prefeito eleito em 1996 (**Negrito**=tentou reeleição). (Sublinhado=concorreu no 2o turno)

* - % do total dos votos válidos . ** - PL (47%) & PPS (32%)

QUADRO 6

Desempenho dos partidos mais importantes, 1996 vs. 2000*

| Partido | Total Brasil | | | 26 Capitais | | | 62 Cidades** | | Votos recebidos (em 000) | | |
|--------------|--------------|--------------|-----------|-------------|-----------|-----------|--------------|-----------|--------------------------|---------------|---------------|
| | 1996 | 1º | 2º | 1996 | 1º | 2º | 1º | 2º | 1996 | 2000 | Mudança |
| PMDB | 1288 | 1253 | 04 | 05 | 03 | 01 | 06 | 04 | 12.717 | 13.258 | +4,25% |
| PFL | 928 | 1027 | 01 | 04 | 02 | 01 | 03 | 01 | 10.073 | 12.973 | +28,79% |
| PSDB | 910 | 987 | 03 | 04 | 04 | 00 | 09 | 03 | 13.065 | 13.518 | +3,47% |
| PPB | 624 | 617 | 01 | 04 | 01 | 00 | 01 | 01 | 9.777 | 6.813 | -30,32% |
| PTB | 328 | 397 | 01 | 01 | 00 | 01 | 02 | 01 | 4.354 | 5.803 | +33,72% |
| PDT | 435 | 287 | 01 | 03 | 02 | 00 | 03 | 01 | 6.957 | 5.612 | -19,33% |
| PL | 221 | 233 | 01 | 00 | 00 | 01 | 00 | 01 | 1.971 | 2.542 | +28,93% |
| PT | 111 | 174 | 13 | 02 | 01 | 05 | 04 | 13 | 7.894 | 11.939 | +51,25% |
| PPS | 32 | 164 | 02 | 00 | 00 | 00 | 01 | 02 | 496 | 3.510 | +607,43% |
| PSB | 150 | 131 | 02 | 03 | 02 | 02 | 02 | 02 | 2.816 | 3.862 | +37,12% |
| Outros | 269 | 258 | 02 | 00 | 00 | 00 | 00 | 02 | 3.992 | 4.670 | +16,98% |
| TOTAL | 5.351 | 5.528 | 31 | 26 | 15 | 11 | 31 | 31 | 74.112 | 84.500 | +14,02 |
| “Esquerda”# | 741 | 769 | 21 | 08 | 05 | 07 | 10 | 20 | 18.598 | 25.951 | +39,54 |

* - O primeiro turno em 01-OUT, e o segundo em 29-OUT de 2000.

** - Capitais e cidades com mais de 200.000 eleitores.

- “Esquerda” = PT + PDT + PSB + PPS + PC do B + PV

Fontes: *Folha Online* e dados do TSE.

QUADRO 7

Prefeitos eleitos em 2000, por partido e região (em %)

| Partido | Região | | | | | Total 2000 | Total 1996 |
|--------------|------------|-------------|-------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C.Oeste | | |
| PMDB | 18,2 | 19,9 | 22,5 | 28,1 | 23,6 | 22,6 | 24,1 |
| PFL | 21,6 | 24,9 | 15,5 | 13,3 | 14,9 | 18,5 | 17,3 |
| PSDB | 19,6 | 16,1 | 20,7 | 10,9 | 29,9 | 17,8 | 17,0 |
| PPB | 12,9 | 8,3 | 5,7 | 23,2 | 18,7 | 11,1 | 11,7 |
| PDT | 4,7 | 2,6 | 5,9 | 9,2 | 3,0 | 5,1 | 8,1 |
| PTB | 7,6 | 7,2 | 9,1 | 6,1 | 2,2 | 7,1 | 7,2 |
| PL | 3,8 | 5,7 | 5,8 | 0,4 | 2,8 | 4,2 | 4,1 |
| PSB | 2,7 | 3,9 | 2,4 | 0,8 | 0,2 | 2,4 | 2,8 |
| PT | 4,7 | 1,2 | 4,4 | 4,9 | 3,0 | 3,3 | 2,1 |
| PPS | 1,1 | 3,2 | 3,3 | 1,4 | 6,7 | 3,0 | 0,6 |
| Outros* | 3,1 | 7,0 | 4,7 | 1,7 | 5,0 | 4,6 | 5,0 |
| Total % | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| TOTAL | 449 | 1791 | 1668 | 1189 | 462 | 5559 | 5351 |

* - PAN, PHS, PMN, PRN, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PST, PT do B, PTN, PC do B e PV

QUADRO 8Prefeitos eleitos em 1996 por partido e região (em %)

| Partido | Região | | | | | Total 2000 | Total 1996 |
|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C.Oeste | | |
| PMDB | 23,5 | 19,3 | 20,8 | 31,1 | 36,5 | 24,1 | 33,7 |
| PFL | 16,0 | 24,0 | 17,0 | 9,4 | 15,5 | 17,3 | 20,3 |
| PSDB | 15,8 | 13,3 | 28,3 | 7,7 | 15,5 | 17,0 | 6,6 |
| PPB* | 20,5 | 8,3 | 7,5 | 20,8 | 7,7 | 11,7 | 7,6 |
| PDT | 4,7 | 4,2 | 5,6 | 19,4 | 6,3 | 8,1 | 7,9 |
| PTB | 7,8 | 7,8 | 6,6 | 7,0 | 6,1 | 7,2 | 6,4 |
| PL | 2,3 | 6,7 | 4,3 | 0,5 | 4,7 | 4,1 | 3,5 |
| PSB | 2,1 | 6,7 | 1,5 | 0,2 | 0,0 | 2,1 | 1,1 |
| PT | 2,6 | 0,6 | 2,9 | 3,4 | 0,9 | 2,1 | 1,1 |
| Outros | 4,7 | 9,1 | 5,5 | 0,5 | 7,2 | 5,6 | 11,9 |
| Total% | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total | 425 | 1.682 | 1.641 | 1.159 | 444 | 5.341 | 4.762 |

* - O PDS fundiu-se com o PDC em 1993 para formar o PPR, que por sua vez fundiu-se com o PP para formar o PPB em 1995.

QUADRO 9

Número de ex-prefeitos eleitos em 1996, por região

| Região | Total 1991* | Ex-Prefeitos Eleitos em 1996 | | | |
|--------------|-------------|------------------------------|---------|----------|----------|
| | | Total (N) | Total % | 89/92# % | 83/88@ % |
| Norte | 298 | 47 | 15,8 | 12,4 | 3,4 |
| Nordeste | 1509 | 476 | 31,5 | 24,6 | 6,9 |
| Sudeste | 1432 | 461 | 32,2 | 25,8 | 6,4 |
| Sul | 873 | 249 | 28,5 | 20,4 | 8,1 |
| Centro-Oeste | 379 | 93 | 24,5 | 16,6 | 7,9 |
| BRASIL | 4491 | 1362 | 29,5 | 22,7 | 6,8 |

* - Municípios que existiam em 1991 (antes das eleições de 1992).

- Ex-Prefeitos com exercício no período de 1989 a 1992.

@ - Ex-Prefeitos com exercício no período de 1983 a 1988.

Fonte: Compilado de dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

QUADRO 10

Reeleição de prefeitos em 2000, por partido

| | Eleitos 1º turno | Nº de reeleitos | % de reeleitos |
|--------------|------------------|-----------------|----------------|
| PMDB | 1257 | 463 | 36,8% |
| PFL | 1028 | 424 | 41,2% |
| PSDB | 990 | 466 | 47,1% |
| PPB | 618 | 220 | 35,6% |
| PTB | 398 | 152 | 38,2% |
| PDT | 288 | 76 | 26,4% |
| PL | 234 | 82 | 35,0% |
| PT | 187 | 51 | 27,3% |
| PPS | 166 | 35 | 21,1% |
| PSB | 133 | 46 | 34,6% |
| Outros** | 260 | 54 | 20,9% |
| TOTAL | 5559 | 2069 | 37,2% |

* - Inclui 31 cidades do 2º turno.

** - : PSD, PSC, PSL, PST, PRP, PMN, PV, PSDC, PHS, PT do B, PRTB, PRN, PTN e PAN.

Fonte: Cruz Neto et al. Para o Estado de Maranhão, não foram encontrados dados para 74 municípios na base de dados do TSE para 1996.

QUADRO 11
Reeleição de prefeitos em 2000, por região

| | A | B | C | C/A | C/B |
|---------------------|----------------|--------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Estado/ Região | Nº de munc. | Candidato à reeleição | Nº de reeleitos | % de reeleitos | % de reeleitos |
| Acre | 22 | 18 | 08 | 38,0% | 44,4% |
| Amazonas | 62 | 49 | 24 | 38,1% | 49,0% |
| Amapá | 16 | 08 | 01 | 06,3% | 12,5% |
| Pará | 143 | 113 | 50 | 35,0% | 44,2% |
| Rondônia | 52 | 38 | 18 | 34,6% | 47,4% |
| Roraima | 15 | 11 | 03 | 20,0% | 27,3% |
| Tocantins | 139 | 101 | 59 | 42,4% | 58,4% |
| Norte | 449 | 338 | 163 | 36,0% | 41,5% |
| Alagoas | 102 | 88 | 47 | 46,0% | 53,4% |
| Bahia | 417 | 282 | 177 | 42,4% | 62,8% |
| Ceará | 184 | 140 | 93 | 50,5% | 66,4% |
| Maranhão | 217 | 182 | 108 | 49,8% | 59,3% |
| Paraíba | 223 | 152 | 115 | 51,6% | 75,7% |
| Pernambuco | 184 | 120 | 93 | 51,4% | 77,5% |
| Piauí | 222 | 182 | 112 | 50,5% | 61,5% |
| R. G. Norte | 167 | 127 | 90 | 53,9% | 70,9% |
| Sergipe | 75 | 50 | 26 | 34,7% | 52,0% |
| Nordeste | 1791 | 1323 | 851 | 47,5% | 64,3% |
| E. Santo | 78 | 46 | 17 | 21,8% | 37,0% |
| Minas Gerais | 853 | 589 | 298 | 34,9% | 50,6% |
| Rio de Janeiro | 92 | 78 | 38 | 41,3% | 48,7% |
| São Paulo | 645 | 412 | 191 | 29,6% | 46,4% |
| Sudeste | 1668 | 1125 | 544 | 32,6% | 48,4% |
| Paraná | 399 | 283 | 151 | 38,1% | 53,4% |
| R.G. Sul | 497 | 283 | 154 | 31,2% | 54,4% |
| S. Catarina | 293 | 146 | 89 | 30,4% | 61,0% |
| Sul | 1189 | 709 | 394 | 33,3% | 55,6% |
| Goiás | 246 | 133 | 70 | 28,6% | 52,6% |
| Mato Grosso | 139 | 96 | 44 | 31,7% | 45,8% |
| M. Grosso Sul | 77 | 51 | 31 | 40,3% | 60,8% |
| Centro-Oeste | 462 | 280 | 145 | 31,5% | 51,8% |
| BRASIL | 5559 | 3775 | 2109* | 37,9% | 55,9% |

* - Inclue os 31 cidades do 2º turno.

Fontes: Felício & Nakad Jr. e Franco & Macedo.

Foram encontrados 2.109 reeleitos em função de dados mais completos para o estado de Maranhão em relação ao ano 1996 encontrados pelos autores.

QUADRO 12

Reeleição de prefeitos em municípios “antigos” e “novos” em 2000, por tamanho e região

| População/ Região | Municípios “Antigos” (1) | Municípios “Novos” (2) | Total (3) | |
|----------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|----------|
| | | | % | (N) |
| Menos de 2.000 | 30,7% | 72,5% | 43,8% | 128 |
| 2.000 a 5.000 | 37,5% | 63,7% | 43,3% | 1.279 |
| 5.000 a 10.000 | 34,0% | 55,9% | 36,4% | 1.303 |
| 10.000 a 20.000 | 36,3% | 54,5% | 37,1% | 1.395 |
| 20.000 a 50.000 | 38,8% | 83,3% | 39,1% | 915 |
| 50.000 a 100.000 | 39,6% | 20,0% | 39,3% | 280 |
| 100.000 a 200.000 | 45,8% | - | 45,8% | 107 |
| 200.000 a 500.000 | 47,9% | - | 47,9% | 71 |
| 500.000 a 1 milhão | 73,3% | - | 73,3% | 15 |
| Mais de 1 milhão | 50,0% | - | 50,0% | 12 |
| Norte | 38,4% | 45,1% | 39,2% | 449 |
| Nordeste | 45,6% | 65,5% | 48,2% | 1.786 |
| Sudeste | 31,6% | 62,4% | 34,1% | 1.666 |
| Sul | 33,3% | 60,4% | 35,6% | 1.159 |
| Centro-Oeste | 33,6% | 47,4% | 34,2% | 445 |
| Brasil | 37,1% | 61,2% | 39,4% | - |
| (N) | (4.972) | (533) | - | (5.505) |

(1) - Municípios existentes em janeiro de 1997.

(2) - Municípios novos criados depois de janeiro de 1997.

(3) - Municípios passíveis de reeleição; em outubro de 2000, 54 municípios recém-emancipados elegeram os seus Prefeitos pela primeira vez.

Fonte: Bremaeker e dados do TSE.

QUADRO 13

Prefeitas eleitas em 1992, 1996 e 2000, por região.#

| Região | 1992 | | | 1996 | | | 2000* | | |
|--------------|--------------------|------------|-------------|--------------------|------------|-------------|--------------------|------------|-------------|
| | (Nº de municípios) | Nº | % | (Nº de municípios) | Nº | % | (Nº de municípios) | Nº | % |
| Norte | 398 | 19 | 4,8% | 449 | 92 | 20,5% | 449 | 34 | 7,6% |
| Nordeste | 1.558 | 92 | 4,9% | 1.787 | 153 | 8,6% | 1.791 | 149 | 8,3% |
| Sudeste | 1.553 | 38 | 2,5% | 1.666 | 64 | 3,8% | 1.668 | 70 | 4,2% |
| Sul | 1.058 | 11 | 1,0% | 1.159 | 30 | 2,6% | 1.189 | 32 | 2,3% |
| C-Oeste | 427 | 11 | 2,6% | 445 | 27 | 6,0% | 462 | 32 | 6,9% |
| TOTAL | 4.974 | 171 | 3,4% | 5.506 | 302 | 5,5% | 5.559 | 317 | 5,7% |

- Porcentagem de prefeitas eleitas sobre o total de municípios.

* - Inclui as 31 cidades do 2º turno.

Fontes: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Araujo 1999 e dados do TSE em 30 de outubro de 2000.

QUADRO 14

Prefeitas eleitas em 2000, por partido

| Partido | Prefeitos eleitos* | Mulheres eleitas | % de prefeitas |
|--------------|--------------------|------------------|----------------|
| PMDB | 1.257 | 59 | 4,7% |
| PFL | 1.028 | 75 | 7,3% |
| PSDB | 990 | 58 | 5,9% |
| PPB | 618 | 32 | 5,2% |
| PTB | 398 | 25 | 6,3% |
| PDT | 288 | 06 | 2,1% |
| PL | 234 | 09 | 3,8% |
| PT | 187 | 09 | 4,8% |
| PPS | 166 | 11 | 6,6% |
| PSB | 133 | 13 | 9,8% |
| Outros | 260 | 20 | 7,7% |
| TOTAL | 5.559 | 317 | 5,7% |

* - Inclue of 31 cidades do 2º turno.

Fonte: Dados do T.S.E., em 30 outubro de 2000.

QUADRO 15

Vereadoras eleitas em 1992, 1996 e 2000, por região.#

| Região | 1992 | | 1996 | | 2000 | |
|---------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Norte | 436 | 11,2% | 613 | 14,0% | 625 | 13,9% |
| Nordeste | 1.629 | 9,1% | 2.498 | 13,0% | 2.569 | 13,1% |
| Sudeste | 1.193 | 6,1% | 1.774 | 9,3% | 1.953 | 10,1% |
| Sul | 537 | 5,1% | 1.096 | 9,5% | 1.248 | 10,3% |
| Centro-Oeste* | 157 | 7,9% | 555 | 12,9% | 605 | 13,0% |
| TOTAL | 3.952 | 7,4% | 6.536 | 11,2% | 7.000 | 11,6% |

- Porcentagem de vereadoras eleitas sobre o total de veradores.

*. Dados para Goiás não disponíveis para a eleição de 1992.

Fontes: Instituto Brasileiro de Administração Municipal Araújo 2000, e dados do TSE em 27 de outubro de 2000.

QUADRO 16

Vereadoras eleitas em 2000, por partido

| Partido | Nº de Vereadores | Vereadoras eleitas | % de Mulheres |
|--------------|------------------|--------------------|---------------|
| PMDB | 11.373 | 1.333 | 11,7% |
| PFL | 9.649 | 1.164 | 12,1% |
| PSDB | 8.518 | 1.010 | 11,6% |
| PPB | 7.064 | 835 | 11,8% |
| PTB | 4.989 | 583 | 11,7% |
| PDT | 3.765 | 374 | 9,9% |
| PL | 2.890 | 322 | 11,1% |
| PT | 2.485 | 350 | 14,1% |
| PPS | 2.564 | 282 | 11,0% |
| PSB | 1.722 | 194 | 11,3% |
| Outros | 5.268 | 553 | 10,5% |
| TOTAL | 60.287 | 7.000 | 11,6% |

Fonte: Dados do T.S.E em 27 de outubro de 2000.

QUADRO 17

Resultados do primeiro e segundo turnos das eleições municipais de 2000, em 11 capitais e 20 outras cidades grandes. (%)

| Cidade | Est. | Resultados do 1º turno, 01 de Outubro de 2000 | | | | | | | | | Resultados do 2º turno, 29 de Outubro de 2000 | | | | | | | | |
|----------------|------|---|-----|-----|----------|-----|-----|----|-----|------|---|-----|-----|----------|-----|-----|----|-----|------|
| | | PMDB | PFL | PPB | PSD B | PDT | PTB | PT | PSB | Out. | PMDB | PFL | PPB | PSD B | PDT | PTB | PT | PSB | Out. |
| Belém | PA | | | | | | 43 | | 30 | | | | | | | 51 | | 49 | |
| B.Horizonte | MG | | | | 31 | | | 44 | | | | | 45 | | | | | 55 | |
| Curitiba | PR | | 44 | | | | | 35 | | | | 51 | | | | 49 | | | |
| Fortaleza | CE | 33 | | | | | | | 30 | 54 | | | | | | | | 46 | |
| Goânia | GO | | | | | | 30 | 37 | | | | | | | 44 | 56 | | | |
| Maceió | AL | | | | | | | | 44 | 22 | | | | | | | 61 | 39 | |
| Manaus | AM | | | | | | | | 47* | | | | | | | | | 51* | |
| P.Alegre | RS | | | | | 20 | | 49 | | | | | | 36 | | 64 | | | |
| Recife | PE | | 49 | | | | | 36 | | | | 49 | | | | 51 | | | |
| Rio | RJ | | 35 | | | | 23 | | | | | 49 | | | 51 | | | | |
| São Paulo | SP | | | 17 | | | | 38 | | | | | 41 | | | 59 | | | |
| Belfort Roxo | RJ | | | | 41 | | | | 49 | | | | 43 | | | | | 57 | |
| Campinas | SP | | | | 22 | | | 39 | | | | | 40 | | | 60 | | | |
| Canoas | RS | | | | 39 | | | 30 | | | | | 51 | | | 49 | | | |
| Caxias do Sul | RS | 43 | | | | | | 48 | | | 49 | | | | | 51 | | | |
| Contagem | MG | 35 | | | 48 | | | | | | 41 | | 59 | | | | | | |
| Diadema | SP | | | | | | | 35 | 35 | | | | | | | 53 | | 47 | |
| Guarulhos | SP | | | | | | | 43 | 28 | | | | | | | 51 | | 49 | |
| Jaboatão | PE | | | | 31 | | | | 39 | | | | 37 | | | | | 63 | |
| Juiz de Fora | MG | 33 | 35 | | | | | | | | 55 | 45 | | | | | | | |
| Londrina | PR | | | | | 27 | | 27 | | | | | | 36 | | 64 | | | |
| Maringá | PR | | | | | | 25 | 26 | | | | | | 30 | 70 | | | | |
| Mauá | SP | | | | 37 | | | 46 | | | | | 47 | | | 53 | | | |
| Mogi Cruzes | SP | 23 | | | 44 | | | | | 44 | | | 56 | | | | | | |
| Niterói | RJ | 31 | | | | 49 | | | | | 42 | | | 58 | | | | | |
| Olinda | PE | 36 | | | | | | | 31 | 48 | | | | | | | | 52 | |
| Pelotas | RS | | | 27 | | | | 29 | | | | 47 | | | | 53 | | | |
| Santos | SP | | | 38 | | | | 44 | | | | 52 | | | | 48 | | | |
| São Gonçalo | RJ | 38 | | | | 40 | | | | 57 | | | | 43 | | | | | |
| S.J.Rio Preto | SP | | 26 | | | | | | | 37 | 46 | | | | | | | 54 | |
| Uberlândia | MG | 49 | | 33 | | | | | | 59 | | 41 | | | | | | | |
| Total 1º lugar | | 03 | 04 | 00 | 03 | 02 | 00 | 13 | 02 | 04 | 04 | 01 | 01 | 03 | 01 | 01 | 13 | 02 | 05 |
| Total 2º lugar | | 06 | 01 | 04 | 05 | 02 | 03 | 03 | 00 | 04 | 05 | 04 | 03 | 05 | 03 | 02 | 03 | 00 | 06 |
| Total | | 09 | 05 | 04 | 08 | 04 | 03 | 16 | 02 | 11 | 09 | 05 | 04 | 08 | 04 | 03 | 16 | 02 | 11 |

Out – Outros partidos (PPS, PC do B, PL, PSC, PSD e PV); * - 1º turno: PL (47%) e PPS (32%); 2º turno: PPS (51%) e PL (49%).

QUADRO 18

Resultados do segundo turno das eleições municipais em 2000, por partido.

| Partido | Cidades | | Votos recebidos | |
|--------------------|------------|-----------|-------------------|---------------|
| | Disputadas | Ganhas | Número | % |
| PT | 16 | 13 | 6.556.081 | 32,1% |
| PMDB | 09 | 04 | 1.559.282 | 7,6% |
| PSDB | 08 | 03 | 1.354.736 | 6,6% |
| PSB | 02 | 02 | 856.451 | 4,2% |
| PPS | 05 | 02 | 715.754 | 3,5% |
| PFL | 05 | 01 | 2.585.830 | 12,7% |
| PPB | 04 | 01 | 2.632.426 | 12,9% |
| PTB | 03 | 01 | 1.890.793 | 9,3% |
| PDT | 04 | 01 | 721.184 | 3,5% |
| PC do B | 02 | 01 | 545.010 | 2,7% |
| PSC | 01 | 01 | 141.813 | 0,7% |
| PL | 01 | 01 | 319.987 | 1,6% |
| PSD | 01 | 00 | 316.279 | 1,5% |
| PV | 01 | 00 | 212.731 | 1,0% |
| TOTAL | 62 | 31 | 20.408.357 | 100,0% |
| “Esquerda”* | 30 | 21 | 9.607.211 | 47,1% |

*“Esquerda” = PT + PSB + PPS + PDT + PC do B + PV

Fonte: Dados do TSE em 30 de outubro de 2000.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. (1999) As cotas para mulheres e as eleições de 1996 e 1998: analisando resultados e perspectivas. *Teoria & Sociedade*. Minas Gerais, UFMG, 4:105-134.

AVELAR, L. & LIMA, F. D. (2000) Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Lua Nova*, 49:195-223.

AZEVEDO, E., GUIMARÃES, L. & LESSA, R. (2000) Longa agonia do PDT pode terminar com fusão. *Gazeta Mercantil*, 23 de outubro de 2000, p. A-9.

BACAL, C. (2001) Emancipar distritos custa caro para o País. *Gazeta Mercantil*, 11 de janeiro de 2001, p. A-8.

BAQUERO, M. (org.). (1997) *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

BREMAEKER, F. E. J. (2000) *A reeleição dos prefeitos municipais em 2000*. Rio de Janeiro, Inst. Brasileiro de Administração Municipal.

Ciro critica euforia exagerada do PT. *Correio Braziliense*, 2 de novembro de 2000, p. 17.

CRUZ NETTO, O. (2000) Infidelidade ajuda governo. *Correio Braziliense*, 5 de novembro de 2000, p. 19.

CRUZ NETTO, O. (2000) O avanço feminino. *Correio Braziliense*, 6 de outubro de 2000, p. 13.

- CRUZ NETTO, O. et. al. (2000) Reeleitos são minoria de prefeitos. *Correio Braziliense*, 8 de outubro de 2000, p. 16.
- FELÍCIO, C. & NAKAD JR., J. (2000) Reeleição é barrada em 61% das cidades. *Valor*, 09 de outubro de 2000, p. A-7.
- FERNANDES, D. (2000) Oposição bate Governo nas urnas por 4,9%. *O Globo*, 31 de outubro de 2000, p. 8.
- FERNANDES, D. (2000) Prefeitos petistas vão administrar 23% do PIB nacional em 17 cidades. *O Globo*, 31 de outubro de 2000, p. 4.
- FERREIRA, A. N. (2000) Acabou-se o veto ideológico ao PT. Entrevista no *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 2000, p. 4.
- FLEISCHER, D. (1996) Poder local e o sistema eleitoral brasileiro. In: JUNG, W. (org.) *Poder local face às eleições de 1996*. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, pp. 115-133.
- FLEISCHER, D. (1998). Reelección a brasileña: las elecciones generales de 1998. *Contribuciones*, Buenos Aires, 15(4):175-195.
- FRANCO, I. (2000) Fraude com educação tira votos de prefeitos. *O Globo*, 15 de outubro de 2000, p. 10.
- FRANCO, I. (2000) Itamar, Brizola e Arraes articulam a criação de um partido. *O Globo*, 26 de outubro de 2000, p. 11.
- FRANCO, I. & MACEDO, A. P. (2000) Um novo mandato para 37,5% dos prefeitos. *O Globo*, 08 de outubro de 2000, p. 10.
- FREIRE, V. (2000) PT quer fazer da Grande São Paulo uma vitrine. *O Estado de São Paulo*, 6 de novembro de 2000, p. A-6.
- GASPARI, E. (2000) Surra igual, só a de 1974. *O Globo*, 1 de novembro de 2000, p. 7.
- GUEDES, G. (2000) PT tem maior número de candidatos no segundo turno. *O Estado de São Paulo*, 9 de outubro de 2000, p. A-8.
- GUEDES, G. (2000) PSDB reelege o maior número de prefeitos. *O Estado de São Paulo*, 15 de outubro de 2000, p. A-9.
- GUIBU, F., OLIVEIRA, W. & SIQUEIRA, F. PT avalia que errou com campanha light. *Folha de São Paulo*, 20 de outubro de 2000, p. A-11.
- KOZAK, C. (2000) PC do B já conta com 91 prefeitos em todo o Brasil. *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 2000, p. 5.
- LEONEL, J. (2000) Conflitos internos devem aumentar. *Folha de São Paulo*, 4 de novembro de 2000, p. A-6.
- LINS, L. (2000) No país, 72 índios de elegem em 11 estados. *O Globo*, 6 de outubro de 2000, p. 12.
- MACEDO, A. P. (2000) Poder feminino aumenta 67% nestas eleições. *O Globo*, 6 de outubro de 2000, p. 12.
- MARQUES, J. R. & FLEISCHER, D. (1999) *De facção a partido: a evolução do PSDB (1988-1998)*. Brasília, Instituto Teotonio Vilela.
- MOTTA, L. G. (2000) O PT e a pedagogia democrática. *Gazeta Mercantil (Centro-Oeste)*, 20 de outubro de 2000, p. 4.
- NASSIF, L. (2000) Urna, segurança e patente. *Folha de São Paulo*, 16 de novembro de 2000, p. B-3.

- NERY, S. (2000) A morte do PDT e a solidão de Brizola. *Jornal do Brasil*, 25 de outubro de 2000, p. 5.
- NÉUMANNE, J. (2000) As urnas também mentem? *O Estado de São Paulo*, 8 de novembro de 2000, p. A-2.
- NICOLAU, J. (org). (1998) *Dados eleitorais do Brasil*. Rio de Janeiro, Renevan.
- O'NEILL, T. (1993) *All Politics is Local: And Other Rules of the Game*. New York, Crown Publishing Group.
- OTÁVIO, C. (2000) Garotinho está de mala pronta para sair do PDT. *O Globo*, 22 de outubro de 2000, p. 5.
- OTÁVIO, C. (2000) Escolha de prefeito atraiu mais que reeleição de FH. *O Globo*, 1 de novembro de 2000, p. 9.
- PANDA, R. (2000) Bancada de vereadoras no País será 61% maior. *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 2000, p. A-9.
- PASSARINHO, J. (2000) O PT e o cientista. *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 2000, p. A-2.
- PEREIRA JUNIOR, J. T. (2000) A urna é nossa. *O Globo*, 16 de novembro de 2000, p. 7.
- PT é derrotado em 47% das cidades que administra hoje. *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 2000, p. A-4.
- RIBEIRO, E. (2001) Preso acusado de fraude com verba do Fundef. *O Globo*, 8 de janeiro de 2001, p. 8.
- ROTHENBURG, D. & LAGO, R. (2000) Arranhado o poder de ACM," *Correio Braziliense*, 7 de outubro de 2000, p.24.
- SANTOS, W. G. (2000) A base governista ganhou. Entrevista no *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 2000, p. 4.
- SILVA, L. I. (2000) O PT saiu consagrado. Entrevista no *Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 2000, p. 5
- SOARES, M. (2000) Mulheres ainda se elegem pouco. *Folha de São Paulo*, 6 de novembro de 2000, p. A-7.
- SOARES, M. (2000) Nordeste tem mais reeleição de prefeitos. *Folha de São Paulo*, 19 de novembro de 2000, p. A-10.
- TABAK, I. (2000) 'Zitolândia' refaz mapa político do Rio. *Jornal do Brasil*, 01 de novembro de 2000, p. 5.
- TEIXEIRA, M. A. C. (2000) O jogo político nos municípios e as eleições. In: HOFMEISTER, W. (org.). *Os municípios e as eleições de 2000*. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, pp. 99-125.
- ZANINI, F. (2000) Para PT, perdas revelam 'problema grave'. *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 2000, p. A-5.

Recebido para publicação em março de 2002

TENDÊNCIAS

Ano 8, nº1

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



Tendências enfoca o papel da mídia sobre o comportamento dos indivíduos nos processos políticos, através de aspectos variados, segundo pesquisas realizadas no Brasil e em outros países.

Sua exposição inicia com uma comparação entre países da América Latina e Estados Unidos sobre a confiança em instituições específicas. Embora distante da inquestionável liderança da Igreja em todos os países pesquisados, a televisão destaca-se por ocupar um lugar mais importante que as instituições representativas, partidos políticos e congresso nacional, na confiança dos cidadãos.

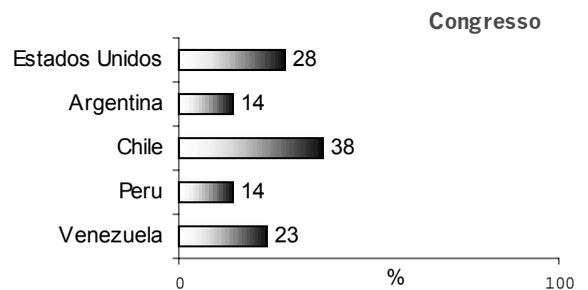
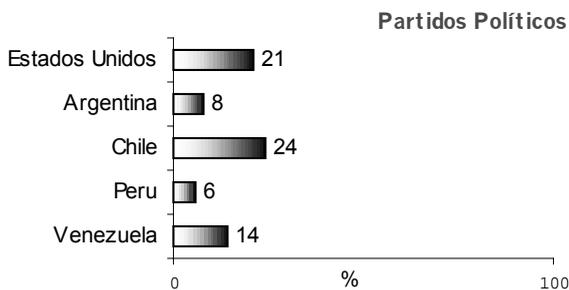
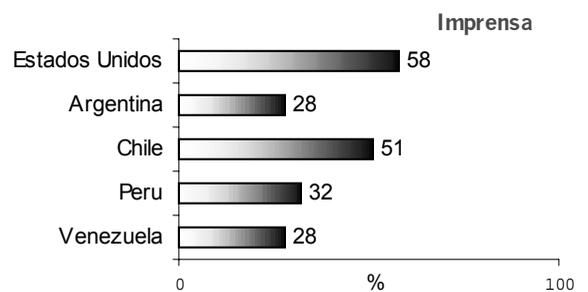
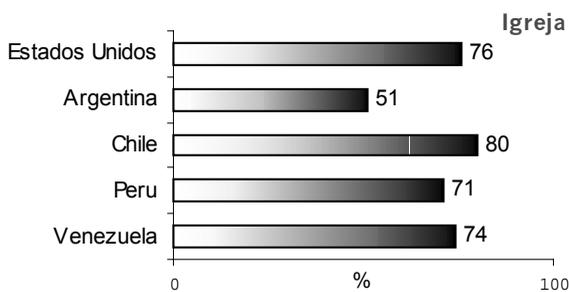
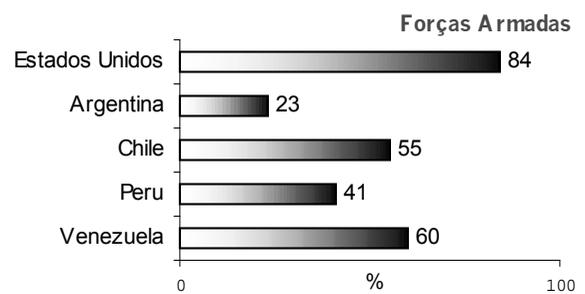
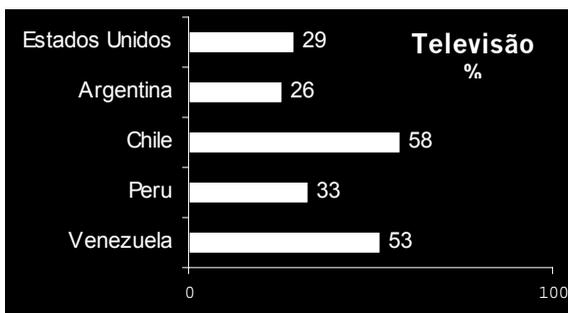
A televisão também figura entre as mais consideradas fontes de informação política. O consagrado conjunto de fontes de socialização e meios de obtenção de informação, como a família, o trabalho, as orientações da igreja e sindicatos, parece ceder cada vez mais sua importância para os noticiários de TV, os debates televisionados entre candidatos e o horário político eleitoral gratuito, transmitido pelos meios de comunicação.

De fato, os dados de audiência de programas políticos em eleições – no caso específico brasileiro, as eleições locais de 2000 – e a importância que os eleitores dão ao seu conteúdo para a decisão do voto indicam que o hábito de buscar informação política nos meios de comunicação consolida-se, traduzindo as mudanças da política contemporânea. É isso também o que mostram os dados norte-americanos de busca de informação política na internet, reafirmando as transformações e os variados espaços ocupados pela política.

Tendências mostra ainda que a estreita relação dos cidadãos com a televisão produz também opiniões ambíguas. É o que os dados de apoio à censura e controle da programação, coletados em pesquisa no Brasil e nos Estados Unidos, parecem sugerir. Se é ali, na TV, que a política acontece, aos olhos dos telespectadores é ali também que tem acolhida a violência e os efeitos perversos da sociedade moderna.

EUA e América Latina: Confiança na TV e outras Instituições

A pesquisa World Values Survey, de 1995, apresenta contrastes importantes entre os países participantes do estudo: a televisão apresenta um significativo grau de confiança em todos os países, sobretudo no Chile e Venezuela. São as instituições políticas, no entanto, que detêm os maiores índices. Os norte-americanos são os que mais confiam nas suas forças armadas; na Argentina, de uma maneira geral prevalece a maior desconfiança nas instituições; a Igreja goza de maior prestígio no Chile; no Peru, os partidos políticos obtiveram o menor índice de confiança; e a Venezuela é onde a imprensa saiu melhor avaliada.



Fonte: World Values Survey; Data: 1995

Pergunta: Vou citar algumas instituições. Para cada uma delas, você poderia me dizer se você confia muito, confia, confia pouco, ou não confia... Obs: Apenas as respostas "confia muito" e "confia"

Confiança nos meios de comunicação

De 2000 para 2002 aumentou a confiança dos norte-americanos nos seus meios de comunicação. Em 2000, o índice dos que tinham pouca ou nenhuma confiança era bastante significativo: chega a 78%. Em 2002, o percentual de confiança chega a 30%.

EUA: Grau de confiança nos meios de comunicação

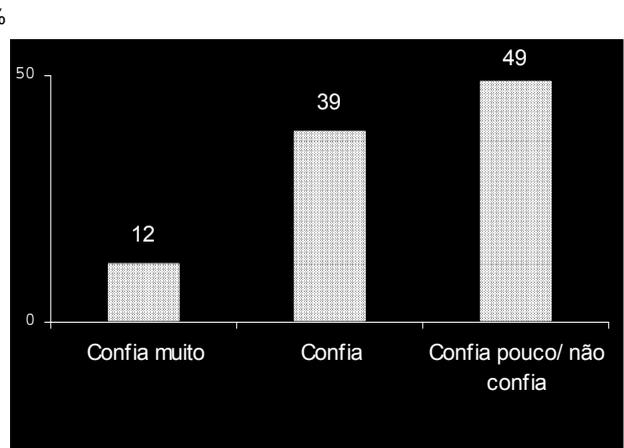
Em 2000:



Fonte: Newsweek Poll
Data: 29-30 de Junho de 2000

Pergunta: Pergunta: (Vou ler uma lista de instituições americanas e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse quanta confiança tem em cada uma delas meios de comunicação.

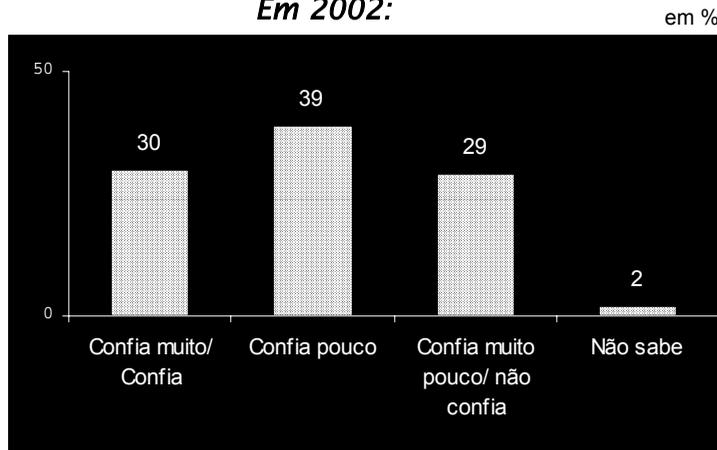
Em 2000:



Fonte: Gallup Organization
Data: 6-9 de Julho de 2000

Pergunta: De modo geral, o(a) sr(a) confia nos meios de comunicação de massa – como os jornais, a televisão, e o rádio – quando relatam notícias de forma completa e detalhada? Obs: Sem opinião, menos de 0,5%.

Em 2002:



Fonte: NBC News/ Wall Street Journal
Data: 18-21 de Janeiro de 2002

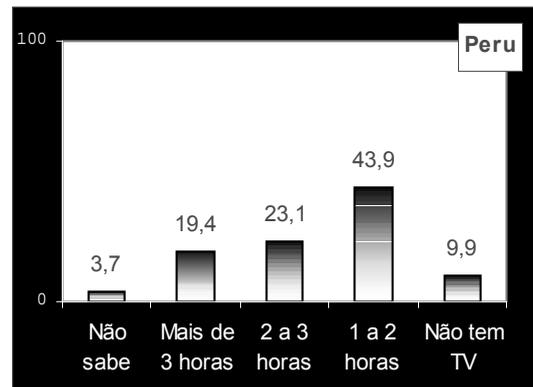
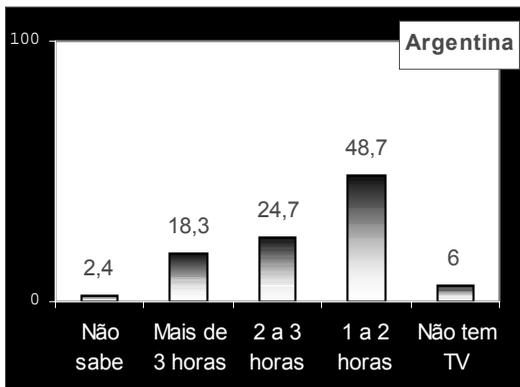
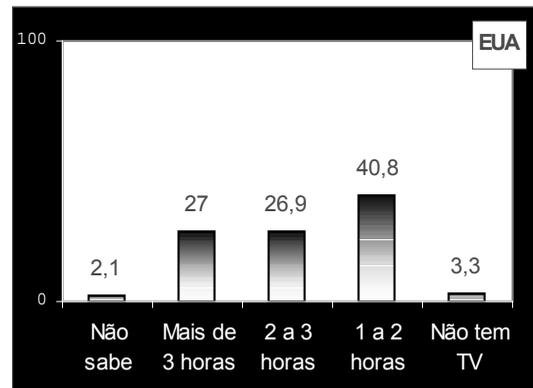
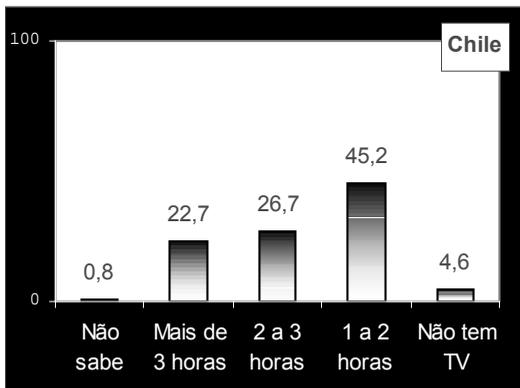
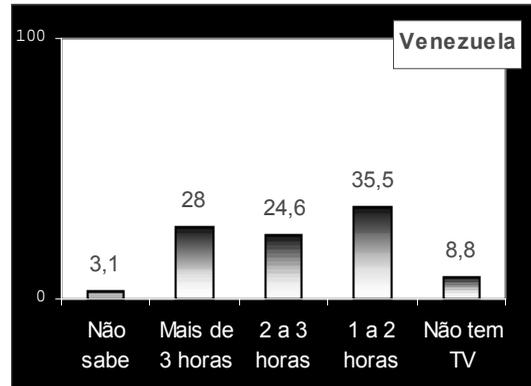
Pergunta: (Vou ler uma lista de instituições americanas e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse quanta confiança tem em cada uma delas): meios de comunicação.

Hábitos de assistência à televisão

A pesquisa World Values Survey mostra hábitos semelhantes em relação ao tempo de exposição à TV entre os entrevistados nos Estados Unidos e nos países da América Latina.

Estados Unidos e América Latina

em %



Fonte: World Value Survey Data: 1995

Pergunta: Quanto tempo em média você geralmente gasta em dias da semana vendo televisão?

Obs.: respostas apenas de quem afirma assistir televisão.

Hábito de assistência às TV's aberta e por assinatura

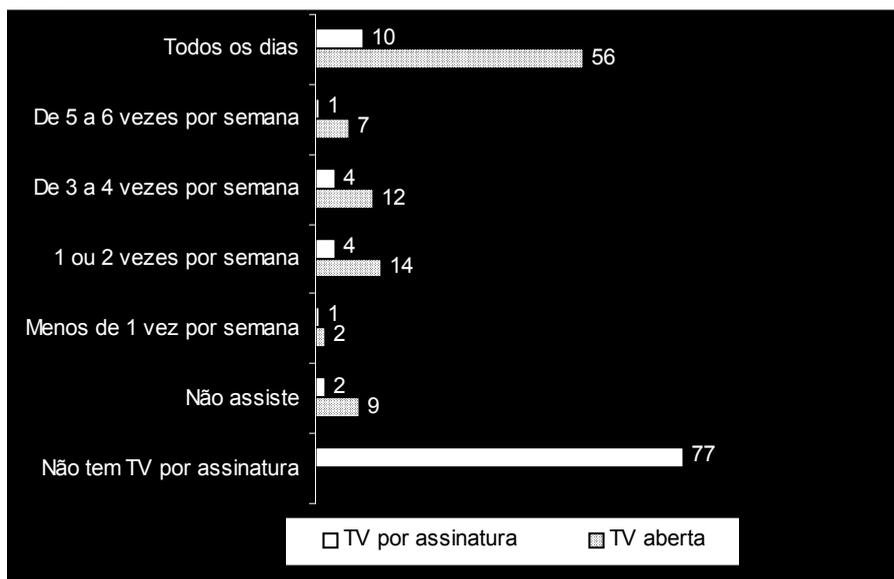
A penetração da TV por assinatura é ainda muito pequena no Brasil.

Pesquisa do Datafolha realizada na capital paulista em 2000, mostra que enquanto a TV aberta tinha audiência todos os dias na casa da maioria absoluta dos entrevistados, somente 10% assistiam diariamente os canais por assinatura. Isto se explica pela cobertura ainda muito pequena do sistema de TV a cabo, que não chega a 30% da amostra.

A percepção dos entrevistados sobre seu tempo gasto com a assistência às TVs no momento da pesquisa, em comparação com os últimos 2 anos era de diminuição.

Cidade de São Paulo – 2000 Frequência de audiência de TV aberta e por assinatura

em %



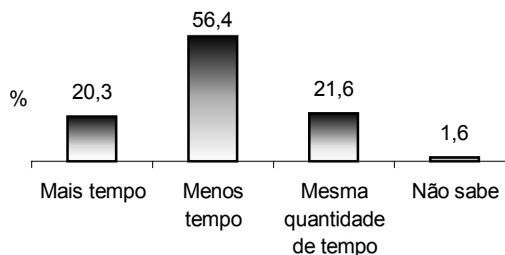
Fonte: Datafolha
Data: Agosto de 2000
Perguntas: Com que frequência você costuma assistir TV aberta: Você tem TV paga ou por assinatura na sua casa? (SE SIM) Com que frequência você costuma assistir TV por assinatura:

Fonte: Datafolha

Data: Agosto de 2000

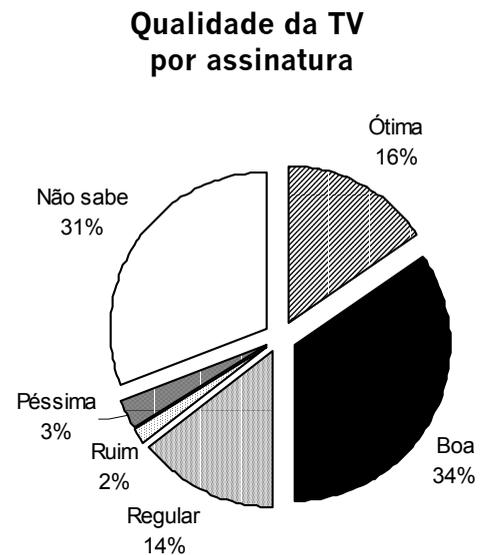
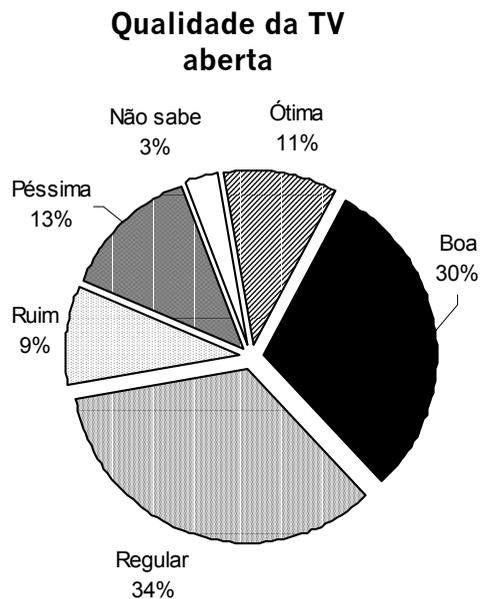
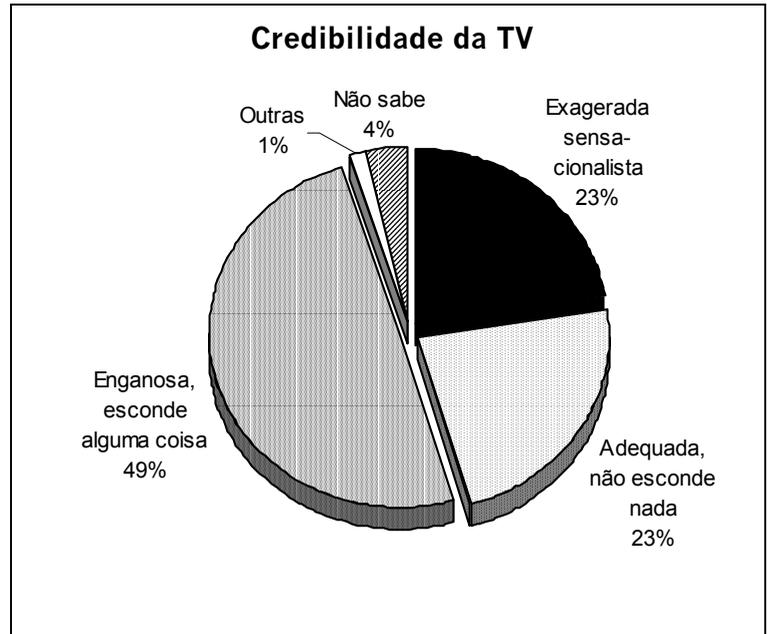
Perguntas: Comparando com o tempo que você passava assistindo TV há dois anos atrás, você diria que está passando mais tempo, menos tempo ou a mesma quantidade de tempo assistindo TV?

Tempo assistindo TV, em 2000 relação a 1998



Qualidade da programação da televisão brasileira

A TV por assinatura é considerada de forma positiva pela maioria dos entrevistados. Da mesma forma, a TV aberta também é “aprovada” pela maioria, apesar do percentual ser um pouco menor. No entanto, a TV brasileira não conta com muita credibilidade: quase a metade dos entrevistados considera que seu conteúdo é enganoso.



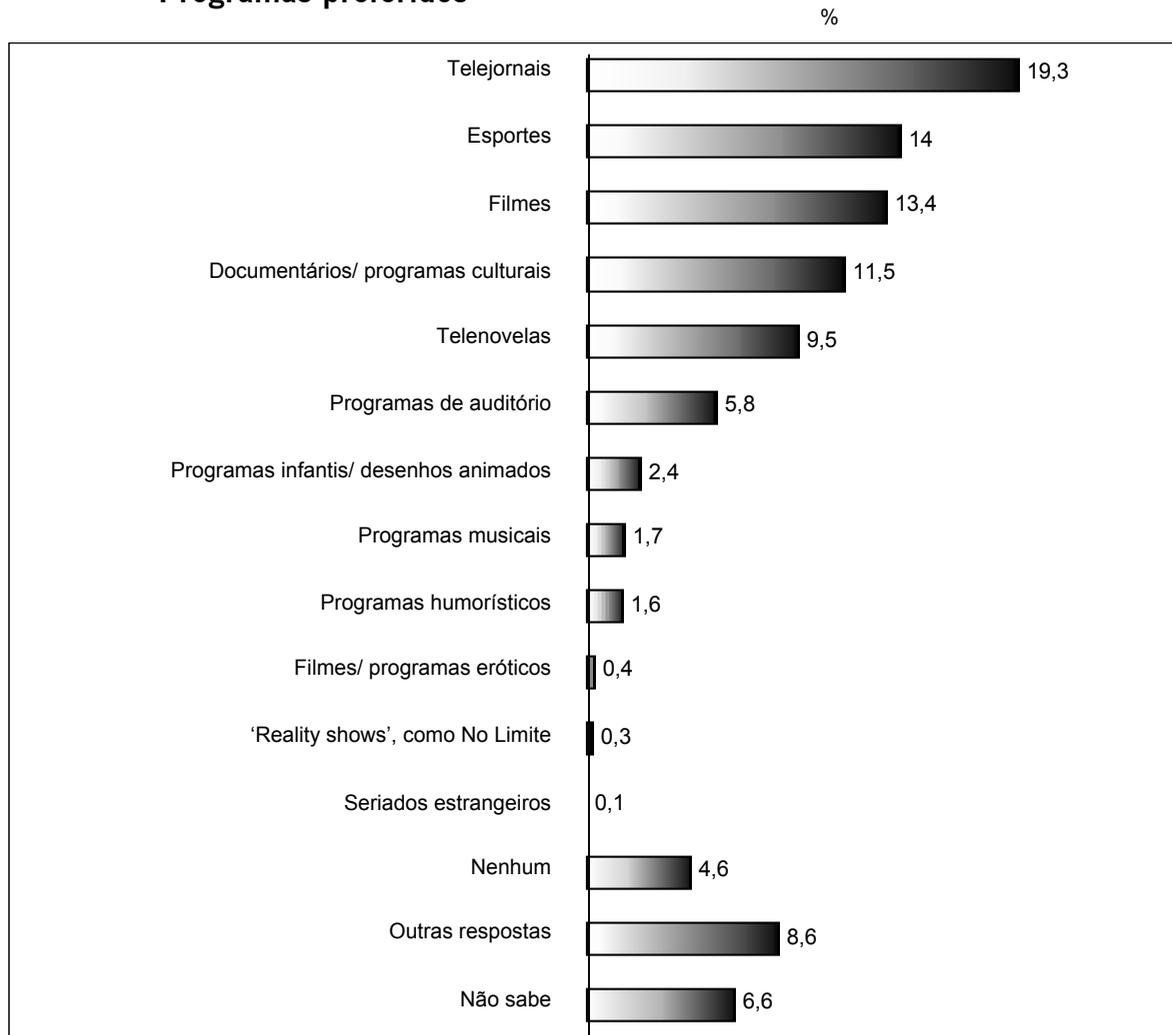
Fonte: Datafolha/ Data: Agosto de 2000

Pergunta: Na sua opinião, a TV aberta brasileira, de um modo geral, é; E a TV paga ou por assinatura brasileira, na sua opinião, de um modo geral, é; Na sua opinião, a TV brasileira, de uma maneira geral, mostra a realidade do país de maneira.

Dados coletados em 2000 mostram que os programas mais solicitados são principalmente os que se destacam na TV por assinatura, como os de jornalismo, esportes, filmes e documentários.

Um aspecto se destaca: em 2000, a demanda por programas tipo 'reality shows' tinham uma demanda mínima, quase inexistente, com 0,1%. Em 2002, dados publicados pelo TV Folha apontam que os programas mais vistos na TV aberta são as novelas e o 'reality show' apresentado pela Rede Globo, com audiências médias de 51% e 45%, respectivamente.

Programas preferidos



..Fonte: Datafolha

Data: Agosto de 2000

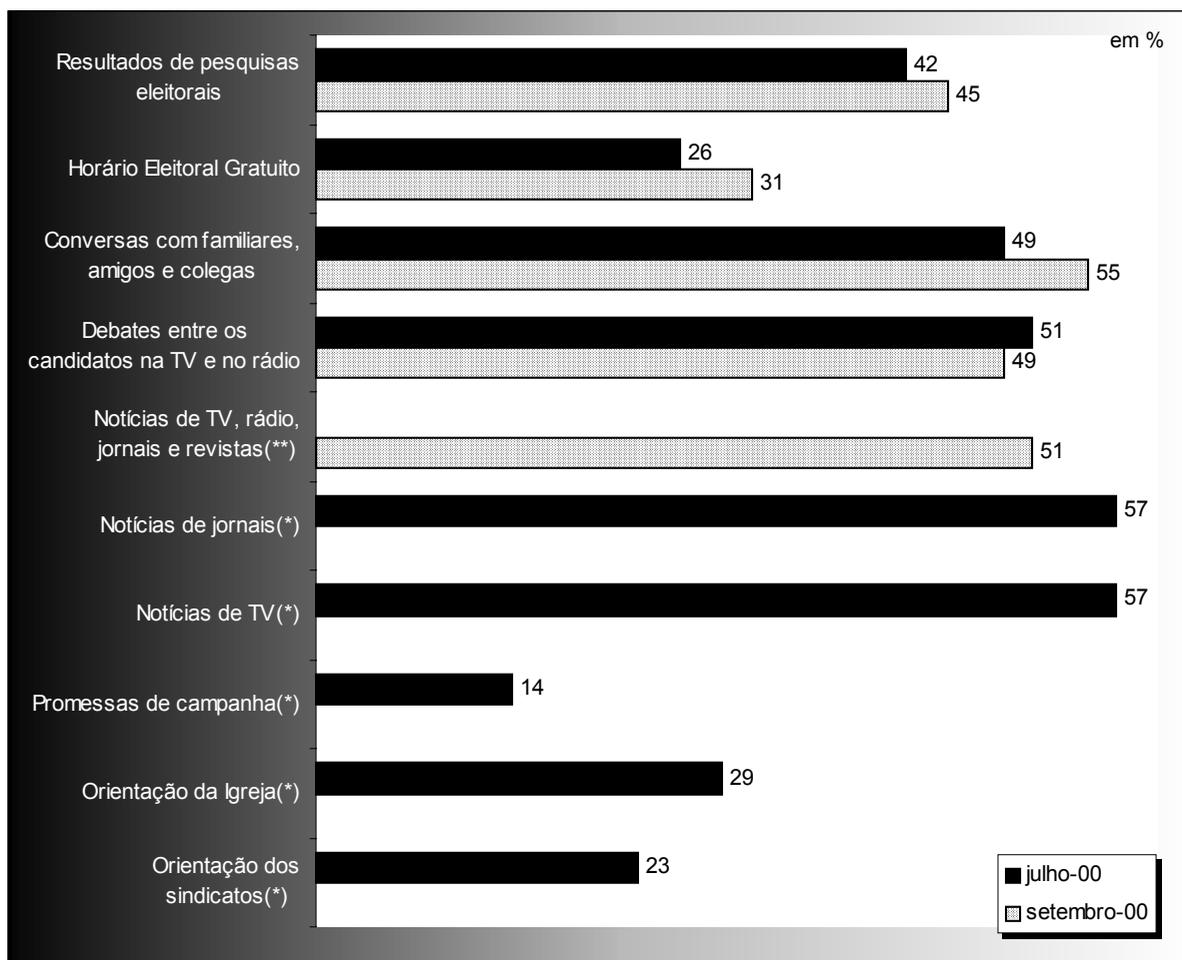
Pergunta: Quais tipos de programas você gostaria de ver com mais frequência na TV? Mais algum?
(Espontânea e múltipla)

Fontes de Informação política

Dados de pesquisas mostram que apesar da importância dos meios de comunicação e do papel da mídia eletrônica, a conversa entre pessoas é ainda uma das principais fontes de informação política.

Importância das fontes de informação e campanhas políticas – 2000

(% dos que consideram o item 'muito importante')



Fonte: Datafolha

Data: Julho de 2000 e Setembro de 2000

Pergunta: Você diria que são muito importantes, um pouco importantes ou nada importantes para você decidir seu voto: [...]

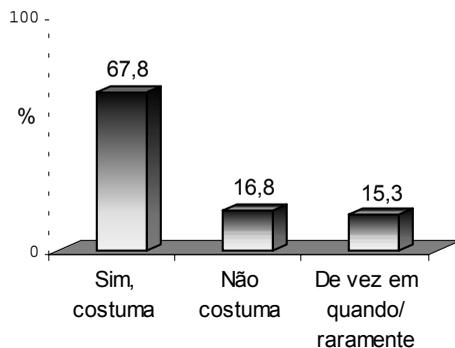
(**) Item não incluído na pesquisa de Setembro

(*) Item não incluído na pesquisa de Julho

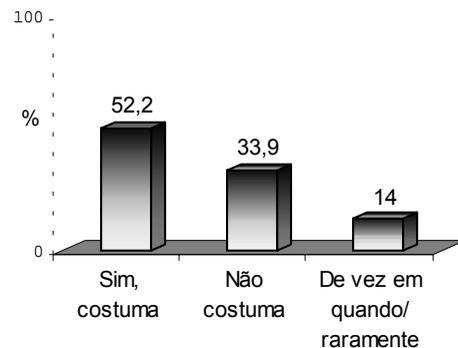
Brasil: Informação e hábitos políticos

A pesquisa nacional, realizada pelo Datafolha mostra que os brasileiros gostam de informar-se sobre política através da imprensa ou de conversas com amigos. Esse é um hábito que já se destaca desde as eleições de 1989.

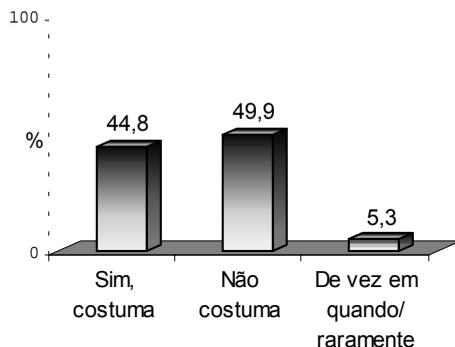
Hábito de ler ou assistir o noticiário sobre política



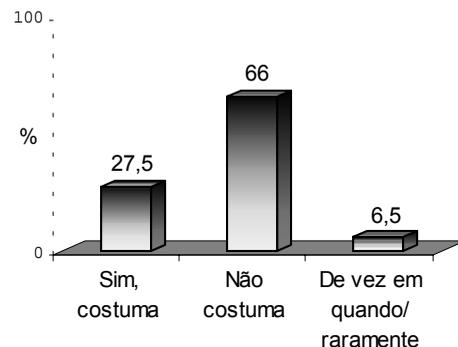
Hábito de conversar sobre política



Hábito de tentar convencer os amigos a votarem nos candidatos que acha bom



Hábito de participar de alguma atividade da campanha eleitoral



Fonte: Datafolha

Data: 12 e 13 de Dezembro de 1989

Pergunta: Você costuma [...]:

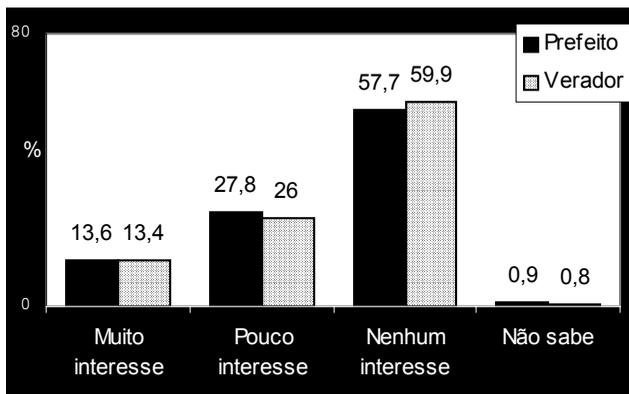
Programas eleitorais 2000

As pesquisas mostram que os programas eleitorais têm papel central nas campanhas de nível local e que o interesse do eleitorado pelos programas cresce à medida em que a campanha se desenvolve.

Os dados mostram que por volta da metade dos entrevistados afirma ter algum interesse pelos programas eleitorais de prefeitos e vereadores; mais de 50% afirmam sua importância para a definição do voto para prefeito.

São Paulo – capital: eleições municipais

Interesse pelos programas eleitorais para prefeito e vereadores

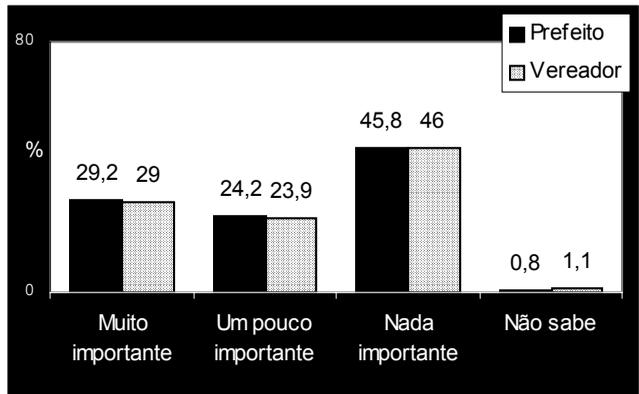


Fonte: Datafolha

Data: Setembro de 2000

Pergunta: Você diria que tem muito interesse, pouco interesse ou nenhum interesse pelo horário eleitoral gratuito na TV, dos candidatos a prefeito?

Importância dos programas eleitorais para prefeito e vereadores

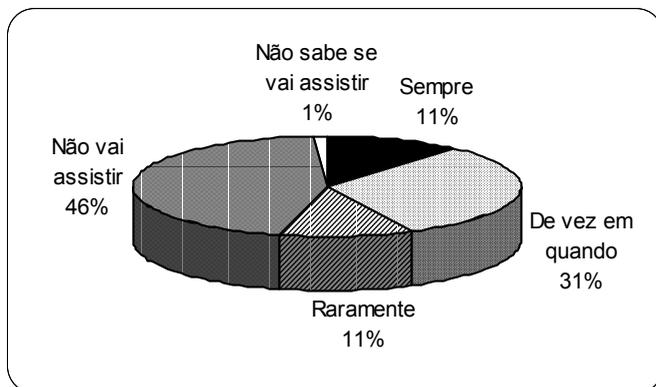


Fonte: Datafolha

Data: Setembro de 2000

Pergunta: Você diria que o horário eleitoral vai ser muito importante, um pouco importante ou nada importante para você decidir seu voto para prefeito?

Expectativa de audiência dos programas eleitorais



Fonte: Datafolha

Data: 10 de Agosto de 2000

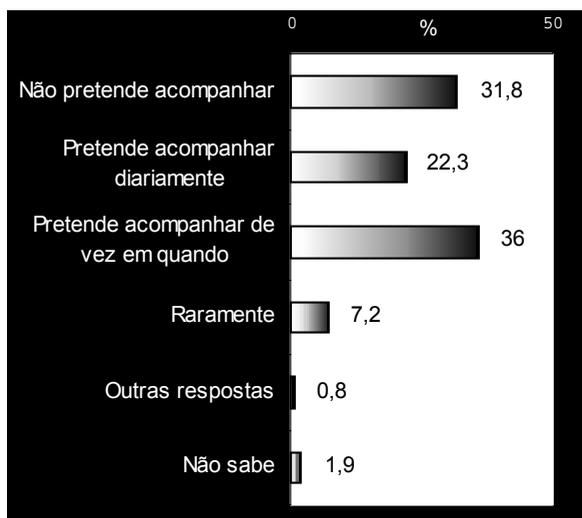
Pergunta: Na próxima semana começa o horário eleitoral gratuito na TV. Na próxima semana você vai ou não assistir ao horário eleitoral gratuito na TV? (SE SIM) Você vai assistir sempre, de vez em quando ou raramente?

1989

Dados de pesquisa mostram que mais da metade do eleitorado procura se envolver com a 'campanha eletrônica': mais de 50% afirmam acompanhar os programas eleitorais.

Mais significativa ainda é a expectativa do eleitorado sobre o papel dos programas na definição do voto: mais de 60% acreditam que a propaganda eleitoral pode mudar preferências. Os dados da campanha de 1989 nas capitais estaduais destacam esse interesse.

Frequência com que pretende acompanhar a propaganda eleitoral



Influência da propaganda eleitoral na mudança do voto



Fonte: Datafolha Data: Setembro de 1989

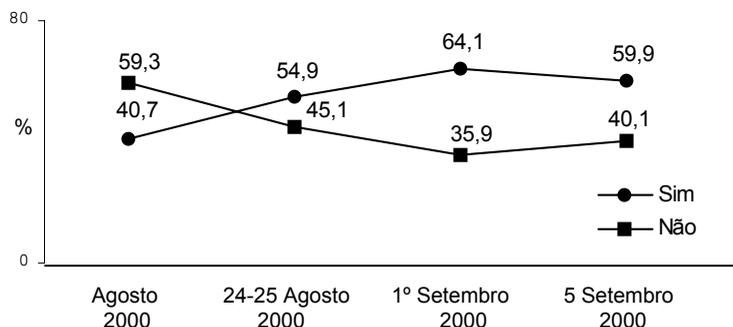
Pergunta: Você pretende acompanhar a propaganda eleitoral? (Se sim) Diariamente, de vez em quando ou raramente?

Fonte: Datafolha Data: Setembro de 1989

Pergunta: Na sua opinião a propaganda eleitoral na TV e no rádio irá ou não mudar as preferências atuais dos eleitores? (Se sim) Você acha que vai mudar muito ou um pouco?

2000

Ao longo do tempo, esse interesse se fortalece. O envolvimento do público com a campanha televisiva pode ser verificado pela evolução crescente da audiência aos programas eleitorais durante a campanha para prefeito e vereadores na capital paulista em 2000.



Fonte: Datafolha

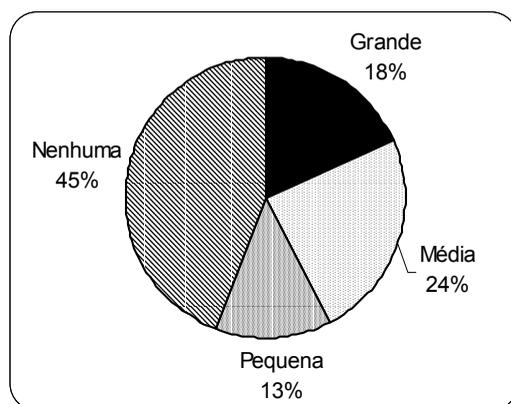
Pergunta: Essa semana começou (há uma semana começou/ há duas semanas começou/ há três semanas começou) o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão. Você assistiu ou ouviu, mesmo que em parte, as propagandas dos candidatos à prefeitura da cidade de São Paulo?

Brasil: debates entre candidatos na TV

Diferentemente do envolvimento dos eleitores com os programas eleitorais os debates entre candidatos têm um impacto menor sobre as preferências.

Porém, este impacto está longe de ser insignificante tal como mostra a pesquisa do Datafolha realizada em 2000 na capital paulista, onde mais de 40% afirmam que o debate teria grande ou média chance na mudança do voto.

Debate entre os candidatos x chances de mudar o voto – São Paulo – Capital - 2000

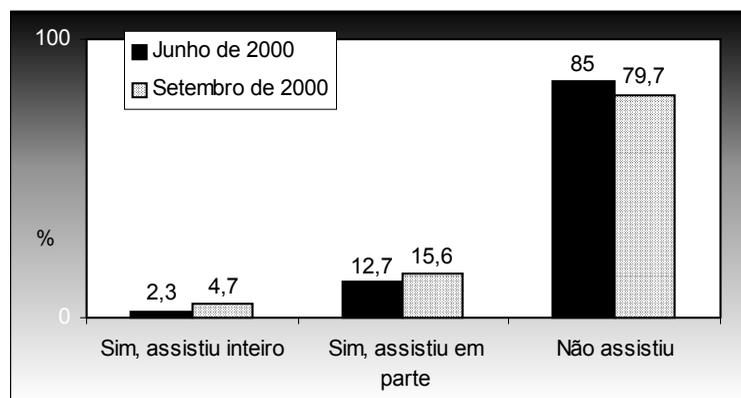


Fonte: Datafolha
Data: Setembro/2000
Pergunta: Você diria que a chance de você mudar o seu voto para prefeito por causa de um debate entre os candidatos é grande, média, pequena ou nenhuma?

São Paulo – capital, eleições 2000: audiência aos debates entre candidatos

Em geral, o interesse pelos debates cresce no final das campanhas. As duas pesquisas do Datafolha realizadas na campanha local de 2000 mostram que, embora o percentual de audiência seja pequeno, praticamente dobrou o número dos eleitores que assistiram ou ouviram “todo” o debate entre os candidatos a prefeito.

Audiência ao debate entre candidatos Junho - Setembro/2000



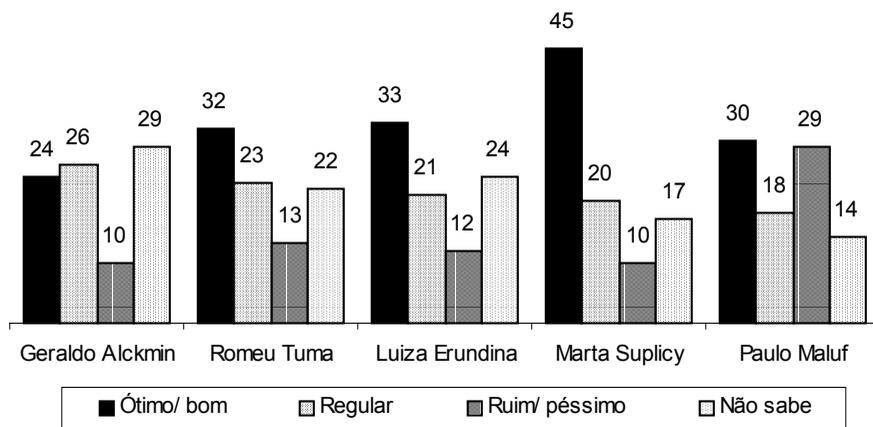
Fonte: Datafolha
Pergunta: Você assistiu ou ouviu, mesmo que em parte o debate entre os pré-candidatos à prefeitura de São Paulo, realizado ontem à noite e transmitido pela TV Bandeirantes e pelo Canal 21? (Se sim) Inteiro ou em parte?; [...] debate entre alguns candidatos à prefeitura de São Paulo, realizado segunda-feira à noite transmitido pela rádio e TV Bandeirantes e pelo Canal 21?

Hábitos de Informação

São Paulo – capital, eleições 2000: avaliação dos candidatos no debate

A avaliação do desempenho dos candidatos Marta Suplicy (PT) e Paulo Maluf (PPB) no debate realizado em julho de 2000 já aponta os sinais da preferência do eleitor paulistano: Marta se destaca pela avaliação ‘ótima e boa’; Maluf foi o que obteve o maior percentual de avaliação “ruim/péssimo”.

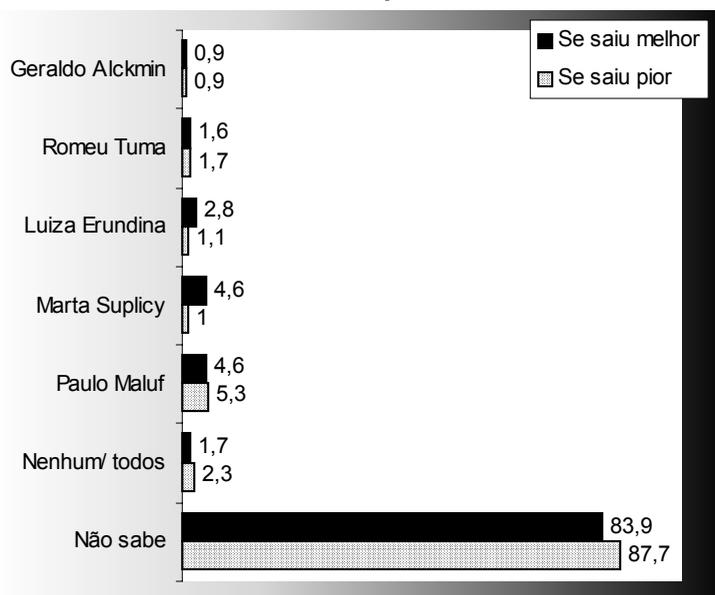
Desempenho dos candidatos no debate – Eleições 2000 (em %)



Fonte: Datafolha
Data: julho de 2000
Pergunta: Como você avalia o desempenho de (candidato) no debate transmitido pela TV Bandeirantes e pelo Canal 21, ontem à noite: ótimo, bom, regular, ruim, péssimo".
 Obs: a diferença para 100% deve-se aos casos de "não se aplica"

em %

O melhor e o pior candidato no debate – Eleições 2000



A baixa informação sobre o desempenho dos candidatos no debate obscurece as tendências que se delineavam em junho de 2000 na capital paulista, mas é possível já observar que Maluf aglutinava as piores avaliações.

Fonte: Datafolha

Data: 13 de Junho de 2000

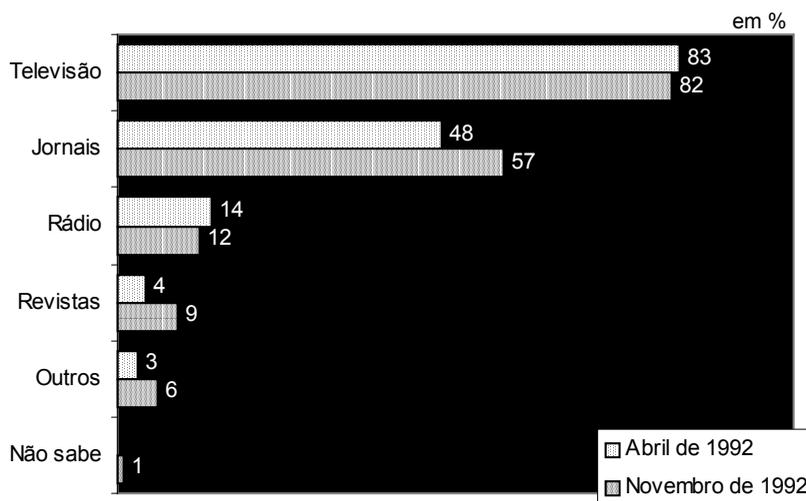
Perguntas: Pelo que você viu ou ficou sabendo, qual pré-candidato à prefeitura de São Paulo se saiu melhor no debate de ontem à noite transmitido pela TV Bandeirantes e pelo Canal 21? (resposta espontânea e única); Pelo que você viu ou ficou sabendo, qual pré-candidato à prefeitura de São Paulo se saiu pior no debate de ontem à noite transmitido pela TV Bandeirantes e pelo Canal 21? (resposta espontânea e única)

EUA: fontes de Informação

Nos Estados Unidos da América, a maioria se informa sobre eleições através dos veículos de comunicação, principalmente a televisão. As pesquisas do Princeton Survey Research Associates mostram que durante a campanha eleitoral de 1992 houve uma redução do interesse pelos veículos de comunicação audio-visuais (TV e rádio) e o crescimento da informação através dos meios impressos (jornais e revistas).

EUA

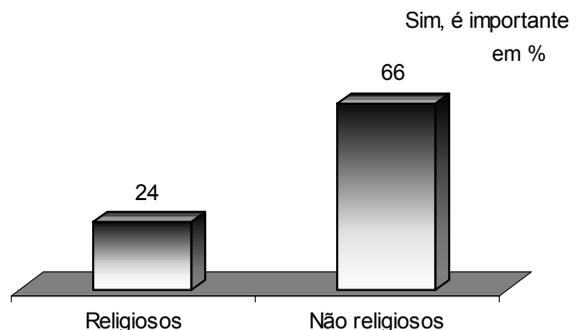
Fontes de Informação sobre políticas e campanhas eleitorais - 1992



Fontes: Princeton Survey Research Associates
Datas: 26-29 de Março de 1992; 5-8 de Novembro de 1992
Pergunta: Onde o(a) sr(a) obtém a maioria das notícias sobre a campanha para a eleição presidencial (de 1992)? Na televisão, nos jornais, no rádio ou em revistas?
Obs: "Não sabe", menos que 0,5%. As respostas somam mais que 100% devido às respostas múltiplas

1994: Fonte de Informação para decisão do voto: mídia religiosa X mídia não religiosa

Os meios de comunicação religiosos têm pouco apelo para a decisão do voto, segundo a opinião dos norte-americanos.



Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 26 de Agosto a 01 de Setembro de 1994

Perguntas: Por favor me diga se cada uma das seguintes fontes de informação é importante ou não para o(a) sr(a) na decisão do voto numa eleição: Canais religiosos de televisão, rádio, revistas ou outros meios de comunicação religiosos?; [...]Canais não-religiosos de televisão, rádio, revistas ou outros meios de comunicação não-religiosos?

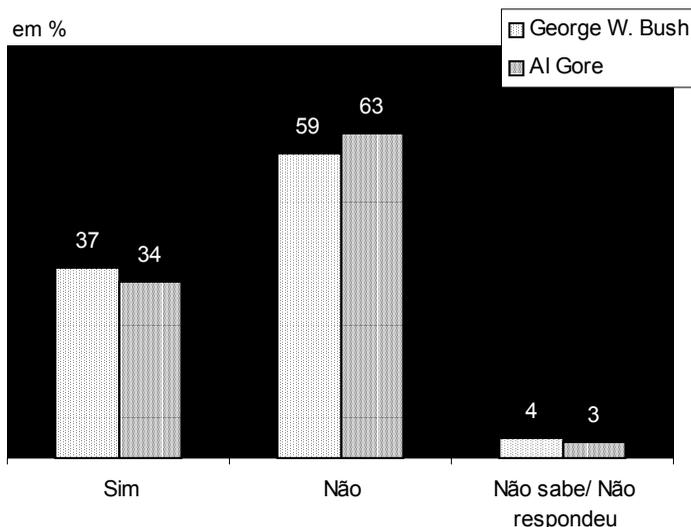
EUA: desinteresse pelos programas eleitorais

Apesar da TV ser, de longe, a principal fonte de informação sobre política, nas eleições de 2000, a maioria dos entrevistados pelo CBS News/New York Times não assistiu propagandas de apoio aos candidatos George W. Bush e Al Gore.

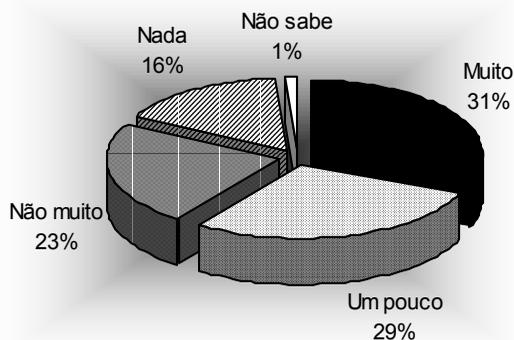
O Princeton Survey Research Associates já havia mostrado, em 1994, que a propaganda política na TV significa um aborrecimento para a maioria dos norte-americanos.

Audiência aos programas eleitorais na eleição de 2000

Fonte: CBS News/ New York Times
Data: 9-11 de Setembro de 2000
Pergunta: Na semana passada, o(a) sr(a) viu na televisão alguma propaganda em apoio à eleição de George W. Bush para presidente (em 2000)? [...] de Al Gore para presidente ?



“A política na TV aborrece...” (1994)

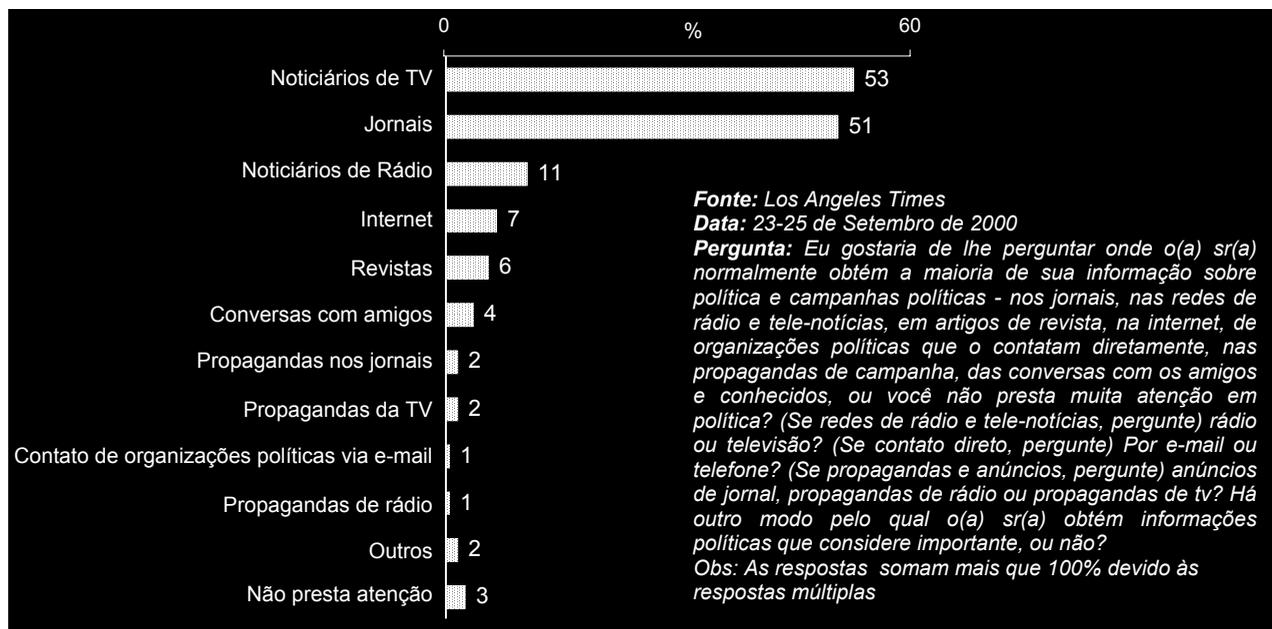


Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 12-21 de Julho de 1994
Pergunta: (Vou ler uma lista de diversos aspectos das campanhas eleitorais, por favor me diga o quanto cada um destes aspectos o aborrece). A propaganda política na televisão aborrece o(a) sr(a) muito, um pouco, não muito, ou nada?

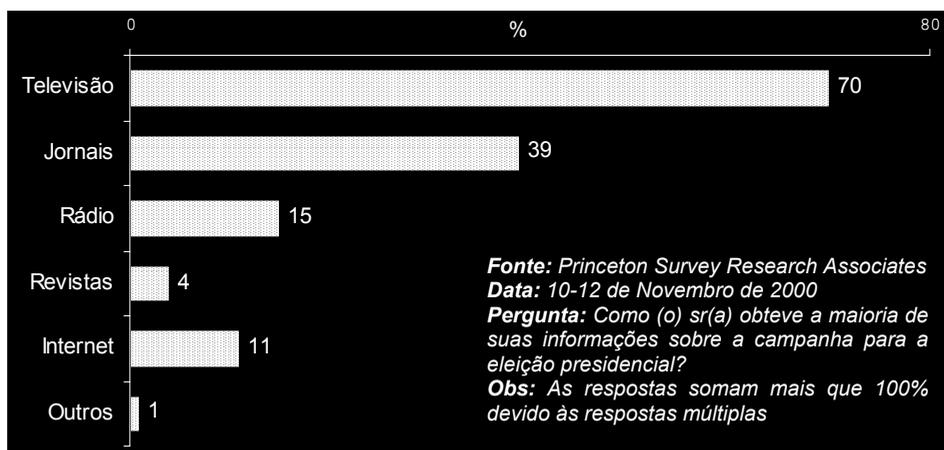
Nos EUA, nas eleições de 2000 a Internet surge como fonte de informação política

Em 2000, duas pesquisas, uma pré-eleitoral e a outra pós-eleitoral, evidenciam o crescimento da “mídia do Século XXI”: a Internet

2000: Fontes de Informação sobre políticas e campanhas políticas – Pré-eleitoral



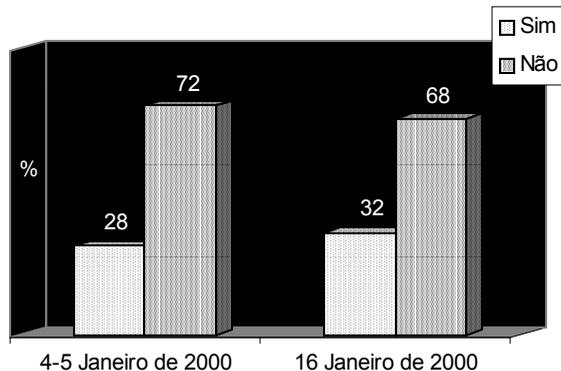
2000: Fontes de Informação sobre políticas e campanhas políticas – Pós-eleitoral



Hábitos de Informação

As pesquisas abaixo qualificam a utilização da internet como veículo de informação política entre os norte-americanos.

Uso da internet para acessar informações sobre política, candidatos ou campanhas eleitorais

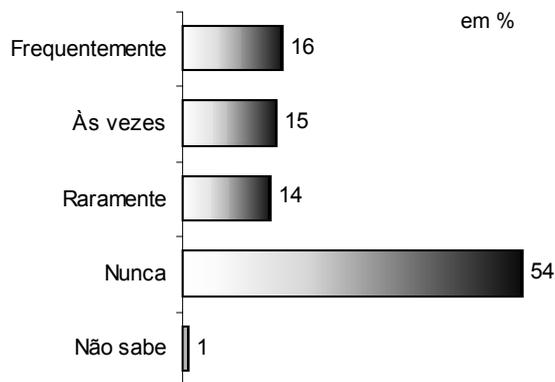


Fonte: Yankelovich Partners
Data: 5-6 de Janeiro de 2000

Pergunta: O(a) sr(a) usa a internet para acessar informações sobre política, candidatos, ou campanhas políticas?

Obs: Respostas dos que afirmam acessar a internet atualmente (51%) e (43%)

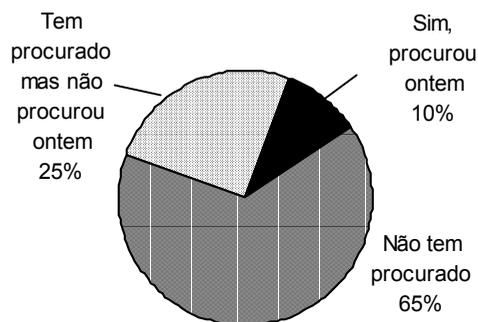
Freqüência de acesso a internet para buscar informações sobre política



Fonte: Gallup Organization
Data: 13-16 de Janeiro de 2000

Pergunta: Com que freqüência o(a) sr(a) usa a internet para acessar notícias ou informações sobre política ou candidatos presidenciais: freqüentemente, às vezes, raramente ou nunca?

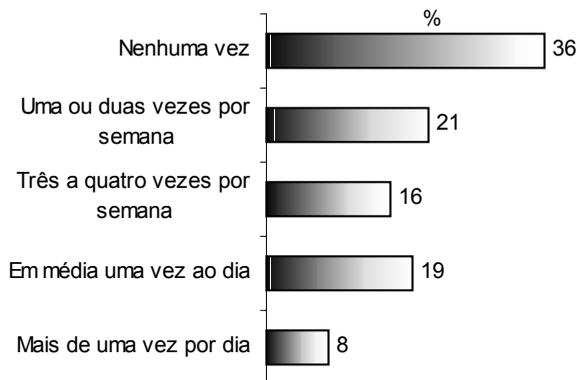
Acessos à internet para buscar informações sobre política



Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 1-31 de Maio de 2000

Pergunta: (Por favor me diga se o(a) sr(a) faz alguma das seguintes coisas quando está on-line). O(a) sr(a) procura notícias ou informações sobre política e a campanha presidencial? (Se sim, pergunte) O(a) sr(a) procurou ontem?

Quantidade de acessos à internet para buscar informações sobre política em uma semana

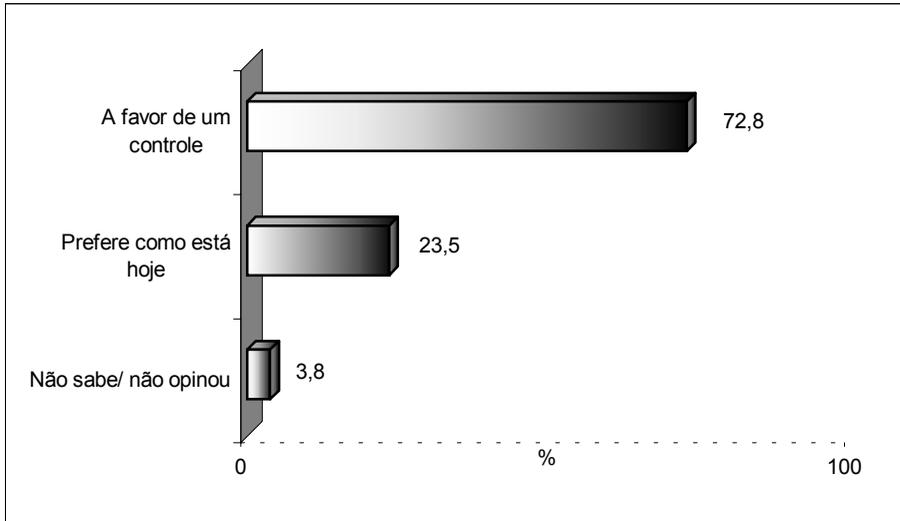


Fonte: Luntz Research Companies & mark A. Siegel Associates/
Data: 20-23 de Agosto de 2000
Pergunta: E na semana passada, com que freqüência o(a) sr(a) acessou a internet para obter notícias ou informações obre os acontecimentos atuais, assuntos públicos ou política? Mais de uma vez ao dia, em média uma vez ao dia, três a quatro vezes por semana, uma a duas vezes por semana, ou nenhuma vez?

Controle da programação das TVs

Pesquisa realizada em 1999 em São Paulo revelava uma forte presença da idéia de controle da programação televisiva

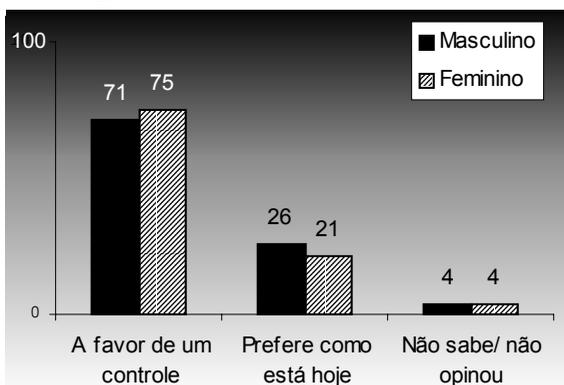
Opinião sobre o controle da programação



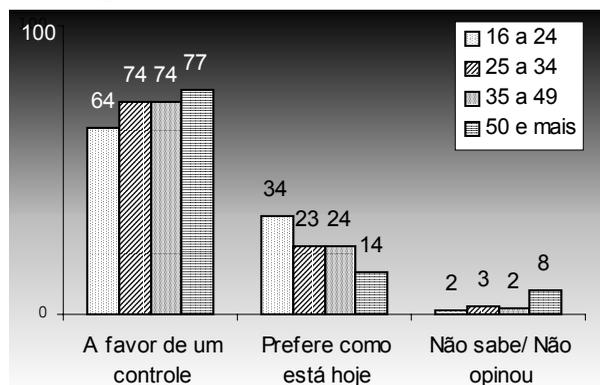
Fonte: Ibope
Data: Novembro de 1999
Pergunta: Algumas pessoas são a favor de um controle sobre a programação das TVs, para evitar cenas violentas ou impróprias, pelo menos em determinados horários, enquanto outras pessoas são contra este tipo de controle, pois consideram que seria um tipo de censura contra a liberdade das pessoas e das TVs. O que o(a) sr(a) pessoalmente pensa sobre isso, o(a) sr(a) diria que é...

Todos os segmentos de entrevistados são a favor de um maior controle sobre programação das TVs

Opinião sobre o controle da programação, segundo sexo dos entrevistados

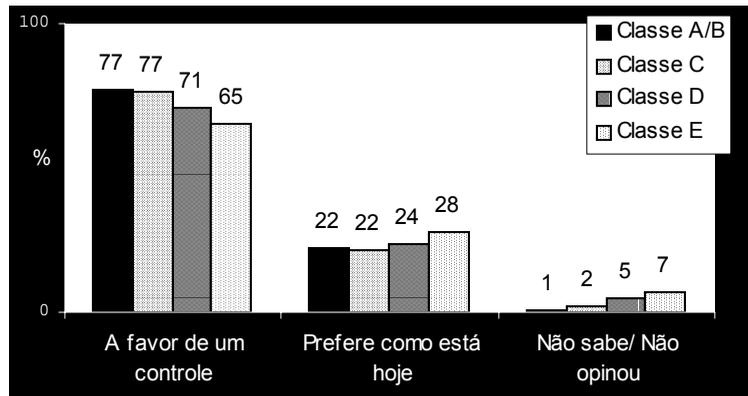


Opinião sobre o controle da programação, segundo a faixa etária dos entrevistados:

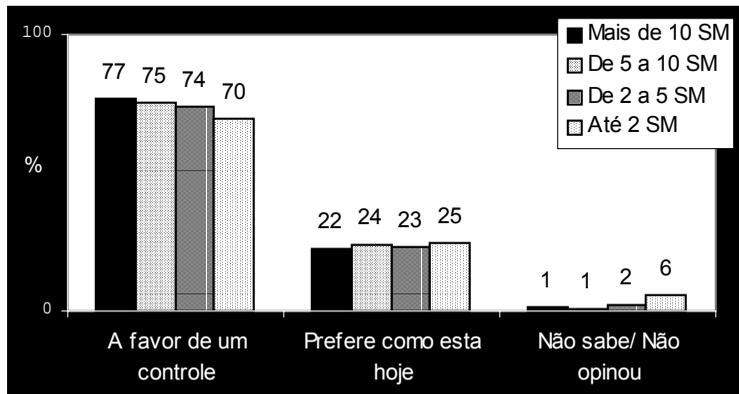


Os entrevistados mais jovens e da Classe E compõem os segmentos menos favoráveis a mudanças na forma como é feito atualmente o controle da programação das TVs

Opinião sobre o controle da programação segundo classificação econômica:

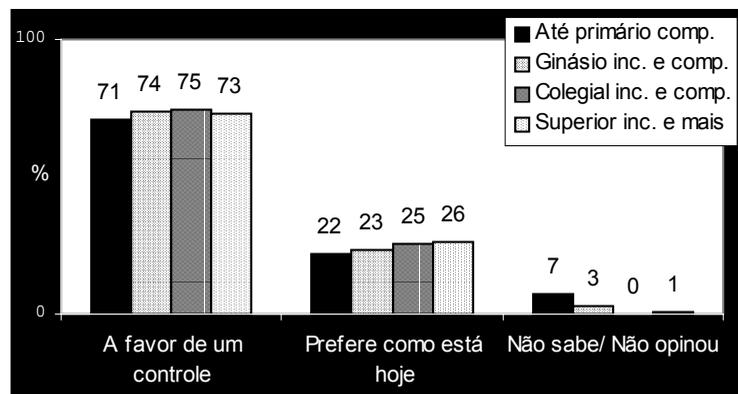


Opinião sobre o controle da programação segundo a renda familiar dos entrevistados:

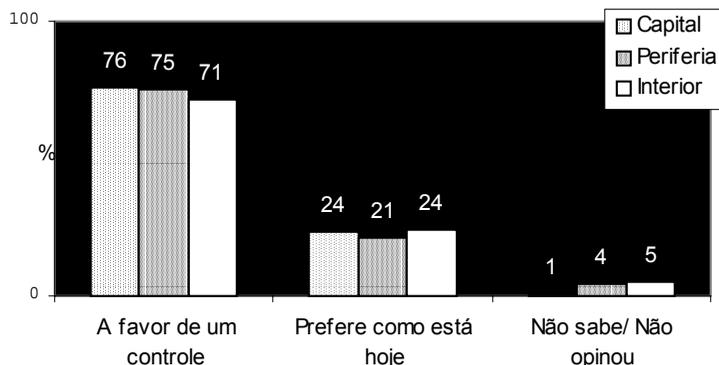


Os opiniões mais favoráveis a mudanças na forma de controle das TVs vêm dos entrevistados mais velhos, pertencentes as classes A/B, com renda acima de 10 salários mínimos.

Opinião sobre o controle da programação segundo a escolaridade dos entrevistados:



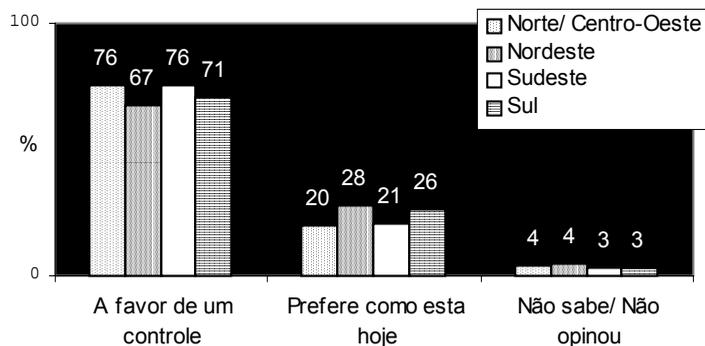
Opinião sobre o controle da programação segundo o local de moradia do entrevistado:



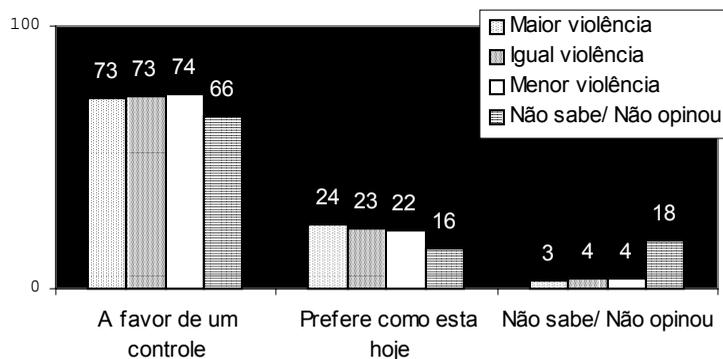
Também há mais opiniões favoráveis entre os que moram nas capitais do que os entrevistados do interior

Opinião sobre o controle da programação segundo a Região:

Apenas no Nordeste o percentual dos que são favoráveis ao controle da programação das TVs é inferior a 70%.



Opinião sobre o controle da programação segundo a expectativa dos entrevistados sobre o nível de violência na próxima década

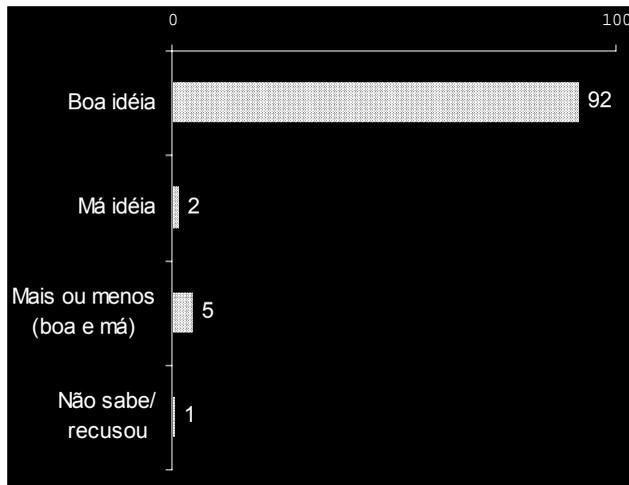


As opiniões sobre o controle da programação das TVs não parece ter relação com as expectativas quanto à violência na próxima década *nenhum segmento se destaca.*

Opinião sobre o controle da programação dos meios de comunicação nos Estados Unidos

Dados de pesquisa realizada em 2001 mostram que nos EUA quase a totalidade de entrevistados considera “uma boa idéia” a adoção de sistemas de classificação de programas de TV.

Estados Unidos



Fonte: Princeton Survey Research Associates

Data: 7 de Maio a 6 de Junho de 2001

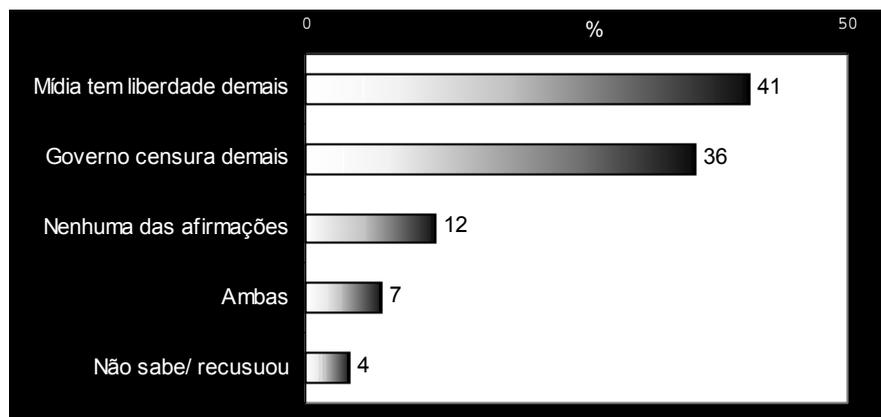
Pergunta: Ao lado da TV, outros meios de entretenimento como os filmes e a indústria de vídeos têm sistemas de classificação ou de aconselhamento para ajudar as pessoas a decidir se o produto é apropriado para suas famílias. Em geral, você acha que sistemas de classificação usados pela televisão e outros meios de comunicação são uma boa ou má idéia?

Nos EUA, as opiniões se dividem entre os que acham que mídia tem muita liberdade e os que acham que há censura demais

Fonte: Center for Survey Research & Analysis, University of Connecticut

Data: 16 de Maio a 6 de Junho de 2001

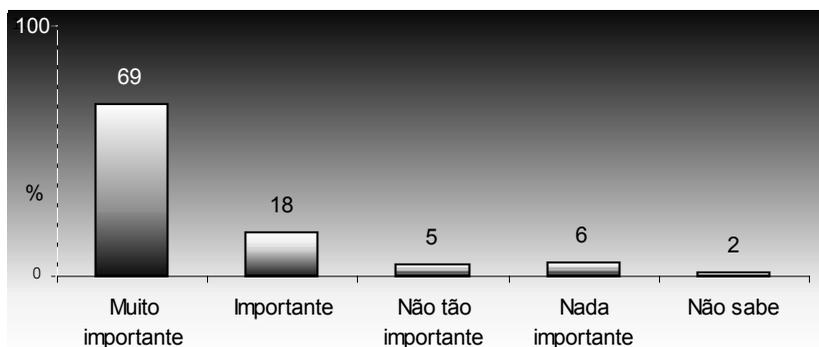
Pergunta: Algumas pessoas acreditam que a mídia tem liberdade demais para publicar o que quer. Outros acreditam que há censura demais por parte do governo. Qual destas idéias se aproxima mais à do(a) sr(a)?



EUA: Programação da TV e violência

Nos EUA, a maioria considera importante limitar a exposição das crianças à violência na televisão, filmes e vídeo games. Porém, para a maioria dos norte-americanos não cabe ao governo definir estes limites, mas sim aos pais.

Importância de limites da exposição de crianças à violência nas TVs, filmes e games



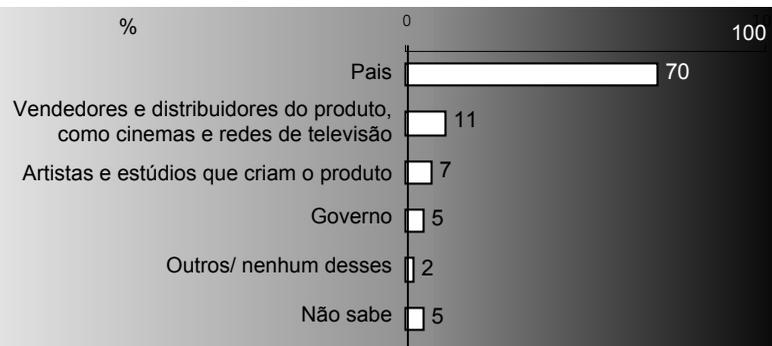
Fonte: Princeton Survey Research Associates

Data: 14-15 de Setembro de 2000

Pergunta: Para ajudar a reduzir a violência dos jovens, o(a) sr(a) acha que é muito importante, um pouco importante, não muito importante, ou nada importante aumentar os limites da exposição das crianças à violência na televisão, filmes, vídeo games e outros produtos?

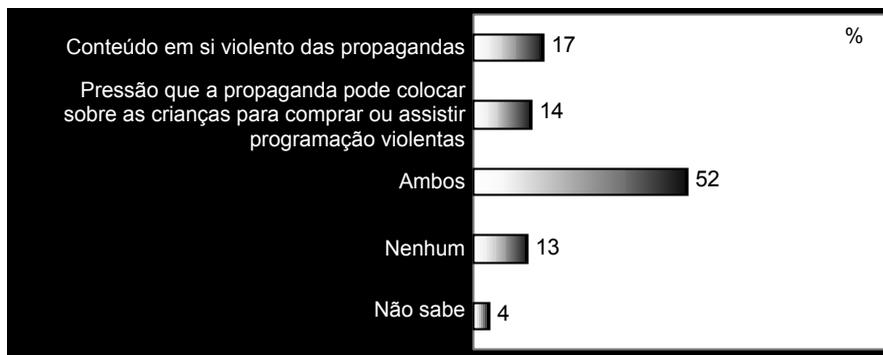
Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 16 de Setembro de 2000
Pergunta: Da lista a seguir, quem o (a) sr(a) acha que deveria ser responsável por limitar a quantidade de violência à qual as crianças são expostas perante os meios de entretenimento: os pais, os vendedores e distribuidores do material, como cinemas e canais de televisão, os artistas e os estúdios que criam o material, ou o governo?

Principal responsável por estabelecer limites



Os norte-americanos se preocupam, em relação a suas crianças, tanto com o conteúdo violento quanto com a pressão exercida pelas propagandas violentas.

O que preocupa mais em relação ao conteúdo das propagandas



Fonte: Princeton Survey Research Associates

Data: 16 de Setembro de 2000

Pergunta: Pensando na exposição das crianças à propaganda de filmes censurados e outros produtos com conteúdo violento, com qual dos seguintes pontos o(a) sr(a) tem grande problema: conteúdo em si violento das propagandas, ou a pressão que a propaganda coloca sobre as crianças para comprar ou assistir produções violentas?

FICHAS TÉCNICAS

• Dados dos Estados Unidos – Roper Center

Fonte: Newsweek Poll
Data: 01 de Julho de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 752

Fonte: Gallup Organization
Data: 6-9 de Julho de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1001

Fonte: NBC News/ Wall Street Journal
Data: 18-21 de Janeiro de 2002
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1011

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 26-29 de Março de 1992
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1668

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 5-8 de Novembro de 1992
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1012

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 26 de Agosto a 01 de Setembro de 1994
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1202

Fonte: CBS News/ New York Times
Data: 9-11 de Setembro de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1050

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 7 de Maio a 6 de Junho de 2001
Universo e Metodologia: Pais de crianças de 2 a 17 anos entrevistados por telefone
Tamanho da Amostra: 800

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 14-15 de Setembro de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1019

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 12-21 de Julho de 1994
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1808

Fonte: Los Angeles Times
Data: 23-25 de Setembro de 2000
Universo e Metodologia: Eleitores entrevistados por telefone
Tamanho da Amostra: 1052

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 10-12 de Novembro de 2000
Universo e Metodologia: Eleitores entrevistados por telefone
Tamanho da Amostra: 1113

Fonte: Yankelovich Partners
Data: 5-6 de Janeiro de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1589

Fonte: Gallup Organization
Data: 13-16 de Janeiro de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1027

Fonte: Princeton Survey Research Associates
Data: 1-31 de Maio de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 3533

Fonte: Luntz Research Companies & Mark A. Siegel Associates/
Data: 20-23 de Agosto de 2000
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 600

Fonte: Center for Survey Research & Analysis, University of Connecticut
Data: 16 de Maio a 6 de Junho de 2001
Universo e Metodologia: População nacional adulta entrevistada por telefone
Tamanho da Amostra: 1012

FICHAS TÉCNICAS

- Dados da América Latina e Estados Unidos – World Values Survey – 1995**

| | | |
|---|---|--|
| EUA Ronald Inglehart Institute for Social Science University of Michigan Tamanho da Amostra: 1.542 | Chile Marta Lagos CERC, Academia de Humanismo Cristiano Tamanho da Amostra: 1.000 | Argentina Marita Carballo de Cilley Gallup Argentina Tamanho da Amostra: 1.079 |
| Peru Catalina Romero Instituto Bartolome de las Casas Tamanho da Amostra: 1.211 | Venezuela Gustavo Mendez/ DOXA Jose Molina/ Center for Political Studies Frederich Welsch/ DOXA Tamanho da Amostra: 1.200 | |

- Pesquisas Datafolha**

| Pesquisa | Data | População | Tipo de amostra | N.º de entrevistas |
|------------------------|---------------------------|------------------------|---|---------------------------|
| DAT/SPcap00.AGO-01093 | 10 de agosto de 2000 | Eleitores de São Paulo | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 1.398 |
| DAT/SPcap00.AGO-01114 | Agosto de 2000 | Eleitores de São Paulo | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 1.396 |
| DAT/SPcap00.AGO-01115 | 24 e 25 de agosto de 2000 | Eleitores de São Paulo | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 1.396 |
| DAT/SPcap00.SET- 01137 | 1º de setembro de 2000 | Eleitores de São Paulo | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 1.394 |

FICHAS TÉCNICAS

| | | | | |
|-----------------------|-----------------------------|--------------------------------------|---|-------|
| DAT/SPcap00.AGO-01136 | 29 de Agosto de 2000 | Eleitores de São Paulo | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 1.394 |
| DAT/SpCap00.JUN-01047 | 13 de Junho de 2000 | Eleitores de São Paulo | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 1.090 |
| DAT/SPcap00.SET-01139 | 05 setembro de 2000 | Eleitores de São Paulo | | 1.400 |
| DAT/BR89.DEZ-00211 | 12 e 13 de Dezembro de 1989 | Eleitores do Brasil | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 6.930 |
| DAT/CAP89.SET-00187 | Setembro de 1989 | Eleitores acima de 17 anos do Brasil | Amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados | 5.329 |

- **Pesquisa IBOPE**

| Pesquisa | Data | População | Tipo de amostra | N.º de entrevistas |
|--------------------|------------------|----------------------------|------------------------|---------------------------|
| IBO/BR99.NOV-01265 | Novembro de 1999 | População adulta do Brasil | - | 2.000 |

OPINIÃO PÚBLICA

Maio de 2002 Vol. VIII, nº1

CONTENTS

| | <i>Pág.</i> |
|--|-------------|
| <i>Survey measures of democracy</i> Richard Rose | 01 |
| <i>Anti-racism policies and public opinion: comparisons between Brazil and United States</i> Edward Telles Stan Bailey | 30 |
| <i>Cities and citizens imagined by the Media</i> Néstor García Canclini | 40 |
| <i>Ideological identity and the vote for president</i> Yan de Souza Carreirão | 54 |
| <i>The 2000 Brazilian local elections: a comparative analysis (1982-2000)</i> David Fleischer | 80 |
| <i>TENDÊNCIAS - Encarte de dados de Opinião Pública - Ano 8, nº 1</i> | 107 |



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VIII, nº 1
p.01-135
Maio 2002
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276